

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1997/98: algodão, arroz, feijão, milho, soja

Alfredo Tsunechiro, Célia Regina Roncato Penteado Tavares Ferreira,
Celso Luis Rodrigues Vegro, Denyse Chabaribery, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna,
José Roberto da Silva, Leila Campos Vieira, Marina Brasil Rocha,
Marisa Zeferino Barbosa, Nilda Tereza Cardoso de Mello,
Sônia Santana Martins, Terezinha Joyce Fernandes Franca¹

1 - INTRODUÇÃO

As medidas de política agrícola contidas no Plano de Safra 1997/98 mostram-se mais favoráveis que aquelas que vigoraram para o ano agrícola anterior. Há um maior volume de recursos à disposição dos agricultores e as taxas de juros foram reduzidas, no caso dos recursos controlados pelo crédito oficial. As condições de financiamento através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) também foram aperfeiçoadas, criando-se a modalidade do crédito rotativo para facilitar o acesso do produtor rural ao financiamento da safra.

Tornou-se mais clara a opção do Governo Federal em direcionar o crédito a taxas favorecidas através de Programas Especiais à agricultura de baixa renda, ao mesmo tempo em que são aperfeiçoadas e difundidas novas fontes de financiamento da produção e comercialização.

A análise dos diversos parâmetros que condicionam o comportamento dos agricultores na tomada de decisão sobre o plantio da safra 1997/98 no País mostra um quadro francamente favorável à expansão das áreas a serem cultivadas com algodão e soja e em menor grau também para arroz. Para feijão e milho, as perspectivas são de redução de área.

No caso do algodão, o estímulo à expansão é muito claro, tanto pelas medidas contidas no Plano de Safra como pelas condições de mercado. É a cultura que recebeu o maior nível de reajuste do preço mínimo, o maior limite de financiamento de custeio e passa a ter acesso ao Contrato de Opção, além de ser beneficiada por programas estaduais de incentivo, promovidos pelos Governos de São Paulo e do Paraná.

Destaca-se, também, os benefícios advindos da Medida Provisória que restringiu as importações a prazo, equiparando as condições de financiamento às vigentes no mercado interno.

A cultura da soja, além dos preços excelentes que vêm se verificando na comercialização da atual safra, aumentando o nível de capitalização dos produtores, foi beneficiada com medidas específicas contidas no atual Plano, tais como a ampliação do limite de financiamento de custeio para R\$40 mil, de um modo geral, e de R\$100 mil para tomadores das Regiões Centro-Oeste e Norte.

As perspectivas para a cultura do milho são de redução da área de plantio, tanto em função das condições mais favoráveis do mercado de soja, sua principal concorrente, bem como pelas próprias medidas de políticas que ampliam a regionalização e a diferenciação do preço mínimo do milho, de modo a desestimular o crescimento da área cultivada com a cultura nas Regiões Centro-Oeste e Norte, para evitar a ocorrência de problemas de carregamento de estoques e escoamento do produto, verificados em anos precedentes.

As perspectivas são de pequeno aumento a área cultivada com arroz, notadamente no Rio Grande do Sul, principal Estado produtor, mas em São Paulo, como vem ocorrendo nos últimos anos, a tendência é declinante.

Para feijão das águas, a perspectiva é de menor área cultivada em dois dos principais Estados produtores, Paraná e São Paulo, e manutenção da área em Minas Gerais. Além da queda da área cultivada, o atraso do plantio em função da seca, principalmente em São Paulo, aumenta as expectativas em relação aos riscos da incidência de chuvas por ocasião da colheita, que poderão ser mais intensas em função do

¹Pesquisadores Científicos do IEA.

fenômeno "El Niño", aumentando as possibilidades de prejuízos.

A análise contida nesse documento destaca um conjunto de medidas gerais de política, ou específicas por produto, que aliado aos resultados econômicos, tidos como razoáveis da última safra, tende a contribuir para um quadro favorável do plantio da safra 1997/98. Entretanto, um fator que poderá prejudicar esse prognóstico refere-se ao vencimento, em outubro de 1997, da primeira parcela da dívida securitizada, que gira em torno de R\$2 bilhões, que interferirá na capacidade de autofinanciamento do produtor. Espera-se que além desse problema a ser enfrentado, as garantias exigidas pelo sistema bancário - grande parte comprometida no processo de renegociação das dívidas - não se constituam em empecilho na obtenção de novos financiamentos que custearão os produtores na próxima safra.

2 - POLÍTICA AGRÍCOLA

As linhas gerais da política agrícola, definidas pelo Governo nos últimos anos, revelam, com clareza, critérios seletivos na utilização dos diferentes instrumentos. No caso do crédito rural, os recursos a taxas favorecidas têm sido direcionados: à agricultura de baixa renda, através de programas especiais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCE-RA); bem como aos produtores em geral, dentro de certos limites, em montantes muito aquém das necessidades de financiamento do setor.

Face a essas restrições, a agricultura comercial, capaz de maior autonomia, tem sido forçada a buscar outras fontes de financiamento. O Governo tem procurado regularizar o acesso a essas outras fontes de recursos e estimular o uso de instrumentos alternativos para o financiamento e comercialização da produção, objetivando restringir sua participação. Nesse sentido, a possibilidade de captação e aplicação de recursos externos, de utilização de cédulas de produto rural (CPR), dos contratos de opção de venda e outros mecanismos de comercialização são iniciativas que devem ser destacadas.

Assim, as principais medidas de política definidas para a safra 1997/98 são: aumento

de volume de recursos e redução dos encargos nos financiamentos com recursos controlados e naqueles efetuados através das linhas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); aumento e flexibilização dos limites de financiamento; ajustes e adequações dos preços mínimos de garantia; permanência dos incentivos à adesão ao zoneamento agrícola vinculado ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), via redução de alíquotas; estímulo ao plantio direto; e aperfeiçoamento do PRONAF, visando facilitar e garantir o acesso do produtor familiar ao crédito.

No âmbito estadual, a iniciativa denominada Financiamento de Estímulo à Agricultura dos Pequenos Produtores procura redirecionar os recursos do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP) ao atendimento de pequenos produtores e às demandas regionais.

2.1 - Recursos Oficiais e Fontes Alternativas de Financiamento

Neste item serão abordados os principais pontos do plano de safra 1997/98, relacionando as várias fontes e volumes de recursos a serem aplicados.

2.1.1 - Recursos oficiais

Na safra 1997/98, há previsão de maior aplicação de recursos, dentro do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a menores taxas de juros, em relação à anterior. Estima-se que R\$8,5 bilhões deverão ser canalizados para custeio e comercialização. Desse total, R\$3,9 bilhões deverão vir das exigibilidades, R\$2,7 bilhões viriam dos recursos externos e R\$700 milhões viriam da Poupança Rural e do fundo de investimento extramercado. Outras fontes, que incluem o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), contribuiriam com cerca de R\$1,2 bilhão, completando o total de R\$8,5 bilhões.

As taxas de juros, no caso dos recursos controlados², caíram de 12% para 9,5% (ex-

²Recursos obrigatórios ou decorrentes da exigibilidade de aplicação em crédito rural e os recursos das Operações Oficiais de Crédito geridos pela Secretaria do Tesouro Nacional e outros a serem definidos.

ceto PRONAF), nas operações de custeio ou Empréstimo do Governo Federal sem opção de venda (EGF-SOV), sujeito aos seguintes limites por produtor:

- culturas de arroz, feijão, mandioca, milho, trigo ou sorgo: R\$150 mil;
- cultura da soja nas Regiões Centro-Oeste e Norte: R\$100 mil;
- cultura do algodão: R\$300 mil;
- demais culturas (inclusive soja, fora das Regiões Centro-Oeste e Norte) e para custeio pecuário: R\$40 mil.

Cada agricultor beneficiado numa faixa de crédito poderá tomar créditos de outras faixas, desde que não ultrapasse o limite superior em que for enquadrado. Os limites definidos, em relação ao ano anterior, revelam um estímulo ao plantio de soja nas regiões de fronteira, visando melhorar o desempenho das exportações e atenuar os déficits na Balança Comercial do País. As demais culturas e custeio pecuário tiveram os limites acrescidos em R\$10 mil.

Foram anunciadas medidas positivas relativas à política de investimentos, que incluem a previsão de aplicação de R\$3,5 bilhões. Através da Resolução BACEN nº 2.402, de 25/06/97, admite-se que os recursos controlados oriundos da exigibilidade sejam aplicados em operações de investimento fixo ou semifixo por um prazo de até dois anos, tendo como beneficiários os produtores rurais diretamente ou por intermédio de operações de repasse de suas cooperativas, até um limite de R\$40 mil por beneficiário/ano civil, em todo o SNCR, independente dos créditos obtidos para outras finalidades. Nas operações relativas à correção e recuperação do solo, são financiáveis as despesas de aquisição, transporte e aplicação de insumos. A taxa de juros, neste caso, é de 9,5% a.a.

Os financiamentos de investimentos formalizados pelo BNDES vêm sofrendo uma série de alterações em função de mudanças em sua política operacional. A FINAME³ aumentou o limite financiável de 70% para 100% do valor do bem a ser adquirido. Observa-se também um custo financeiro menor este ano, comparado aos anteriores, basicamente em função da redução

da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)⁴ e de alterações do *spread* do banco⁵. A soma dos *spreads* básico e de risco, nas operações diretas com o BNDES, que variava de 3,5% a 6% a.a. caiu para 1% a 5% a.a. O *spread* básico passou a ser de 2,5% nas operações em geral e de 1% a.a. nas especiais, que o BNDES deseja estimular. O *spread* máximo de risco foi reduzido de 3% para 2,5%. O prazo total máximo de amortização é de sete anos com prestações anuais ou semestrais.

O Banco Central, através da Resolução nº 2.401, fixou a taxa de juros para os financiamentos formalizados a partir de 25/06/97, destinados à aquisição de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas e manutenção/recuperação de máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, com base nos recursos administrados pelo BNDES. Neste caso, os financiamentos ficaram sujeitos a taxas de juros de 14,5% a.a., com prazos de até cinco anos e amortizações semestrais ou anuais. Em relação ao ano anterior, percebe-se uma redução da taxa de juros para essa finalidade, antes de 16% a.a., e uma extensão do prazo de 18 meses para cinco anos no caso dos financiamentos para manutenção e recuperação de máquinas, tratores e equipamentos, antes restrito à aquisição desses bens.

2.1.2 - Recursos externos

Os recursos externos têm aumentado sensivelmente sua importância como fonte de financiamento para o setor agrícola. A partir de abril de 1995, com a Resolução BACEN nº 2.148, tornou-se mais fácil para o setor agrícola a sua utilização. O Governo Federal, ao adotar uma série de facilidades fiscais na internalização e aplicação dos recursos externos, como o não pagamento do Imposto de Operações Financeiras (IOF), permitiu que o seu custo total (taxa de

⁴A TJLP é reajustada trimestralmente e tem mostrado evolução declinante. No trimestre junho/agosto de 1997, o valor definido é de 10,15%, inferior ao do mesmo período do ano anterior, de 15,44%.

⁵O custo de operação é formado pela soma da TJLP, de um *spread* básico e de um *spread* de risco. Nas operações entre instituições financeiras credenciadas e o cliente, o *spread* de risco é negociado entre as partes. Nas operações diretas com o BNDES, esse valor pode atingir até 2,5% a.a., podendo ser reduzido quando os investimentos incluem melhoria da qualidade do emprego.

³Agência Especial de Financiamento Industrial do BNDES.

juros internacional, variação cambial e *spread*) ficasse mais próximo da capacidade de pagamento do setor agropecuário.

Esses recursos destinam-se aos empréstimos ou financiamentos de custeio, investimento e comercialização de produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas) e de suas cooperativas. Podem ser utilizados também pelas empresas, agroindústrias e exportadores para a aquisição de produtos agropecuários, desde que diretamente do produtor, de suas associações ou cooperativas, ou da Cédula de Produto Rural (CPR)⁶. A partir de abril de 1997, a possibilidade de utilização desses recursos foi estendida aos complexos industriais de fertilizantes e defensivos para a concessão de crédito aos seus distribuidores e revendedores na compra direta de seus produtos⁷.

De acordo com a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), as liberações de recursos externos para a agricultura⁸ (Resolução nº 2.148), exceto Banco do Brasil, somaram, aproximadamente, de abril de 1995, início das operações, até 30 de junho de 1996, R\$1.574 milhões contra R\$2.069 milhões no período julho de 1996 a junho de 1997. Isso significa que houve um crescimento das aplicações da ordem de 31% a favor da safra 1996/97, tornando essa fonte de financiamento uma das mais importantes em termos de volume de recursos. Isso pode ser confirmado considerando-se os dados de saldo das aplicações em crédito rural em junho de 1997, segundo a mesma fonte. O saldo dos recursos postos à disposição do setor nesta data somavam R\$9.957 milhões, sendo R\$2.024 milhões de recursos externos, isto é, cerca de 20% do total aplicado em crédito rural, volume significativo se comparado aquele proveniente da exigibilidade, no valor de R\$3.205 milhões, ou 32% do total.

Os recursos da Resolução nº 2.148 admitem grande flexibilidade de aplicações pelos bancos. De acordo com a política operacional da

instituição, estas aplicações podem variar: em termos do público a ser atendido, o que de certa forma define também o seu valor; quanto à escolha do produto, ou seja, pode procurar atender preferencialmente operações com produtos cotados externamente em dólar, como forma de evitar o risco cambial; ou pelo atendimento principalmente a agroindústrias com reconhecida capacidade de pagamento.

A aplicação com recursos captados com base na Resolução nº 2.148 tem crescido ano a ano, e as expectativas são de que sejam ainda maiores na atual safra, visto que esta fonte tem se constituído na melhor alternativa para a obtenção de recursos fora do sistema controlado de crédito rural. O custo de captação no exterior, na safra 1996/97, oscilou entre 9% e 10% ao ano, que acrescido da variação cambial e de um *spread* variável (entre 2% e 5% ao ano), implicou um custo para o tomador final em torno 19% ao ano. O *spread* varia fundamentalmente em função do risco representado pelo cliente e do custo operacional do banco para efetuar a transação. Para a safra que se inicia, segundo informações das instituições financeiras, esse custo deve permanecer o mesmo.

A intermediação dos bancos privados na captação de recursos externos foi grande. No entanto, a política interna de cada instituição interfere na sua aplicação. Assim, em alguns bancos, o maior número de operações têm sido efetuadas diretamente com produtores rurais, normalmente com valores acima de R\$50 mil, e para as mais diferentes finalidades. Mais especificamente, esses recursos têm sido utilizados para complementar o limite de financiamento para o custeio de soja, milho, algodão, cebola, batata, etc., assim como para a compra de bois, reforma de cercas, bem como aos setores de avicultura e de suinocultura para a aquisição de insumos de produção. Em outros, o valor médio dos contratos tem sido de R\$500 mil, alguns atingindo valores acima de R\$1 milhão, configurando uma política voltada para grandes operações. Nesse caso, ocorrem principalmente junto a agroindústrias relacionadas aos produtos como café, leite e grãos (soja, milho e arroz), além das usinas de açúcar e álcool. Estas têm sido as responsáveis pelo maior volume aplicado, principalmente no Estado de São Paulo.

O Banco do Brasil também tem operado com os recursos externos, disponibilizando-os

⁶Desde que registrada em sistema de registro e de liquidação financeira administrada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).

⁷Resolução BACEN nº 2.378, de 24/04/97.

⁸Os dados referem-se ao volume aplicado pelos bancos participantes da Comissão de Crédito Rural da FEBRABAN (abrange aproximadamente 90% do sistema financeiro privado mais bancos estaduais).

para empréstimos e financiamentos nas várias modalidades admitidas. Em São Paulo, a política tem sido atender diretamente ao produtor e promover a distribuição pulverizada dos recursos, admitindo, inclusive, contratos com valores abaixo do limite de financiamento estabelecido para a cultura. No entanto, tem havido uma certa preocupação em priorizar aplicações em culturas cotadas internacionalmente, como soja e café, de forma a reduzir o risco cambial.

Em 1996, essas aplicações do Banco do Brasil atingiram cerca de R\$250 milhões, enquanto no primeiro semestre de 1997, somaram R\$76 milhões. Nesta safra, as expectativas são de que essas operações atinjam algo em torno de R\$1 bilhão. Só para a linha destinada às indústrias de insumos e defensivos estão previstas aplicações de R\$150 milhões⁹.

2.1.3 - Cédula de Produto Rural (CPR)

Dentre os novos instrumentos utilizados pelo setor privado para o financiamento e comercialização do setor agrícola, a Cédula de Produto Rural (CPR) é o único que se mantém efetivamente no mercado, e sobre o qual existem informações estatísticas recentes.

Espera-se para a safra 1997/98 um aumento significativo tanto no número de operações como no valor negociado através de CPRs, visto que até o momento (14/08/97), as negociações registradas praticamente se equiparam às efetuadas na safra anterior (Tabela 1). A expectativa é de que essas operações atinjam aproximadamente R\$200 milhões nos próximos dois anos, principalmente em função das operações com produtos exportáveis, que por contarem com um mercado futuro bem estruturado, possibilitam uma boa previsão de preço para a época de liquidação do contrato, facilitando a negociação entre as partes envolvidas¹⁰.

No entanto, o volume negociado através de CPRs ainda é pouco significativo, se comparado aos volumes de recursos demandados pelo setor agrícola e ao potencial do merca-

do. Um dos entraves tem sido o elevado custo financeiro destas operações. Além do custo do aval, que no caso do Banco do Brasil varia de 0,45% a 0,65% ao mês sobre o valor da operação (dependendo da fase de desenvolvimento da cultura), o deságio efetuado no preço futuro do produto para efeito de pagamento antecipado é muito alto, pois reflete o custo de oportunidade do capital no período em que o recurso é adiantado. No entanto, espera-se a redução do custo financeiro destas operações, como decorrência da redução da taxa de juros na economia e do aumento da liquidez do título em função da sua maior utilização.

2.2 - Programas Especiais

O Governo Federal, através do PRONAF, PROCERA e do PROGER, e o governo estadual, por meio do FEAP, têm procurado atender aos segmentos da agricultura que, historicamente, têm dificuldades de acesso ao crédito rural. Os principais aspectos destes programas serão comentados a seguir.

2.2.1 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Governo estima que R\$1,65 bilhão serão destinados ao PRONAF, nesta safra, sendo R\$1 bilhão para o custeio, à taxa de 6,5% a.a., e R\$650 milhões para investimentos, com custo financeiro de 6% a.a. mais a TJLP¹¹. Além de um volume superior de recursos e menores taxas de juros, o Governo parece sensibilizado pelos recorrentes problemas que prejudicaram a efetiva liberação de recursos para o pequeno produtor rural. Foram frequentes as reclamações de que a burocracia e as exigências de garantias pelos bancos na liberação de recursos foram excessivas e prejudicaram as aplicações previstas nesse programa.

Visando sanar esse problema, o Governo criou, através da Resolução nº 2.410, a modalidade de crédito-rotativo para os financiamentos rurais de custeio ao amparo do PRONAF. Estes sujeitam-se à regulamentação específica do Programa com as seguintes condições

⁹Soares, Paulo. BB financia indústria de adubo e defensivo. *Gazeta Mercantil*, SP, 8/9 ago. 1997. p.C-7.

¹⁰Tsunechiro, Alfredo et al. Prognóstico Agrícola 1996/97: algodão, arroz, feijão, milho, soja. *Informações Econômicas*, SP, v.26, n.8, p. 51-102. ago. 1996.

¹¹Resolução BACEN nº 2.402, de 25/06/97.

TABELA 1- Evolução das Operações com a Cédula de Produto Rural (CPR) Emitida pelo Banco do Brasil, Brasil e Estado de São Paulo, Safras 1994/95 a 1998/99¹

Safra	Brasil		Estado de São Paulo		Participação percentual	
	Valor (R\$) (a)	Nº de CPR (b)	Valor (R\$) (c)	Nº de CPR (d)	(c)/(a)	(d)/(b)
1994/95	31.019.956,64	105	6.742.850,00	8	21,74	7,62
1995/96	59.192.871,64	666	2.033.230,69	13	3,43	1,95
1996/97	38.241.751,40	549	4.363.576,40	52	11,41	9,47
1997/98	34.157.020,51	504	5.911.262,22	83	17,31	16,47
1998/99	303.330,00	2	-	-	-	-
Total	162.914.930,19	1.826	19.050.919,31	156	11,69	8,54

¹Outros bancos têm operado com a CPR, no entanto não há estatísticas disponíveis.

Fonte: Banco do Brasil.

especiais: destina-se ao custeio agrícola e pecuário em função de orçamento simplificado, admitida a inclusão de verbas para atendimento de pequenas despesas conceituadas como de investimento e manutenção do beneficiário e sua família; os encargos incidem sobre o saldo devedor diário da conta vinculada à operação; o prazo máximo é de dois anos podendo ser renovado; os recursos podem ser utilizados livremente pelo beneficiário, podendo haver utilização em parcela única e reutilizações; as amortizações podem ser parciais ou total, a critério do beneficiário, mediante depósito durante a vigência da operação.

Com essas condições especiais, acredita-se que seja facilitada a obtenção dos recursos pelo pequeno produtor, principalmente nas operações subseqüentes, pois ele não precisará apresentar, a cada ano, novas propostas e novas garantias na renovação do crédito, que será automática. A expectativa é de que por esse meio os recursos estejam disponíveis com menor burocracia, mas, conhecendo a necessidade que os bancos têm de prevenir a inadimplência, não se espera grandes alterações na questão das garantias exigidas.

Houve também uma alteração no enquadramento dos produtores dentro desse Programa¹², que passará a admitir como beneficiárias as pessoas físicas que se dediquem à pesca de captura, à aquicultura e ao extrativismo, e que atendam alguns quesitos, comprovados por

agente credenciado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA). Em todas as atividades é necessário comprovar a manutenção de no máximo dois empregados permanentes, admitindo-se a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade o exigir. O crédito de investimento ao amparo do PRONAF se restringe aos beneficiários com renda bruta anual até R\$27.500,00, proveniente, no mínimo, 80% da exploração agropecuária e extrativa. Admite-se, porém, que a renda familiar bruta anual proveniente da avicultura, olericultura, piscicultura, sericicultura e suinocultura tenha um rebate de 50% para efeito de enquadramento no crédito de investimento. Para a aquisição de matrizes bovinas, o crédito de investimento fica restrito a projetos conduzidos por associações de produtores ou integrados a cooperativas ou agroindústrias e ao montante de R\$5.000,00.

2.2.2 - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA)

Algumas modificações foram introduzidas, neste ano, no PROCERA, cujos empréstimos destinam-se aos assentados. As taxas de juros, nesse programa, caíram de 12% a.a. para 6,5% a.a. e foram concedidos mais dois anos para o pagamento das dívidas vencidas ou a vencer este ano, se os assentados provarem a incapacidade de pagamento devido à ocorrência de fenômenos naturais ou outros fatores prejudiciais ao desenvolvimento da lavoura. Na prática, porém, a taxa efetiva será menor, pois o

¹²Resolução BACEN nº 2.409, de 31/07/97.

PROCERA tem um rebate de 50% no principal e nos juros do financiamento, sendo a taxa efetiva de 3,25% a.a.

No caso dos novos investimentos, foi estendido o prazo de pagamento de sete para oito a dez anos, com carência de três anos, além do aumento do limite de pagamento no caso dos projetos que incorporem novas tecnologias para aumentar a produtividade. Hoje o limite por assentado é de R\$7.500,00, no caso de investimentos, e de R\$1 mil para custeio. Os empréstimos em valores acima de R\$7.500,00 somente poderão ocorrer se o número de casos for inferior a 5% do número total de financiamentos e inferior a 15% do total de recursos que o PROCERA possui para aplicar este ano, estimados em R\$265 milhões¹³.

2.2.3 - Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural)

Com o objetivo de gerar empregos e aumentar a renda na área rural, o PROGER Rural coloca à disposição de mini e pequenos produtores, inclusive participantes de cooperativas ou associações de produção, e produtores familiares, linhas de crédito que podem ser utilizados para investimento ou custeio agrícola e pecuário. Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e são distribuídos pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Os beneficiários podem ser pessoas físicas ou jurídicas, devendo enquadrar-se nos seguintes requisitos: ser proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro¹⁴ até o limite máximo de 5 módulos fiscais; explorar a terra diretamente ou com a família, admitindo a ajuda de terceiros quando a atividade assim o exigir; obter no mínimo 80% da renda da atividade agropecuária ou extrativa vegetal; comprovar estar adimplente com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, no caso de pessoa jurídica, ou com a Previdência Social, quando pessoa física. Além disso, deve-se comprovar renda bruta anual de

até R\$48 mil¹⁵ e residência próxima ou no local do empreendimento.

Nas operações de custeio o limite financiável é de 70% da receita prevista, juros de 9,5% a.a., com prazo máximo de pagamento de dois anos, conforme o ciclo produtivo da cultura, para o custeio agrícola, e de um ano para o pecuário.

Já no caso dos investimentos, inclusive aquisição de máquinas, equipamentos, implementos e bens de produção associados novos, o limite é de 100% do valor proposto, e no caso de usados, o limite é de 50% do similar novo. Os encargos financeiros são a TJLP mais 6% a.a., podendo ser financiado em até três anos, com carência de até 18 meses.

O somatório das operações de custeio e de investimento ao amparo do PROGER estão limitadas ao teto máximo de R\$48 mil por beneficiário. O teto para as operações de custeio é de R\$30 mil. No caso dos investimentos, poderá alcançar R\$150 mil, quando se tratar de empreendimentos coletivos, limitado, porém, a R\$30 mil por participante.

Segundo o Banco do Brasil, em 1996, foram aplicados R\$890 milhões através das linhas do PROGER Rural, sendo R\$82 milhões em São Paulo. No período janeiro a junho de 1997, os dados são de, respectivamente, R\$90 milhões e R\$13 milhões. No entanto, pelo menos no Estado de São Paulo, a expectativa é de crescimento das aplicações.

2.2.4 - Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP)

Neste ano, o governo estadual tem manifestado interesse em potencializar as ações do Governo Federal no atendimento da parcela dos produtores considerados pequenos. A iniciativa vem sendo denominada Financiamento de Estímulo à Agricultura dos Pequenos Produtores e procura redirecionar os recursos do FEAP¹⁶, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abasteci-

¹³Bortot, Ivanir J. Crédito rural terá R\$380 milhões. *Gazeta Mercantil*, SP, 29 ago. 1997. p.C-9.

¹⁴Nos casos de financiamentos a posseiros, arrendatários ou parceiros, o contrato entre o dono da terra e o beneficiário do crédito deve ser registrado em cartório.

¹⁵Nas atividades da avicultura, olericultura, pecuária leiteira, piscicultura, sericultura e suinocultura aplica-se um rebate de 50%.

¹⁶Esse fundo foi criado pela Lei 5.444, de 17/11/59, ratificado pela Lei 7.001, de 27/12/90, e reorganizado pela Lei 7.964, de 16/07/92.

mento (SAA), e adequá-lo ao atendimento de pequenos produtores e às demandas regionais¹⁷. Para isso, a SAA coloca à disposição do produtor além do crédito, assistência técnica dirigida e suporte à execução dos projetos, através dos 40 Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDRs) distribuídos pelo Estado.

Está prevista a aplicação de recursos em Programas que visam apoiar a pesca artesanal, as cooperativas e associações de produtores rurais, promover o desenvolvimento regional rural, a conservação do solo e incentivar o uso de calcário agrícola, através de projetos específicos, conforme Orçamento Estadual aprovado. Os recursos do FEAP são operados pela Nossa Caixa/Nosso Banco e pelo BANESPA, através das normas gerais contidas no Manual de Crédito Rural, que definem o pequeno produtor rural ou produtor familiar.

No Programa denominado Apoio à Pesca Artesanal, está prevista a aplicação de R\$400 mil reais para custeio e R\$600 mil reais para apoio à infra-estrutura de comercialização, com encargos de 4% de juros ao ano e prazo de três anos para o pagamento, com um ano de carência. Os agentes financeiros são o BANESPA, no litoral, e Nossa Caixa/Nosso Banco, no interior.

O Programa de Apoio às Cooperativas e Associações de Produtores Rurais engloba os projetos Mini Usinas de Leite, Pequenas Agroindústrias, Máquinas e Equipamentos Comunitários e Insumos Coletivos. Este último tem o BANESPA como agente financeiro e os demais, a Nossa Caixa/Nosso Banco. Dentro do Projeto Insumos Coletivos, os recursos estimados são de R\$900 mil para custear a diferença entre as taxas cobradas pelas instituições financeiras oficiais e os encargos de 6% previsto pelo Programa. Os limites são de R\$5 mil por produtor ou R\$200 mil por entidade, com prazo máximo de dois anos, sendo um de carência.

No Projeto Máquinas e Equipamentos Comunitários, estima-se a aplicação de recursos da ordem de R\$3 milhões, com juros de 4% a.a. e prazo de quatro anos, com um de carência. O limite é de R\$100 mil por projeto. O Projeto de Mini Usinas de Leite deverá contar com R\$2,3 milhões, juros de 4% a.a. e prazo de 3,5 anos

para pagar com seis meses de carência.

No Programa de Desenvolvimento Regional Rural, os Projetos Bananicultura e Piscicultura deverão contar com R\$500 mil cada um, a taxas de 4% a.a., prazo de dois anos para pagar com até um ano de carência. O limite, em ambos os casos, é de R\$10 mil. O Projeto Algodão deverá contar com recursos da ordem de R\$3 milhões e permitir o financiamento de até R\$37 mil por produtor ao custo de 6% a.a. e prazo de um ano para o pagamento. Para o Projeto Café estão previstos R\$3 milhões, a serem aplicados com juros de 4% a.a., e prazo de pagamento de quatro anos, com três de carência.

No Programa de Conservação do Solo e de Incentivo ao Uso de Calcário Agrícola, o Projeto de Combate à Erosão do Solo deverá contar com R\$3 milhões, limite de R\$6 mil, sem juros, dois anos para pagar e um de carência. Já o Projeto calcário deverá contar com R\$600 mil, com taxas de juros de 6% a.a., três anos de prazo, sendo um de carência e limite de R\$5 mil por produtor.

2.3 - Preços Mínimos e Comercialização da Safra

Serão comentadas a seguir as principais alterações na política de preços mínimos, bem como os mecanismos de comercialização introduzidos nas últimas safras pelo Governo Federal.

2.3.1 - Preços mínimos

Os preços mínimos para a safra 1997/98, em sua maioria, foram definidos com valores superiores aos fixados para a safra anterior. Apenas o milho e o arroz tiveram tratamento diferenciado, com redução e/ou manutenção dos valores definidos para a safra 1996/97 (Tabela 2).

O algodão foi o produto que recebeu o maior aumento de preços, equivalente a 7,7% para o algodão em caroço, resultando num preço mínimo de R\$7,00 por arroba (@), e de 5,83% para o algodão em pluma, que passará a R\$24,50/@. Segundo documento do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA), o ob-

¹⁷Lei 9.510, de 20/03/97.

TABELA 2 - Preços Mínimos, Safras de Verão 1996/97 e 1997/98

Produto	Início da operação 1997/98	Unidade	Unidades da Federação/ Regiões amparadas	1996/97 (R\$/unidade)	1997/98 (R\$/unidade)
Algodão					
Caroço	Fev./98	15kg	Brasil	6,50	7,00
Pluma	Fev./98	15kg	Brasil	23,15	24,50
Arroz em casca					
Irrigado	Fev./98 ¹	50kg	Brasil	10,53	10,53
Sequeiro	Fev./98 ²	60kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste-exceto Mato Grosso e Nordeste	9,30	9,30
			Mato Grosso e Tocantins	8,97	8,97
			Norte - exceto Tocantins	8,46	8,46
Feijão em cores	Nov./97	60kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	25,20	26,00
	Abr./98	60kg	Rondônia	24,00	24,00
Mandioca					
Raiz	Jan./98	1t	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	24,00	25,00
Farinha	Jan./98	50kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	7,40	7,70
Fécula	Jan./98	1kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	0,22	0,229
Milho	Fev./98 ³	60kg	Sul, Sudeste, Tocantins, Bahia-Sul, sul do Maranhão e sul do Piauí	6,70	6,70
			Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal	6,70	6,50
			Mato Grosso, Acre e Rondônia	6,30	6,00
Soja	Fev./98	60kg	Sul, Sudeste e Centro-Oeste - exceto Mato Grosso	8,88	9,50
			Mato Grosso, Pará, Tocantins e Nordeste	8,43	9,00
			Amazonas, Acre e Rondônia	7,98 ⁴	8,50
Sorgo	Fev./98	60kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Bahia-Sul	4,68	4,69

¹Válido para as áreas irrigadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, set./95; de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, jan./98.

²Roraima, set./95.

³Santa Catarina e Rio Grande do Sul, jan./98.

⁴Exceto o Amazonas.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

jetivo é apoiar o novo ciclo da cultura algodoeira, em face das boas perspectivas econômicas e de mercado que favorecem a recuperação da lavoura.

A soja recebeu aumento do preço mínimo, na safra 1997/98, de 6,52%, 6,76% e 6,98%, conforme a região. As Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, exceto Mato Grosso, receberam o maior aumento, resultando num preço mínimo de R\$9,50 contra R\$8,88 por saca na safra 1996/97.

No caso da mandioca, a variação dos preços foi de 4,17%, 4,05% e 4,09%, redundando, respectivamente, em preços mínimos de R\$25,00 por tonelada de raiz, R\$7,70 por sacco de 50kg de farinha e R\$0,23 por quilo de fécula *in natura*.

O preço mínimo do feijão (cores e preto) recebeu aumento de 3,17%, situando-se em R\$26,00 por saca de 60kg para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Para o Estado de Rondônia foi mantido o valor da safra anterior de R\$24,00 por saca de 60kg. O preço do sorgo passou de R\$4,68 por saca de 60kg para R\$4,69.

No caso do arroz, não houve qualquer reajuste no preço mínimo, que foi mantido em R\$10,53/sc.50kg para o arroz irrigado e de R\$9,30/sc.60kg para o de sequeiro no Centro-Sul. Esse fato, associado ao fraco desempenho econômico que os rizicultores vêm enfrentando nos últimos anos e ao grande endividamento do setor, poderá levar a um aumento das necessidades de importações do produto para assegurar o abastecimento do mercado interno.

Para a cultura do milho, o preço mínimo foi reduzido nos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal dos atuais R\$6,70 por saca de 60kg para R\$6,50 (3,01%) e dos R\$6,30 para R\$6,00, nos Estados de Mato Grosso, Acre e Rondônia (4,75%). Para o restante do País foi mantido em R\$6,70. Os novos valores fixados tornam claro o desestímulo à cultura do milho, principalmente nas regiões de fronteira, onde o Governo Federal mantém elevados estoques, que devem aumentar em setembro com o início do prazo de vencimento dos primeiros contratos de opção, visto que o preço, principalmente no Centro-Oeste, não evoluiu para patamares acima do mínimo definido.

Os dados da CONAB para aquisições e Empréstimos do Governo Federal (AGF e EGF), referentes à posição em 30/06/97, refletem bem a situação enfrentada pelo milho e arroz. As compras realizadas através de AGFs, para produtos da safra 1996/97, totalizaram 2.224 mil toneladas, concentradas nas aquisições de milho (96,5%) e arroz (3,4%). Através da concessão de EGFs, foi financiada a produção de 866,5 mil toneladas de produtos, sendo 51,8% de milho, 36,9% de soja e 9,1% de arroz.

Dessa forma, a atuação do Governo, através de AGFs e EGFs, restrito quase que exclusivamente ao financiamento da produção de milho, representou 7,1% da produção nacional deste produto na safra 1996/97, de 36,6 milhões de toneladas. Considerando-se os contratos de opção, por meio do qual foram negociadas 1,02 milhão de toneladas, a participação do Governo na comercialização da safra de milho sobe para 9,9%.

As principais alterações nas regras para utilização de EGFs (sem opção de venda) na comercialização da safra 1997/98 com relação à safra anterior foram: a redução na taxa de juros para 9,5% a.a., quanto ao amparo de recursos controlados, e o aumento dos limites de financiamento dos produtos para cada beneficiário/safra, que são os mesmos do custeio. Os limites não são acumulativos, de forma que o beneficiário pode obter financiamento para mais de um produto ou finalidade e em faixas diferentes, desde que observados os respectivos tetos e respeitado o limite da faixa de crédito de valor superior em que aparecer como tomador.

As indústrias, beneficiadores e cooperativas de produtores rurais que industrializem ou

beneficiem seus produtos estão também autorizados a fazer EGFs¹⁸, desde que a aquisição da matéria-prima seja feita diretamente de produtores rurais e suas cooperativas, por preço nunca inferior ao mínimo fixado e até 50% da capacidade de industrialização/trans formação¹⁹ durante o período operacional, compreendido entre a contratação e o vencimento do EGF-SOV.

As operações de AGF serão asseguradas aos produtores em dois casos: quando forem beneficiários do PRONAF e optarem pela liquidação do financiamento mediante a entrega do produto e para o pagamento das parcelas da dívida securitizada. Fica mantida a utilização da AGF em casos especiais.

2.3.2 - Contrato de opções

O Governo tem procurado reduzir o seu custo com a política de sustentação da renda do produtor e, em contrapartida, modernizar as operações de comercialização. A criação dos contratos de opção e do Prêmio para Escoamento de Produto (PEP), a extinção do Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda (EGF-COV) e a utilização do recurso da Aquisição do Governo Federal (AGF) só em casos especiais, vêm confirmar esta situação.

Os contratos de opção²⁰ constituem-se numa alternativa para a comercialização da produção e têm como principal característica ser um mecanismo de seguro de preços. Nesse sentido, o Governo lançou, na safra 1996/97, os contratos de opção de venda, que dão ao produtor o direito, mas não a obrigação, de vender a sua produção ao Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O lançamento dos contratos de opção devem ocorrer sempre que o preço pago aos produtores estiver abaixo do preço mínimo.

¹⁸Os produtos amparados são: algodão, alho, amendoim, castanha de caju, cera de carnaúba, farinha e fécula de mandioca, girassol, juta/malva, mamona, milho, sisal e trigo.

¹⁹No caso de cevada e uva, os limites são definidos pelas partes contratantes.

²⁰Uma melhor descrição e a forma de operacionalização dos contratos de opção constam em Tsunechiro, Alfredo et al. Prognóstico Agrícola 1996/97: algodão, arroz, feijão, milho soja. *Informações Econômicas*, SP, v.26, n.8, p.51-102, ago. 1996.

Apesar de inicialmente estarem previstos o lançamento de contratos para os produtos milho, trigo, arroz e algodão, apenas o de milho foi efetivado. No entanto, diante da surpreendente aceitação por parte dos produtores, verificada pelo volume de contratos adquiridos, o Governo poderá estender o lançamento de contratos de opção também para os outros três produtos, dependendo do comportamento dos preços e da avaliação sobre a oportunidade do lançamento, pela CONAB e Secretaria de Política Agrícola.

Os leilões para a venda de opções de milho passaram a ocorrer a partir de março de 1997. Os primeiros ocorreram em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul onde os preços no mercado à vista estavam deprimidos. Com o sucesso das operações e a necessidade de sustentação de preços em outras regiões, os leilões foram ampliados para os Estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

De acordo com dados da CONAB, até 27 de junho de 1997, foram negociados 38.112 contratos de milho²¹, totalizando 1.029.024 toneladas, representando 41% do total ofertado. Os maiores prêmios foram observados nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, refletindo a expectativa pessimista dos produtores com o comportamento dos preços de mercado nos próximos meses, e a conseqüente necessidade de garantir a venda para o Governo pelo preço de exercício. Este preço é superior ao mínimo de garantia, pois inclui os custos financeiros e de estocagem até o vencimento do contrato. No caso do Estado de São Paulo, foram negociados apenas 27 contratos (729 toneladas), segundo avaliação da CONAB, em função do preço de exercício fixado, que foi considerado baixo.

2.3.3 - Prêmio para escoamento de produto (PEP)

O PEP é um mecanismo que passou a ser utilizado pelo Governo a partir de 1996²² com

²¹Cada contrato de milho se refere a 27 toneladas do produto em grão, com 1% de impureza, 6% de ardidos, umidade máxima de 13%, variedade semiduro e duro.

²²As primeiras operações ocorreram com trigo, a partir de novembro de 1996, e a partir do primeiro semestre de 1997, com milho.

o objetivo de garantir um preço de referência ao produtor e às cooperativas e, ao mesmo tempo, regular o abastecimento interno, sem que seja necessário adquirir o produto. Identificado um problema regional de comercialização, o Governo, por intermédio da CONAB, oferece um bônus ou prêmio, em leilões públicos, aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor ou da cooperativa pelo preço de referência, que geralmente é próximo ao mínimo. Para receber o bônus, o comprador deve depositar o valor de referência no banco, que o repassará ao produtor que vendeu o seu produto. O bônus é, em média, a diferença entre o preço de referência e o de mercado.

Resumidamente, esse mecanismo permite que o Governo estimule, através da oferta do bônus, a aquisição do produto pelo setor privado em regiões onde os preços se encontram deprimidos e demandariam medidas para a sustentação dos preços, com conseqüente manutenção de estoques, enquanto outras regiões estariam importando.

Este mecanismo já foi utilizado para a comercialização de milho e trigo, e pode ser empregado para todos os produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos.

2.4 - Zoneamento Agrícola e PROAGRO

O PROAGRO vem sofrendo alterações importantes desde a safra 1996/97 incorporando recomendações técnicas referentes ao zoneamento agrícola elaborado pelo MAA na definição de seu custo, o que vem permitindo redução da alíquota do adicional²³, tornando esse instrumento mais acessível aos produtores. O zoneamento contempla, basicamente, um novo cronograma de plantio, combinado com variedades de sementes e grau de aptidão dos solos localizados em diferentes municípios. No primeiro ano de sua implementação, o zoneamento apresentou alguns problemas que dificultaram a operacionalização do crédito rural para a finalidade de custeio, pois as recomendações bem como a relação dos municípios aptos para as culturas foram liberados em várias etapas. Houve atraso no recebimento pelas agências financeiras das

²³O adicional corresponde ao prêmio dos seguros tradicionais.

regras para enquadramento das culturas no zoneamento, além de terem sido feitas críticas sobre os critérios técnicos adotados para sua definição. No caso de São Paulo, foram apontados alguns problemas com as recomendações referentes a regiões e épocas de plantio do milho e sugeridas modificações.

Na safra de verão 1997/98, espera-se menos tumulto, pois as regras referentes ao zoneamento, em sua quase totalidade, já estão distribuídas nas agências. Assim, as operações de custeio conduzidas por produtores que optem por adotar as recomendações técnicas referentes ao zoneamento agrícola implantado pelo MAA poderão contar com um seguro mais barato em sete estados e no Distrito Federal²⁴. Os valores de alíquota de adicional para as culturas de arroz e feijão serão de 6,7%, contra os 11,7% correspondentes à alíquota normal de adicional. Para algodão, milho e soja, as alíquotas serão de 3,9% contra os 7% de alíquota normal. Também foram reduzidas as alíquotas para a cultura do feijão (para 5,7%) e de milho e soja (para 2,9%), quando o beneficiário utilizar a técnica de plantio direto.

Em relação à dívida acumulada do PROAGRO, espera-se a liberação de recursos para pagamento do PROAGRO velho de produtores que utilizaram recursos próprios (R\$97 milhões). Devido aos inúmeros problemas que cercam a administração desse instrumento e que colaboraram para agravar seu endividamento, o MAA deverá encaminhar ao Conselho Monetário Nacional (CMN) voto favorável ao condicionamento do acesso ao PROAGRO à adoção das condições previstas no zoneamento.

O seguro agrícola, em São Paulo e em parte do Paraná, pode ser feito, também, com a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP). A própria COSESP, no entanto, salienta diferenças entre o PROAGRO e o seu seguro, que podem ser resumidas quanto aos eventos cobertos e à velocidade na verificação do sinistro e pagamento da indenização. Certamente, em função dessas diferenças e de sua própria forma de administração, esse seguro pode revelar-se mais caro que o PROAGRO. Os

prêmios cobrados pela COSESP são: de 4% a 11% para algodão; de 5% a 7% para soja; 4% para feijão irrigado e 9% para o da seca e das águas; de 5% a 10% para milho e de 12% a 16% para arroz.

2.5 - Perspectivas

De maneira geral, as medidas anunciadas pelo Governo para a safra 1997/98 são melhores do que as observadas no ano anterior, principalmente em relação às condições dos financiamentos com recursos controlados e daqueles disponibilizados para investimento, através do BNDES. Devem crescer em importância a aplicação no setor agroindustrial dos recursos obtidos externamente, na medida em que apresentam custos financeiros inferiores aos dos recursos internos com taxas livremente negociadas.

Esse conjunto de medidas tende a contribuir para uma melhor *performance* do setor, mas outros fatores devem ser considerados. Um deles é o vencimento, em 31 de outubro de 1997, da primeira parcela da dívida renegociada (securitizada), em torno de R\$2 bilhões, que deverá comprometer parte da receita obtida com a safra anterior, interferindo na capacidade de autofinanciamento do produtor. Outro, é a capacidade dos produtores quanto ao fornecimento de garantias exigidas pelos bancos nas operações de financiamento, dado que grande parte delas foi comprometida no processo de securitização, podendo vir a dificultar obtenção de novos recursos.

No ano anterior, a questão das garantias somada ao excesso de burocracia, dificultou a liberação de recursos, principalmente os do PRONAF. A criação do crédito rotativo ao amparo desse programa, que dá ao produtor maior autonomia e flexibilidade na aplicação dos recursos, é uma tentativa de minimizar essas dificuldades. No entanto, não há indícios de que em termos das garantias exigidas na primeira operação, as condições sejam muito diferentes das atuais, em face da maior cautela dos agentes financeiros em relação à concessão de crédito. Acredita-se, contudo, que as operações seguintes deverão ser facilitadas, pois este novo sistema dispensa a burocracia para a renovação do crédito. Uma avaliação mais criteriosa somen-

²⁴O Ministério definiu municípios habilitados nos Estados de Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Distrito Federal.

te será possível após a entrada em funcionamento do sistema de crédito rotativo.

As informações disponíveis, até o momento, sobre o pagamento da primeira parcela da dívida securitizada, a vencer em outubro deste ano, revelam que não deverá ocorrer prorrogação do prazo. No entanto, especula-se da possibilidade de alterações nos cálculos do saldo da dívida securitizada.

Segundo a CONAB, estão sendo feitas avaliações sobre a utilização do PEP por ocasião tanto da entrega dos produtos para pagamento da primeira parcela das dívidas securitizadas, como do vencimento dos contratos de opção, nas regiões onde as opções forem exercidas. Essas são medidas possíveis que evitariam que o Governo tivesse de dispender o equivalente ao preço de exercício, no caso dos contratos de opção e, em ambos os casos, arcar com a formação e manutenção de estoques elevados.

Apesar das estimativas de aplicação de recursos, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), de R\$12 bilhões na atual safra, superiores à média dos anos noventa, que girou em torno de R\$8 bilhões, a demanda do setor agrícola supera esse valor. Para suprir essa lacuna, o setor tem a possibilidade de recorrer, a exemplo de anos anteriores, a alternativas de financiamento que incluem operações de escambo insumo/produto, entre indústrias e produtores/cooperativas; o contrato soja-verde²⁵; e os certificados e cédulas rurais²⁶, como a Cédula de Produto Rural (CPR).

3 - MERCADO DE INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

As perspectivas para o mercado de insumos e de máquinas agrícolas para 1997 são

²⁵Instrumento privado e de negociação em balcão, desenvolvido pelas agroindústrias e *tradings* em conjunto com a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC).

²⁶*Securities* lastreadas em produtos agrícolas. Além da CPR, o mercado dispõe do Certificado de Mercadorias com Emissão Garantida (CM-G) entre outros contratos registrados pela Companhia Nacional de Registros (CNR). No entanto, estes últimos mecanismos não têm apresentado uma evolução muito regular, em função de vários fatores, entre os quais se destacam os custos elevados e a falta de familiaridade dos agentes com a operacionalização.

bem mais favoráveis que para o último ano, conforme as análises a seguir.

3.1 - Calcário

O consumo aparente de calcário agrícola no Brasil, segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (ABRACAL), em 1995, apresentou acentuada queda (- 40%), em relação ao ano anterior, situando-se em 12,2 milhões de toneladas. Em 1996, observou-se uma reação na demanda, sendo consumidas 15,6 milhões de toneladas, quantidade, porém, bem inferior à observada em 1994 (20,4 milhões) e aquém da necessidade dos solos brasileiros (entre 38 e 51 milhões de toneladas/ano).

Esse aumento na demanda em 1996 pode ser explicado pela recuperação das condições de renda e liquidez dos agricultores, pelos preços favoráveis de produtos agrícolas no mercado internacional, como café e soja, dentre outros fatores.

Os Estados brasileiros que mais consumiram calcário agrícola, em 1996, foram: São Paulo, Paraná, Góias, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, os quais responderam por 84,7% do total consumido no País.

O consumo de calcário no Estado de São Paulo em 1996 atingiu 3,437 milhões de toneladas, apresentando aumento de apenas 2,2% em relação a 1995 (3,364 milhões de toneladas), segundo o Sindicato das Empresas Extrativas, Industriais e Comerciais e Intermediadoras de Calcário, Cal e Derivados para Uso Agrícola do Estado de São Paulo (SINDICAL) (Tabela 3).

O preço médio FOB de calcário, posto fábrica, em São Paulo, situou-se, em 1996, em US\$13,50 por tonelada, e o consumo paulista de calcário movimentou o valor de US\$46,5 milhões, 5,8% superior ao observado em 1995. O custo do transporte de calcário é o principal item que onera o preço final desse insumo. Segundo fontes do setor, estima-se o custo médio do transporte rodoviário no Estado em torno de US\$10 a 12/t.

Em 1996, 30,8% da quantidade total de calcário agrícola comercializada na agricultura paulista foi proveniente de outros Estados, especialmente do Paraná e de Minas Gerais. Conforme ocorre tradicionalmente, o consumo

TABELA 3 - Estimativa de Consumo de Calcário Agrícola no Estado de São Paulo, 1996-97

Mês	Associados (t)	Não associados (t)	Outros estados (t)	Total	
				Quantidade ¹ (t)	Valor (US\$)
1996					
Jan.	83.226,8	12.950,0	42.753,6	138.930,4	2.020.884
Fev.	83.108,4	12.931,6	42.692,7	138.732,7	2.129.634
Mar.	79.579,0	12.382,4	40.879,7	132.841,1	2.110.417
Abr.	81.531,6	12.686,3	41.882,7	136.100,6	2.077.818
Mai	109.737,6	17.075,1	56.372,2	183.184,9	2.671.375
Jun.	133.258,8	20.735,0	68.455,0	222.448,8	3.193.994
Jul.	192.224,1	29.910,0	98.745,5	320.879,6	4.068.469
Ago.	322.365,1	50.160,0	165.598,9	538.124,0	7.102.891
Set.	321.692,4	50.055,3	165.253,3	537.001,0	7.186.662
Out.	286.742,3	44.617,1	147.299,5	478.658,9	5.881.192
Nov.	163.233,3	25.399,1	83.852,9	272.485,3	3.368.097
Dez.	202.069,0	31.441,9	103.802,8	337.313,7	4.776.312
Total	2.058.768,4	320.343,8	1.057.588,8	3.436.701,0	46.545.804
1997					
Jan.	58.412,4	9.088,9	30.006,4	97.507,7	1.058.849
Fev.	92.521,5	14.396,3	47.528,3	154.446,1	1.454.037
Mar.	87.295,0	13.583,1	44.843,4	145.721,5	1.679.145
Abr.	81.427,3	12.670,0	41.829,2	135.926,5	1.779.470
Mai	116.488,3	18.125,5	59.840,0	194.453,8	2.234.104
Jun.	181.074,8	28.175,2	93.018,1	302.268,1	3.614.629
Total	617.219,3	96.039,0	31.065,4	1.030.323,1	11.820.234

¹Refere-se ao somatório das vendas das empresas associadas e não associadas ao SINDICAL, assim como do calcário proveniente de outros estados.

Fonte: Sindicato das Empresas Extrativas, Industriais, Comerciais e Intermediadoras de Calcário, Cal e Derivados para Uso Agrícola, do Estado de São Paulo (SINDICAL).

de calcário agrícola concentrou-se no segundo semestre (72,3%), contra apenas 27,7% no primeiro semestre.

No primeiro semestre de 1997, o consumo de calcário no Estado de São Paulo totalizou 1,030 milhão de toneladas, contra 952 mil toneladas em igual período de 1996, aumentando, portanto, 8,2%. Contribuíram para esse melhor desempenho, principalmente, os preços favoráveis para diversos produtos agrícolas, melhoria na renda agrícola e medidas de estímulo ao emprego de calcário agrícola por órgãos estaduais (Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI e Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA) e empresas do setor, como: a implantação de campos de demonstração com a realização de dias de campo, elaboração de

campanha pela mídia e apresentação de palestras técnicas para grupos de agricultores, mostrando a importância da calagem para o aumento da produtividade agrícola.

Para 1997, as perspectivas de consumo de calcário no Estado de São Paulo são bastante otimistas, com a expectativa de que situe-se acima de 4,0 milhões de toneladas, em função da estimativa de aumento da área plantada e de maior uso de tecnologia para diversas culturas, da disponibilidade de recursos de crédito rural e dos programas estaduais de financiamento, destinados à aquisição, transporte e aplicação de calcário, como o "Financiamento de Investimento - Calcário Banespa", para os produtores rurais, com taxa efetiva de juros de 9,5% a.a., e o "Programa de Conservação do Solo e de Incentivo ao Uso de Calcário Agrícola-Projeto

Calcário" do Fundo de Expansão da Agricultura e Pesca (FEAP), aprovado em julho de 1997, cujos beneficiários são os agricultores familiares paulistas, com prazo de pagamento de três anos, limite de financiamento de 140 toneladas por produtor à taxa efetiva de juros de 6%a.a., sendo que o FEAP arcará, como subvenção econômica, com a diferença entre esta taxa e aquela vigente na data da liberação do financiamento. Ambos os programas são financiados através do BANESPA.

Para o Brasil, a previsão do setor é de que o consumo aumente em torno de 9%, devendo situar-se em torno de 17,0 milhões de toneladas. Há expectativa de acréscimo nas vendas na maioria dos Estados brasileiros, especialmente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de São Paulo. As projeções otimistas para o setor se baseiam, principalmente, nas estimativas de renda agrícola recorde em 1997 e nas novas medidas de política agrícola para a safra de verão 1997/78, dentre as quais aquela em que o Governo colocou à disposição dos agricultores diversas fontes de recursos para o financiamento das operações de plantio, como das exigibilidades bancárias sobre os depósitos à vista, de recursos externos captados através da Resolução BACEN nº 2.148, do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Geração de Empregos e Renda (PROGER) e, também, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.2 - Defensivos Agrícolas

No Brasil, as vendas de defensivos agrícolas em 1996 atingiram US\$1.792,7 milhões, registrando aumento de 16,7% em relação às de 1995 (US\$1.535,6 milhões) e de 27,7% relativamente às de 1994 (US\$1.404,0 milhões), segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG) (Tabela 4). Colaboraram para esse incremento do faturamento do setor a melhoria das condições de renda e liquidez dos agricultores de grãos com condições favoráveis no mercado externo para produtos agrícolas (como soja e café), maior emprego de tecnologia pelo produtor, acréscimo na área plantada de soja e trigo e a securitização das dívidas dos agricultores.

Os diversos segmentos do setor obtiveram resultados positivos, em 1996, com exceção de acaricidas, cujo valor das vendas decresceram de US\$99,7 milhões em 1995 para US\$92,2 milhões em 1996, para as culturas de tomate, citros, hortaliças, algodão e fruticultura em geral.

As vendas de herbicidas, em 1996, cresceram 20,4%, em relação ao ano anterior, totalizando US\$1.005,1 milhão. Esse desempenho comercial bastante favorável pode ser explicado por diversos fatores, dentre eles: a) aumento de 30,0% nas vendas para a cultura da soja, que apresentou aumento na área plantada; b) maior uso de tecnologia no milho, com crescimento de 11,7% nas vendas; c) incremento na área plantada de trigo, com acentuada elevação nas vendas (67,8%); d) acréscimos registrados, também, nas vendas para cana-de-açúcar, algodão e citros.

No segmento dos fungicidas, o aumento no valor das vendas foi de 21,7%, evoluindo de US\$227 milhões em 1995 para US\$276 milhões em 1996, tendo em vista maior demanda, principalmente, para trigo, café, tomate e hortaliças. Em contrapartida, no caso específico do feijão, a retração na área plantada contribuiu para queda de 7,5% nas vendas para essa cultura.

Quanto aos inseticidas, as vendas apresentaram crescimento de 10,8%, no citado período, perfazendo US\$376 milhões em 1996. Segundo fontes do setor, colaboraram para esse melhor desempenho o incremento na área plantada de soja, a crescente tecnificação da agricultura em geral e o lançamento de novos produtos, podendo ser citado como exemplo, os significativos negócios de vendas (US\$22,1 milhões) de inseticidas para o tratamento de sementes de milho. Também, foram observados aumentos nas vendas para várias outras culturas, como café, cana-de-açúcar e citros.

As vendas do segmento "outros", que engloba antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores, aumentaram de US\$35 milhões em 1995 para US\$43 milhões em 1996.

No Brasil, em 1996, os herbicidas continuaram a responder pela maior parte das vendas do setor de defensivos (56,1%), cabendo 20,9% aos inseticidas, 15,4% aos fungicidas, 5,2% aos acaricidas e 2,4% ao segmento "outros".

As vendas de defensivos agrícolas pa-

TABELA 4 - Vendas de Defensivos Agrícolas, por Destinação e por Classe, Brasil, 1994-96

(em US\$1.000)

Destinação	Acaricidas			Fungicidas			Inseticidas		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Algodão	852	994	662	-	165	1.024	46.722	39.688	32.349
Amendoim	-	-	-	1.476	1.541	1.848	1.209	907	943
Arroz de sequeiro	-	-	-	1.272	941	1.203	1.314	460	586
Arroz irrigado	-	-	-	2.630	2.420	2.338	477	2.050	1.736
Batata-inglesa	65	84	-	28.877	37.737	38.190	18.541	21.582	19.043
Café	9	13	-	36.607	43.484	47.579	19.990	28.026	30.529
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	3	113	5.173	11.801
Citros	85.585	91.470	87.939	13.546	12.800	12.770	12.657	12.174	18.089
Feijão	61	69	-	21.748	23.932	22.142	10.082	10.277	8.814
Fumo	-	-	-	713	1.333	393	7.615	12.171	16.713
Milho	-	-	-	10	84	1.086	17.129	15.061	22.948
Soja	-	98	-	2.009	2.467	2.202	75.849	79.990	87.910
Tomate	233	3.483	621	18.320	19.223	25.816	13.450	16.363	20.336
Trigo	-	1	-	19.767	14.886	31.554	3.097	1.885	3.072
Fruticultura em geral	1.853	1.447	1.039	20.310	24.685	27.432	6.934	6.121	4.451
Hortaliças	1.809	1.852	1.303	18.889	19.427	23.582	11.098	12.737	15.338
Trat. de sementes	-	-	-	17.391	16.331	26.037	29.061	27.413	29.806
Outras ¹	359	149	673	7.515	5.565	11.132	24.908	46.950	51.084
Total	90.826	99.660	92.237	211.080	227.021	276.331	300.246	339.028	375.548

Destinação	Herbicidas			Outros ²			Total		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Algodão	10.693	10.752	13.748	1.567	2.225	1.986	59.834	53.824	49.769
Amendoim	218	184	172	27	21	6	2.930	2.653	2.969
Arroz de sequeiro	1.144	1.191	839	-	-	-	3.730	2.592	2.628
Arroz irrigado	59.635	51.331	58.932	249	527	355	62.991	56.328	63.361
Batata-inglesa	2.570	2.809	3.388	195	191	385	50.248	62.403	61.006
Café	15.182	18.160	28.542	158	127	288	71.946	89.810	106.938
Cana-de-açúcar	148.498	165.584	186.448	6.745	10.648	10.861	155.356	181.405	209.113
Citros	14.397	19.289	26.541	563	349	484	126.748	136.082	145.823
Feijão	21.373	24.744	25.233	625	719	835	53.889	59.741	57.024
Fumo	657	1.442	1.772	6.883	8.047	11.711	15.868	22.993	30.589
Milho	92.261	105.970	118.367	836	1.154	1.148	110.236	122.269	143.549
Soja	353.913	365.432	474.956	4.840	8.028	8.668	436.611	456.015	573.736
Tomate	517	381	840	272	176	156	32.792	39.626	47.769
Trigo	8.301	10.518	17.649	169	93	186	31.334	27.383	52.461
Fruticultura em geral	4.395	3.131	4.654	1.732	1.723	4.344	35.224	37.107	41.920
Hortaliças	5.825	7.289	4.585	458	601	662	38.079	41.906	45.470
Trat. de sementes	-	-	-	-	-	-	46.452	43.744	55.843
Outras ¹	36.183	46.769	38.446	814	334	1.368	69.779	99.767	102.703
Total	775.762	834.976	1.005.112	26.133	34.963	43.443	1.404.047	1.535.648	1.792.671

¹Alho, áreas não cultivadas, cacau, cebola, combate a formigas, grãos armazenados, reflorestamento e outras.

²Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

ra a agricultura brasileira se concentram em um número pequeno de culturas. Em 1996, o conjunto de produtos agrícolas, formado por soja, cana-de-açúcar, citros, milho e café, foi responsável por 65,8% do total das vendas do setor.

No País, as vendas de defensivos não se distribuem de maneira uniforme nas diversas Unidades da Federação. Em 1996, segundo o SINDAG, o Estado que teve maior participação no valor das vendas foi o de São Paulo (28,2%), seguido do Paraná (20,1%), Rio Grande do Sul (13,0%), Minas Gerais (8,6%), Mato Grosso (6,9%), Goiás (6,6%), Mato Grosso do Sul (4,7%) e o restante foi para os demais estados.

Com relação à evolução dos preços dos defensivos agrícolas entre julho de 1996 e julho de 1997, os dados de preços médios pagos pelos agricultores na cidade de São Paulo, levantados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), indicaram que de vinte defensivos pesquisados, doze apresentaram elevação dos preços reais, situando-se entre 0,8% e 17,7%. No caso dos oito produtos que tiveram queda real dos preços, destacaram-se o formicida Mirex Extra e o herbicida Scepter (ambos com decréscimo de 6,1%).

Em 1997, no primeiro semestre, o faturamento das indústrias de defensivos totalizou US\$579,0 milhões, com incremento de 23,4% em relação ao registrado em igual período de 1996 (US\$469,0 milhões), de acordo com a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) (Tabela 5). Dentre os vários fatores que contribuíram para esse bom desempenho comercial destacam-se: a antecipação de compras pelos agricultores, o uso de produtos pós-emergentes na soja e a incorporação de tecnologia na cana-de-açúcar e milho safrinha.

Nos diversos segmentos, no referido período, registrou-se o maior aumento nas vendas para inseticidas (29,9%), seguido dos herbicidas (28,5%), fungicidas (23,8%) e "outros" (16,4%), enquanto os acaricidas registraram decréscimo de 15,1%. Cabe destacar que a citricultura tem sido responsável por mais de 90% das compras de acaricidas e que as condições de mercado pouco favoráveis para o citricultor têm contribuído para a retração no faturamento desse segmento nos dois últimos anos.

Para 1997, as expectativas do setor são bastante otimistas, estima-se aumento de 15% no faturamento, em relação ao ano anterior,

situando-se em torno de US\$2 bilhões. Também são previstos acréscimos nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, nos próximos cinco anos. Esse otimismo é reflexo dos seguintes fatores que concorrem para a expansão da produção agrícola: a) maior volume de recursos de crédito rural e taxa de juros menores, b) isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a exportação de produtos primários; c) crescimento da renda agrícola e maior liquidez dos agricultores; d) boas cotações de preços no mercado internacional de café e soja; e) a aprovação da Lei nº 9.456, de Proteção de Cultivares, que levará ao aumento de investimento em biotecnologia em diversas empresas do setor.

3.3 - Fertilizantes

O consumo efetivo de fertilizantes no Brasil, em 1996, alcançou quantidade recorde, totalizando 12,248 milhões de toneladas de produto, com acréscimo de 13,0% em relação ao ano anterior (Tabela 6).

Os principais fatores que contribuíram para o aumento da demanda, em 1996, foram: a) comportamento de preços favoráveis de vários produtos agrícolas no mercado internacional, como soja, café e milho; b) incremento na demanda para a produção de várias culturas, como cana-de-açúcar, café, milho, trigo e soja; c) aumento no consumo médio de fertilizantes por unidade de área; d) securitização das dívidas dos produtores; e e) medidas de políticas agrícolas adotadas na safra 1996/97.

A cultura que mais demandou fertilizantes, em 1996, foi a de soja, com consumo estimado em 2,762 milhões de toneladas de produto, seguida pela de milho e de cana-de-açúcar, as quais, em conjunto, responderam por 60,0% da quantidade consumida nesse ano. Em relação ao ano anterior, o consumo de fertilizantes cresceu para a maioria das culturas, tais como: banana (9,8%), café (39,4%), fumo (21,9%), laranja (15,5%), mandioca (39,4%), milho (19,6%), soja (11,1%), trigo (44,0%) e arroz (1,6%). Observou-se decréscimo em apenas algumas culturas, como: algodão herbáceo (19,8%), feijão (14,2%), olerícolas (6,9%) e tomate (8,5%) (Tabela 7).

No caso do algodão herbáceo, em

TABELA 5 - Vendas de Defensivos Agrícolas, por Classe, Brasil, Janeiro a Junho de 1996 e Janeiro a Junho de 1997

(em US\$1.000)

Classe	Jan.-jun./96 (a)	Jan.-jun./97 (b)	Varição (%) (b)/(a)
Inseticidas	101.850	132.272	29,9
Acaricidas	40.293	34.210	-15,1
Fungicidas	105.134	130.149	23,8
Herbicidas	199.673	256.666	28,5
Outros ¹	22.075	25.689	16,4
Total	469.025	578.986	23,4

¹Englobam antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes, fitohormônios e maturadores.

Fonte: Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF).

TABELA 6 - Consumo Efetivo e Estoque de Fertilizantes, Brasil, 1994-96

(em mil toneladas de produto)

Discriminação	1994	1995	1996 ¹
Estoque inicial (indústria) (a)	1.070	1.163	1.217
Produção (b)	7.146	6.537	6.680
Importação (c)	5.274	4.682	5.581
Consumo aparente (b+c)	12.420	11.219	12.261
Exportação (d)	223	339	249
Micros/outros/quebras ² (e)	-160	13	174
Disponibilidade (a+b+c-d+e) (f)	13.107	12.056	13.403
Estoque final (indústria) (g)	1.163	1.217	1.155
Entregas (f-g) (h)	11.944	10.839	12.248
Estoque inicial (agricultor) (i)	145	130	130
Estoque final (agricultor) (j)	130	130	130
Consumo efetivo (h+i-j)	11.959	10.839	12.248

¹Dados preliminares.

²Referem-se às matérias-primas portadoras de micronutrientes e macronutrientes secundários, inertes e perdas no processo.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

TABELA 7 - Estimativa de Consumo de Fertilizantes, por Cultura, Brasil, 1994-96

Cultura	Consumo por cultura (1.000t de produto)			Consumo (kg de produto/hectare)		
	1994 ¹	1995 ¹	1996 ²	1994 ¹	1995 ¹	1996 ²
Abacaxi	18	17	18	405	355	383
Algodão herbáceo	319	258	207	283	287	324
Alho	12	10	10	923	799	816
Amendoim	14	11	12	150	138	143
Arroz	780	632	642	176	160	178
Aveia	24	13	14	145	73	95
Banana	137	122	134	264	233	253
Batata	324	405	400	1.844	2.169	2.405
Cacau	62	58	63	88	79	88
Café	634	619	863	337	333	431
Cana-de-açúcar ³	2.102	1.914	2.148	451	413	434
Cebola	35	36	34	465	470	475
Cevada	11	13	19	160	190	219
Feijão	820	671	576	151	128	119
Frutas	61	69	77	190	216	239
Fumo	236	228	278	812	740	788
Laranja	353	349	403	412	402	415
Mamona	7	7	8	92	52	51
Mandioca	91	66	92	46	35	47
Milho	2.322	2.027	2.425	163	148	175
Olerícolas	130	144	134	354	392	365
Pastagens ⁴	164	228	360	2	3	4
Reflorestamento	69	66	81	53	51	62
Soja	2.630	2.486	2.762	225	233	245
Sorgo	21	19	27	150	112	142
Tomate	96	106	97	1.554	1.670	1.589
Trigo	289	207	298	196	202	163
Outras ⁵	183	58	66
Total	11.944	10.839	12.248

¹Dados revistos pela fonte.

²Dados preliminares.

³Inclui cana planta (20% da área da cana para corte).

⁴Considerando-se pastagens naturais e artificiais.

⁵Culturas consideradas: algodão arbóreo, castanha de caju, centeio, coco-da-Bahia, dendê, florícolas, guaraná, juta, malva, pimenta-do-reino, rami, seringueira, sisal e uva.

Fonte: Associação Nacional de Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

1996, registrou-se retração no consumo total de fertilizantes, em função da redução da área plantada, porém registrou-se aumento no consumo médio por unidade de área, passando de 355kg de produto/ha em 1995 para 383kg/ha em 1996.

No Brasil, em 1996, estima-se que o estoque final de fertilizantes em posse dos agricultores foi de apenas 130 mil toneladas de pro-

duto, ou seja, a mesma quantidade observada no final do ano precedente.

Em 1996, comparativamente ao ano anterior, segundo o critério de regionalização do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), constatou-se aumento das entregas de fertilizantes ao consumidor final nos estados da Região

Sul, na maioria dos estados da Região Centro (com exceção de Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e São Paulo) e na Região Nordeste (exceção de Paraíba e Rio Grande do Norte). No caso da Região Norte, houve retração nas entregas. São Paulo foi o Estado em que houve maior volume de entregas de fertilizantes, ou seja, 3,122 milhões de toneladas de produto, apesar da retração registrada no período (Tabela 8).

O aumento na utilização interna de fertilizantes em 1996 contribuiu para que a produ-

ção da indústria nacional crescesse 2,2% em relação ao ano passado, totalizando 6,680 milhões de toneladas de produto, com aumento na produção de fertilizantes fosfatados e potássicos. No caso das matérias-primas para fertilizantes, no referido período, observou-se maior produção, com exceção da amônia e rocha fosfática industrial.

As importações brasileiras de fertilizantes, em 1996, cresceram mais que a produção nacional, 19,2%, em relação ao ano anterior, fi-

TABELA 8 - Entregas de Fertilizantes ao Consumidor Final, por Região e Estado, Brasil, 1994-97

(em mil toneladas de produto)					
Região e Estado	1994	1995	1996 ¹	Jan.-jun./96	Jan.-jun./97
Região Sul					
Rio Grande do Sul	1.615	1.301	1.333	422	500
Santa Catarina	350	310	334	141	141
Subtotal	1.965	1.611	1.667	563	641
Região Centro					
Espírito Santo	165	189	157	55	67
Goiás/DF/TO	795	646	1.127	227	218
Mato Grosso	968	780	1.125	260	374
Mato Grosso do Sul	704	529	475	100	187
Minas Gerais	1.401	1.407	1.643	427	479
Paraná	1.593	1.458	1.696	601	662
Rio de Janeiro	21	17	57	20	19
São Paulo	3.224	3.140	3.122	1.093	1.303
Subtotal	8.871	8.166	9.402	2.783	3.309
Região Nordeste					
Alagoas	236	231	242	115	134
Bahia	496	465	525	154	187
Ceará	17	13	14	7	12
Maranhão	57	50	80	15	15
Paraíba	35	38	36	23	32
Pernambuco	164	158	180	126	117
Piauí	15	13	21	5	6
Rio Grande do Norte	31	34	29	13	24
Sergipe	19	15	17	8	8
Subtotal	1.070	1.017	1.144	466	535
Região Norte	38	45	35	15	22
Brasil	11.944	10.839	12.248	3.827	4.507

¹Dados preliminares.

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA-BRASIL), Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), Sindicato das Indústrias de Matérias-Primas para Inseticidas e Fertilizantes no Estado de São Paulo (SIMPIFESP), Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul (SIARGS) e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos do Nordeste (SIACAN).

xando-se em 5,581 milhões de toneladas de produto. Também- aumentaram as importações de algumas matérias-primas, tais como, amônia, fosfato de cálcio natural e enxofre.

De acordo com dados do SIACESP, o dispêndio de divisas com as importações brasileiras de fertilizantes em 1996 foi de US\$941 milhões/CIF e no caso das matérias-primas para fertilizantes de US\$246 milhões/CIF, totalizando US\$1,187 bilhão/CIF, acusando, portanto, acréscimo de 17,7% em relação ao ano anterior. Os preços dos fertilizantes importados em 1996, na média, ficaram estáveis em relação ao ano anterior, passando de US\$156,80/t CIF em 1995 para US\$157,70/t CIF em 1996.

No primeiro semestre de 1997, a quantidade de fertilizantes entregues ao consumidor final no Brasil totalizou 4,507 milhões de toneladas de produto, com incremento de 17,8% em relação ao mesmo período de 1996. O aumento nas entregas foi observado na maioria dos Estados brasileiros, exceto no Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Distrito Federal. No caso de Santa Catarina, as entregas ficaram praticamente estáveis. Os principais fatores que contribuíram para esse melhor desempenho comercial foram: a) aumento no consumo de fertilizantes em várias culturas, como café, principalmente na Região Sudeste, e milho safrinha na Região Centro-Sul; b) antecipação de compras de fertilizantes pelos agricultores para o plantio da safra 1997/98, para diversas culturas, principalmente a soja; e c) relação de troca favorável para vários produtos agrícolas, tais como, algodão, cana-de-açúcar e soja (Tabela 9).

Do total de entregas no período de janeiro a junho de 1997, São Paulo absorveu a maior parte (28,9%), seguido do Paraná (14,7%), Rio Grande do Sul (11,1%), Minas Gerais (10,6%), Mato Grosso (8,3%), Goiás/Distrito Federal/Tocantins (4,8%), destinando-se o restante aos demais estados.

A produção nacional de fertilizantes, no primeiro semestre de 1997, foi de 3,119 milhões de toneladas de produto, sendo superior 19,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, constatando-se aumento na produção de nitrogenados, fosfatados e potássicos. Também, para as matérias-primas para fins de fertilizantes, observou-se maior produção, com exceção de rocha fosfática-aplicação direta e ácido fosfórico.

As importações brasileiras de fertilizan-

tes apresentaram maior desempenho comercial no período de janeiro a junho de 1997, em relação ao mesmo período de 1996, com aumento de 23,5%, perfazendo 2,189 milhões de toneladas de produto; enquanto as importações de matérias-primas para fertilizantes cresceram 18,1%.

No primeiro semestre de 1997, no mercado internacional, constatou-se queda de preços para alguns fertilizantes e matérias-primas, especialmente os nitrogenados, como uréia e amônia anidra. Por exemplo, a uréia nos Estados Unidos foi cotada em US\$180-185/t FOB-Golfo, a granel em junho de 1996, decresceu para US\$134-138 em junho de 1997.

As exportações brasileiras de fertilizantes, no período de janeiro a junho de 1997, totalizaram 87,9 mil toneladas de produto, com acréscimo de 2,6%, em relação ao mesmo período do ano precedente, em função do aumento das exportações de uréia, fosfato di-amônio (DAP) e superfosfato triplo.

Segundo fontes do setor, o preço médio ponderado dos fertilizantes na Região Centro-Sul, em junho de 1997, situou-se em R\$239,18/t, praticamente no mesmo nível de junho de 1996 (diferença de 0,7%), correspondendo em um decréscimo de 6,4% em termos reais.

A previsão do setor para 1997 é de que as entregas de fertilizantes ao consumidor final no Brasil aumentem em torno de 10%, em relação ao ano precedente, situando-se em torno de 13,5 milhões de toneladas de produto. Os principais fatores que colaboram para essa perspectiva de incremento na demanda são: a) expectativa de crescimento da renda agrícola em geral; b) manutenção dos bons níveis de preços de diversas *commodities* no mercado internacional, como soja e café; e c) definição, em tempo oportuno, das novas medidas de política agrícola pelo Governo no Plano de Safra 1997/98. Dentre as principais medidas destacam-se: a) o anúncio da liberação da alocação de R\$8,5 bilhões para as operações de plantio, oriundos de diversas fontes, com destaque os provenientes das exigibilidades sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais e dos recursos externos captados através da Resolução 2.148 (operação "63 caipira"); b) redução dos encargos financeiros nos empréstimos de crédito rural; c) modificações no preço mínimo, estimulando o incremento na produção de algodão e soja; e d) continuidade dada

TABELA 9 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Uma Tonelada de Adubo, Região Centro-Sul, Brasil, 1994-97

Ano/mês	Algodão		Arroz em casca		Cana-de-açúcar	
	15kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹	t	Índice ¹
1994	27,1	100	17,1	100	15,8	100
1995	28,4	105	20,2	118	16,6	105
1996	31,0	114	22,1	129	17,4	110
Jan.	30,3	112	20,8	122	18,0	114
Fev.	31,1	115	21,3	125	18,5	117
Mar.	31,6	117	22,8	133	18,8	119
Abr.	32,2	119	23,6	138	17,9	113
Mai	31,9	118	22,7	133	17,1	108
Jun.	31,3	115	22,4	131	16,7	106
Jul.	29,8	110	22,3	130	16,5	104
Ago.	30,7	113	22,7	133	17,0	108
Set.	30,5	112	22,9	134	17,1	108
Out.	31,0	114	22,3	130	17,5	111
Nov.	31,1	115	21,4	125	17,3	109
Dez.	30,3	112	20,3	119	16,8	106
1997						
Jan.	28,7	106	19,6	115	16,0	101
Fev.	29,0	107	19,6	115	16,3	103
Mar.	27,5	101	20,5	120	16,0	101
Abr.	26,9	99	20,4	119	15,9	101
Mai	26,7	98	20,3	119	16,1	102
Jun.	26,8	99	20,3	119	15,1	96

Ano/mês	Feijão		Milho		Soja	
	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹	60kg	Índice ¹
1994	3,2	100	26,5	100	15,7	100
1995	4,8	150	30,7	116	18,6	118
1996	4,9	153	30,2	114	16,4	104
Jan.	4,8	150	30,0	113	16,3	104
Fev.	5,0	156	30,7	116	18,0	115
Mar.	5,2	162	33,4	126	19,0	121
Abr.	5,1	159	30,9	117	18,1	115
Mai	5,0	156	28,9	109	16,4	104
Jun.	4,7	147	28,8	109	17,1	109
Jul.	4,5	141	28,5	108	16,3	104
Ago.	5,0	156	29,4	111	16,6	106
Set.	4,8	150	29,7	112	15,4	98
Out.	4,7	147	30,2	114	14,7	94
Nov.	4,6	144	30,1	114	15,2	97
Dez.	5,0	156	31,9	120	15,1	96
1997						
Jan.	4,9	153	33,0	124	14,4	92
Fev.	5,0	156	35,6	134	15,3	97
Mar.	5,2	162	35,6	134	14,9	95
Abr.	5,1	159	35,8	135	14,2	90
Mai	5,1	159	33,1	125	14,0	89
Jun.	5,0	156	35,5	134	14,7	94

¹Índice simples. Base 1994=100.

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA).

ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com redução nas taxas de juros nas operações de custeio.

3.4 - Sementes

A produção brasileira de sementes melhoradas das principais culturas (algodão, arroz, feijão, milho e soja) para a safra das águas 1997/98, estimada pela Associação Brasileira de Produtores de Sementes (ABRASEM), é de 1.280.552 toneladas, com acréscimo de 19% em relação ao ano anterior. Especificamente, a produção de sementes melhoradas de arroz, milho e soja apresentaram crescimento na produção de 30%, 8% e 21%, respectivamente. Ao passo que a produção de sementes melhoradas de algodão e feijão apresentaram quedas em relação ao ano anterior, de 15% e 6% respectivamente.

A participação do Estado de São Paulo na oferta nacional de sementes melhoradas para a safra das águas 1997/98 é expressiva no caso de algodão (20%), feijão (22%) e milho (27%), enquanto para soja e arroz a participação é de apenas 4% e 1% respectivamente (Tabela 10).

O ano de 1997 é um marco para o setor de sementes no Brasil, pois a aprovação da Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997) trouxe novas perspectivas tanto para o mercado de sementes como para os pesquisadores e firmas de melhoramento genético de plantas, inclusive as estatais. As consequên-

cias desta Lei de Cultivares ainda estão em discussão entre os especialistas, com prós e contras à medida, mas que certamente afetará a curto e longo prazo a maneira de trabalhar dos agentes envolvidos com esse segmento, assim como os preços relativos de insumos e produtos.

Muitos analistas esperam, com a entrada em vigor da lei, aumento de investimento em pesquisa e desenvolvimento no setor de sementes, além da sua reestruturação em função do aumento de competitividade entre as firmas produtoras de sementes melhoradas. A produção de sementes melhoradas de plantas autógamas, isto é, plantas que se reproduzem predominantemente por autofecundação, será afetada estruturalmente, uma vez que muitas empresas privadas que não tinham interesse econômico antes da aprovação da Lei de Cultivares passarão a ter interesses comerciais pela produção de sementes de plantas autógamas (feijão, soja, arroz, amendoim, etc.), mudando a porcentagem da fatia de mercado ocupada por empresas privadas e estatais.

No Estado de São Paulo, as estimativas de oferta e demanda de sementes melhoradas das principais culturas para a safra das águas 1997/98 apresentam o seguinte panorama:

- **Algodão:** A oferta de sementes do Departamento de Sementes e Mudas e Matrizes (DSMM) da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) é de 3.000 toneladas, bem abaixo em relação ao ano anterior que foi de 7.760 toneladas e também abaixo da estimativa preliminar fornecida em abril deste ano (4.200

TABELA 10 - Evolução da Produção de Sementes Melhoradas das Principais Culturas, Brasil, 1993/94 a 1996/97 e Participação Relativa do Estado de São Paulo na Safra 1996/97 (em tonelada)

Produto	Brasil				São Paulo 1996/97 (b)	São Paulo/Brasil (b)/(a) (%)
	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97 ¹ (a)		
Algodão	23.544	27.668	14.937	12.700	3.000	20,08
Arroz ²	185.546	135.036	113.255	147.405	640	0,57
Feijão	29.285	23.239	17.165	16.073	3.800	22,14
Milho	142.071	159.978	162.210	175.648	45.000	27,74
Soja	1.033.390	829.850	768.108	928.726	30.560	3,98
Total	1.413.836	1.175.771	1.075.675	1.280.552	83.000	7,72

¹Estimativa para a safra 1996/97, sujeita à quebra na colheita.

²Arroz irrigado e de sequeiro.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (ABRASEM), para a produção brasileira, e do Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), para a produção paulista.

toneladas). Com a demanda estimada em 2.695 toneladas, caso a área permaneça nos níveis da safra anterior, haverá um saldo de 305 toneladas (Tabela 11). Mas se a área cultivada com algodão no Estado de São Paulo crescer mais de 20%, conforme as previsões de muitos especialistas, haverá no mínimo um déficit de 250 toneladas de sementes melhoradas de algodão na agricultura paulista. Entretanto, se as variedades produzidas fora da Secretaria de Agricultura do Estado forem oficialmente toleradas para o plantio da safra, a oferta no mercado da variedade americana Delta Pine de 6.750 toneladas deverá suprir o déficit paulista.

- **Amendoim:** A disponibilidade de sementes melhoradas de amendoim no Estado de São Paulo é grande com provável excedente de 2.700 toneladas, se a área cultivada não aumentar significativamente. Nota-se a participação quase total das empresas privadas na produção de sementes melhoradas de amendoim no Estado de São Paulo, com 99% de participação no mercado (Tabela 12).

- **Arroz irrigado:** No Estado de São Paulo, a produção de sementes melhoradas de arroz irrigado tem sido feita, tradicionalmente, exclusivamente pela Secretaria de Agricultura, apesar de não ser monopólio do Estado. A quantidade ofertada nesta safra é de 320 toneladas, insuficiente, portanto, para atender a demanda interna, esti-

mada em 524 toneladas, se a área cultivada permanecer nos níveis do ano anterior (18 mil hectares).

- **Arroz de sequeiro:** Tradicionalmente, a produção de sementes melhoradas de arroz de sequeiro no Estado de São Paulo é feita tanto pelas empresas privadas como pela Secretaria da Agricultura, com participação quase equitativa de fatia de mercado. Nesta safra, a oferta de sementes melhoradas de arroz de sequeiro é feita exclusivamente pela Secretaria da Agricultura, com apenas 320 toneladas, insuficiente também para atender a demanda estimada em torno de 800 toneladas, considerando taxa de utilização de sementes melhoradas de 30%.

- **Feijão :** A oferta de sementes melhoradas de feijão no Estado de São Paulo é mais que suficiente para atender a demanda da agricultura paulista na safra agrícola 1997/98, com a oferta estimada em torno de 3.800 toneladas e demanda de 2.066 toneladas, caso a área cultivada permaneça no patamar do ano anterior. A participação das empresas privadas na sua produção é da ordem de 80%, e a relação de troca (grão/semente) é de 2,50:1, tanto para o preço da Secretaria da Agricultura como para o das empresas privadas.

- **Milho:** A estimativa da oferta total de semente de milho no Estado de São Paulo é de 45.000 toneladas, para uma demanda interna estimada

TABELA 11 - Estimativa da Demanda e Oferta de Sementes Melhoradas Produzidas no Estado de São Paulo, para o Plantio da Safra das Águas 1997/98

Espécie	Área estimada ¹ (1.000ha)	Taxa de utilização de sementes ² (%)	Densidade (kg/ha)	Demanda efe- tiva (t) (a)	Oferta interna do Estado ³ (t) (b)	Saldo (t) (b)-(a)
Algodão	80,93	90	37	2.695,00	3.000,00	305,00
Amendoim	52,38	75	134	5.264,29	8.002,80	2.738,51
Arroz irrigado	17,46	30	100	523,89	320,00	-203,89
Arroz de sequeiro	66,21	30	41	814,36	320,00	-494,36
Feijão ⁴	206,67	20	50	2.066,70	3.800,00	1.733,30
Milho	721,11	70	23	11.609,87	45.000,00	33.390,13
Soja	471,59	80	90	33.954,48	30.560,00	-3.394,48

¹Utilizou-se como referência a área cultivada na safra 1996/97, levantada pelo IEA/CATI em abril de 1997, dada a inexistência no momento de intenção de plantio da safra das águas 1997/98.

²A taxa de utilização de sementes melhoradas foi baseada em ANUÁRIO ABRASEM 97.

³Oferta de sementes sujeita à queda na colheita, estimada em 15/08/97.

⁴Feijão das águas, seca e inverno.

Fonte: Elaborada a partir de dados do Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 12 - Estimativa da Produção de Sementes Melhoradas das Principais Culturas do Estado de São Paulo, Safra 1996/97

Espécie	Quantidade de sementes (t)			Participação relativa (%)	
	Secretaria da Agricultura (a)	Empresas privadas ¹ (b)	Total (c)	Secretaria da Agricultura (a)/(c)	Empresas privadas (b)/(c)
Algodão	3.000,00	-	3.000,00	100,00	-
Amendoim	2,80	8.000,00	8.002,80	0,03	99,97
Arroz de sequeiro	320,00	-	320,00	100,00	-
Arroz irrigado	320,00	-	320,00	100,00	-
Feijão	800,00	3.000,00	3.800,00	21,05	78,95
Milho híbrido	-	40.000,00	40.000,00	-	100,00
Milho variedade	2.000,00	3.000,00	5.000,00	40,00	60,00
Soja	560,00	30.000,00	30.560,00	1,83	98,17

¹Plano de produção, sujeito à quebra na colheita, dados fornecidos em 15/08/97.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

em 11.609 toneladas, gerando, portanto, um excedente para os demais Estados de 33.390 toneladas. Desde 1995, a produção de sementes melhoradas de milho híbrido no Estado de São Paulo é feita exclusivamente pelas empresas privadas, tendo a Secretaria da Agricultura produzido exclusivamente sementes de milho variedade. Especificamente, a produção de milho híbrido no Estado de São Paulo está estimada em torno de 40.000 toneladas e a de milho variedade em 5.000 toneladas, sendo 2.000 toneladas produzidas pela CATI, com variedades desenvolvidas nos núcleos de produção de sementes. A relação de troca de sementes melhoradas de milho variedade é de 7,55:1 e 7,27:1, respectivamente, para sementes da Secretaria e empresas privadas, semelhantes à relação observada no ano anterior. A relação de troca para a semente de milho híbrido de 20,82:1 nesta safra é uma das maiores nos últimos anos, e bem superior à relação de troca do ano anterior (11,92:1), refletindo a menor cotação dos grãos de milho (Tabela 13).

- **Soja:** Em termos quantitativos, o mercado de sementes melhoradas de soja no Estado de São Paulo tem comportamento tradicional, apresentando um pequeno déficit. A oferta é de 30.560 toneladas e a demanda é de 33.954 toneladas, caso a área cultivada permaneça nos níveis da safra anterior. O déficit é suprido tradicionalmente pela produção de outros Estados produtores

de soja (Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Goiás, etc.).

3.5 - Máquinas Agrícolas Automotrizes

Em 1997, o segmento de máquinas agrícolas inicia fase de recuperação da produção e vendas após apresentar, em 1996, um dos mais baixos volumes comercializados da história recente do segmento. Cotejando-se as vendas nos primeiros sete meses de 1996 e 1997, observa-se elevação de 34%, ou seja, incremento de 4.243 máquinas agrícolas. Apesar da existência de sazonalidade nas vendas, pode-se prever produção total de mais de 25 mil máquinas em 1997. Contudo, apesar do crescimento atual das vendas, estas ainda situam-se distante dos volumes comercializados em 1994, quando foram vendidas 51.484 máquinas agrícolas (Tabela 14).

O crescimento das transações no mercado interno foi mais significativo que as vendas totais, apresentando taxa de 39%, ou incremento de 3.064 máquinas agrícolas. No período janeiro a julho de 1997, o mercado interno absorveu 10.992 máquinas agrícolas, assim distribuídas: 442 cultivadores mecanizados; 448 tratores de esteiras; 7.989 tratores de rodas; 959 colhedoras e 1.154 retroescavadeiras.

A consolidação do recente aumento das

TABELA 13 - Preços de Venda de Sementes para Plantio no Estado de São Paulo e Relação de Troca, Julho de 1997

(em R\$/kg)

Espécie	Preço de semente		Preço do produto ¹	Relação de troca (%)	
	Secretaria da Agricultura (a)	Empresas privadas (b)		(a)/(c)	(b)/(c)
Algodão	0,43	-	0,32	1,34	-
Amendoim	1,40	1,60	1,10	1,27	1,45
Arroz irrigado	0,58	-	0,24	2,42	-
Arroz de sequeiro	0,55	-	0,23	2,39	-
Feijão	1,30	1,30	0,52	2,50	2,50
Milho híbrido	-	2,29	0,11	-	20,82
Milho variedade	0,83	0,80	0,11	7,55	7,27
Soja	0,55	0,71	0,26	2,12	2,73

¹No caso do algodão foi considerado 54% do preço de algodão em caroço.

Fonte: Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 14 - Evolução da Produção e Vendas de Máquinas Agrícolas Automotrizes, Brasil, 1994-97 (em unidade)

Item	1994 ¹	1995 ¹	1996	Jan. jul./96	Jan. jul./97 ¹
Cultivador motorizado					
Produção	1.538	1.568	926	603	532
Vendas no mercado interno	1.308	1.210	711	485	442
Exportação	283	327	234	108	91
Total das vendas	1.591	1.537	945	593	533
Trator de esteira					
Produção	1.705	1.875	1.543	913	1.109
Vendas no mercado interno	1.180	1.155	500	319	448
Exportação	544	721	985	562	631
Total das vendas	1.724	1.876	1.485	881	1.079
Trator de roda					
Produção	41.094	21.044	15.545	8.454	12.264
Vendas no mercado interno	38.491	17.584	10.288	5.648	7.989
Exportação	2.748	3.138	5.273	2.819	3.432
Total das vendas	41.239	20.722	15.561	8.467	11.421
Colhedoras					
Produção	5.326	2.371	2.531	1.321	2.134
Vendas no mercado interno	4.049	1.423	899	651	959
Exportação	1.204	948	1.689	826	1.208
Total das vendas	5.253	2.371	2.588	1.477	2.167
Retroescavadeiras					
Produção	1.670	1.480	1.644	883	1.421
Vendas no mercado interno	1.428	1.334	1.489	825	1.154
Exportação	249	129	177	73	205
Total das vendas	1.677	1.463	1.666	898	1.359
Total das máquinas agrícolas					
Produção	51.333	28.338	22.189	12.174	17.460
Vendas no mercado interno	46.456	22.706	13.887	7.928	10.992
Exportação	5.028	5.263	8.358	4.388	5.567
Total das vendas	51.484	27.969	22.245	12.316	16.559

¹Dados revistos pela fonte.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

vendas no mercado interno pode estar sinalizando nova fase de renovação do parque de máquinas agrícolas nacional que, atualmente, está deteriorado. Comparando as vendas no período janeiro a julho de 1996 com as observadas em 1997, constata-se elevação das vendas das máquinas típicas de utilização agrícola, como os tratores de rodas e colhedoras com incremento de 2.341 e 308 unidades, respectivamente. Decorrente da sazonalidade, as vendas de tratores se concentram ao início do ano agrícola, podendo-se esperar que entre julho e agosto de 1997, as vendas apresentem desempenho ainda melhor que a média observada entre janeiro e junho do mesmo ano.

Dos itens analisados, somente os cultivadores mecanizados (tratores de rabiças) não apresentaram crescimento nas vendas, pois foram comercializadas somente 532 máquinas entre janeiro e julho de 1997 contra 603 no mesmo período de 1996.

Na análise do comportamento das vendas mensais de tratores de rodas, no período de agosto de 1995 a julho 1996, constatou-se que somente em novembro as vendas foram superiores às verificadas no último ano safra (agosto/96-julho/97) (Figura 1). Em julho de 1997, foram comercializados para o mercado interno 1.646 tratores de rodas contra apenas 986 no mesmo mês de 1996.

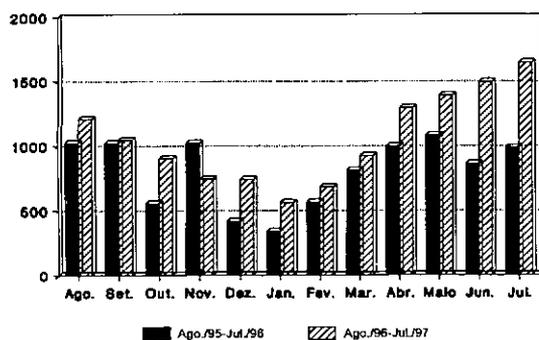


Figura 1 - Distribuição das Vendas de Tratores de Rodas no Mercado Interno, Agosto de 1995 a Julho de 1997.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

As vendas de tratores de rodas, amplamente majoritário na comercialização de máquinas agrícolas, foram regionalmente concentra-

das. As Regiões Sul e Sudeste absorveram juntas 74% do total das transações no mercado interno (Figura 2).

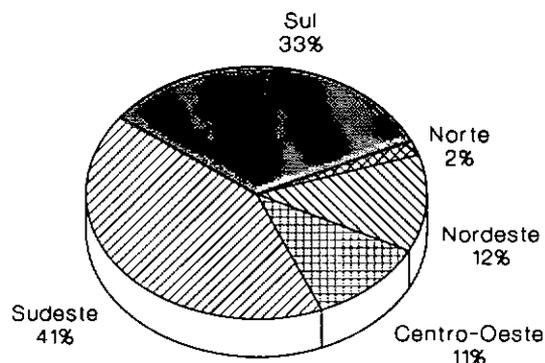


Figura 2 - Destino das Vendas de Tratores de Rodas, por Região, Brasil, Janeiro a Junho de 1997.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

Entre janeiro e junho de 1997, o Estado de São Paulo participou com 68% das vendas de tratores de rodas ocorridas na Região Sudeste, confirmando a posição de maior mercado. Tal liderança deve-se, em parte, à prática comum no mercado de realizar compras em São Paulo visando a utilização em outras regiões brasileiras.

No período de maior concentração das vendas de colhedoras no mercado interno (entre janeiro e março), comercializaram-se 792 unidades em 1997 contra 469 no mesmo período de 1996, alcançando crescimento de 60% nas vendas (Figura 3). Pode-se prever que em 1997 serão comercializadas cerca de 1.500 unidades.

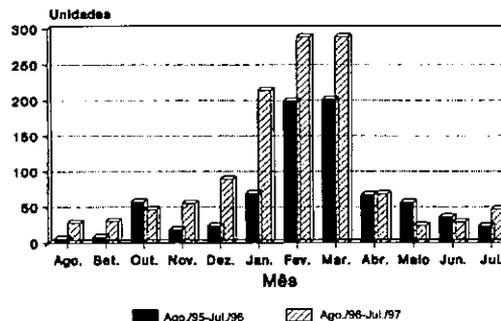


Figura 3 - Vendas de Colhedoras no Mercado Interno, Agosto de 1995 a Julho de 1997.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

Estudo recente²⁷ mostrou que a comercialização de colhedoras apresenta caráter eminentemente sazonal com vendas concentradas entre janeiro e março. O comparativo entre os anos agrícolas 1995/96 e 1996/97, mostra recuperação nas vendas, porém o baixo número de unidades vendidas não corresponde às necessidades de uma agricultura que pretende anunciar a cada safra novo recorde de volume colhido. No trimestre maio/julho de 1997, as vendas totais somaram apenas 100 unidades, evidenciando que é necessário que se criem novas condições para que os produtores voltem a adquirir colhedora em volumes compatíveis à área cultivada brasileira e à necessária renovação periódica da frota (Figura 3).

Acompanhando as tendências de internacionalização produtiva associadas ao redescobrimiento do Brasil como *locus* privilegiado do investimento privado, tem-se modificado o caráter da inserção do segmento de máquinas agrícolas na economia brasileira. Tal fato, pode ser evidenciado pelo crescente volume de exportações do segmento que salta do patamar de aproximadamente 5 mil máquinas, em média, em 1994 e 1995, para mais de 8 mil em 1996, podendo alcançar até 12 mil máquinas em 1997. No período janeiro a julho de 1997, as exportações participaram com 32% das vendas totais do segmento (Tabela 14).

O crescimento da participação dos mercados externos no destino da produção do segmento de máquinas agrícolas, torna-o menos dependente das oscilações conjunturais da demanda do mercado interno, conferindo ao segmento menor vulnerabilidade econômica e ambiente favorável aos novos investimentos produtivos.

Os principais mercados de destino das exportações brasileiras de máquinas agrícolas concentram-se nos países da América do Sul, sobretudo, aqueles que compõem o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (absorvendo 61% das exportações em 1995)²⁸. A partir da plena operacionalização dos novos investimentos já em andamento, a indústria trabalha na abertura

dos mercados da África do Sul, Leste Europeu e Asiático.

O ritmo de aumento das vendas de máquinas agrícolas no mercado interno pós-1994 ainda se mantém aquém do desejado em função de duas variáveis-chaves: a) pequena variação positiva na renda dos produtores e b) dificuldades à contratação de créditos novos na aquisição do bem de produção.

Entretanto, a renda dos produtores apresentou recuperação na safra 1996/97, sobretudo para os sojicultores e cafeicultores em função das altas nas cotações internacionais e na melhoria dos preços recebidos pelos produtores. Confirmando essa colocação, o IEA divulgou em abril os resultados de desempenho econômico da safra de verão 1996/97 para o Estado de São Paulo, apontando lucratividade da cultura de algodão em 20,6%; do feijão das águas em 40%; do milho em 22% e da soja em 48%²⁹.

Os preços pagos pelos produtores também estão contribuindo indiretamente na melhoria da renda dos produtores, pois não têm pressionado seus custos de produção, mantendo-se relativamente estáveis durante o ano safra 1996/97. Somados, os dois efeitos (recuperação da renda e estabilidade nos preços pagos) permitem maior capacidade de autofinanciamento para a próxima safra, favorecendo a compra de insumos em geral e, inclusive, de máquinas agrícolas.

As vendas de tratores de rodas e colhedoras correlacionam-se com o volume de crédito agrícola disponível. Tomando por base o período de 1985 a 1995, os autores constataram que a correlação entre crédito e vendas para tratores de rodas foi de 78% e para o crédito e vendas de colhedoras de 74%.

Analisando-se a principal linha existente à aquisição de tratores e colhedora, os empréstimos da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME-agrícola) apresentaram recuperação nos montantes de créditos aprovados e liberados na comparação entre os primeiros semestres de 1996 e 1997 (Tabela 15), com crescimento de 26% nas aprovações e de 18% das liberações. Certamente, o acréscimo de em-

²⁷Vegro, Celso L. R.; Ferreira, Célia R. P. T.; Carvalho, Flavio C. Indústria brasileira de máquinas agrícolas: evolução e mercado, 1985-95. *Informações Econômicas*, SP, v.27, n.1, p.11-25, jan.1997.

²⁸Idem nota 1.

²⁹Durante o ano agrícola 1996/97, os produtores de feijão foram surpreendidos por forte instabilidade de preços. Enquanto os produtores de feijão das águas foram beneficiados com preços recebidos elevados para o produto, os de feijão da seca mal conseguiram cobrir os custos de produção.

TABELA 15 - Evolução dos Créditos Aprovados e Liberados da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME-agricola), Janeiro-Junho de 1996 a Janeiro-Junho de 1997¹

(em R\$ 1.000,00)

Mês	1996		1997	
	Aprovações	Liberações	Aprovações	Liberações
Janeiro	16.925	22.207	14.376	13.533
Fevereiro	13.049	9.047	18.957	14.544
Março	29.901	28.438	32.923	27.936
Abril	18.722	18.694	31.030	29.982
Maiο	19.523	23.197	20.111	24.463
Junho	15.297	14.830	26.034	27.420
Total	113.417	116.413	143.431	137.878

¹ Em valores de junho/97 corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. DIREX/ASPLA/DIVES. Rio de Janeiro, agosto de 1997.

préstimos impulsionam as vendas do setor para o mercado interno. No segundo semestre de 1997, espera-se elevação ainda maior dos recursos liberados pelo FINAME devido a: a) queda expressiva da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) entre setembro de 1996 e agosto de 1997 (de 14,97% para 10,15%) e b) participação de até 100% nas necessidades financeiras do contrato (Tabela 15).

O maior obstáculo à elevação da contratação de FINAME para a aquisição de tratores e colhedoras constitui-se na falta de garantias de parcela dos produtores que optaram pela securitização de suas dívidas em 1996. Também, a cobrança de *spread* e de taxa de administração, pelo agente financeiro intermediador da operação acabam elevando para mais de 15% os juros totais do contrato o que, em empréstimos de longo prazo, amplia o risco de inadimplência do produtor face à incerteza de preços que caracteriza a produção agrícola.

Em julho de 1997, o Banco do Brasil elaborou operação financeira associando recursos internos e externos orientados para o financiamento de tratores. Foram disponibilizados, através da operação, US\$20 milhões para um grande fabricante de tratores, que estima incremento de vendas de 1.500 unidades a partir dessa medida³⁰.

Outras opções são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que também pode ser utilizado na realização de investimentos em máquinas agrícolas, tendo a Região Sul absorvido 76% dos montantes liberados pelo PRONAF em 1996 que somaram R\$536 milhões, conforme dados do Banco Central do Brasil (BACEN). O plano da safra de verão de 1997/98 do Ministério da Agricultura prevê liberação de R\$1 bilhão para o PRONAF para 1997. Paralelamente, o Programa de Apoio aos Assentamentos de Reforma Agrária (PROCERA) também constitui modalidade de crédito subsidiado de investimento, em geral, de destinação predominante à aquisição de máquinas agrícolas, pois em âmbito dos assentamentos esta é uma das primeiras necessidades para instituir o ciclo da produção agrícola. As empresas produtoras de máquinas agrícolas, sobretudo tratores de rodas, atentas a estas novas linhas de financiamento à agricultura, preparam lançamentos de versões "populares" de seus principais modelos de tratores. Portanto, a análise do conjunto de políticas de crédito existentes mostra que não é sem razão o otimismo sobre o desempenho das vendas para o mercado interno de máquinas agrícolas em 1997.

As relações de troca entre unidades de produto agrícola necessárias para a aquisição do trator médio mostram dois tipos de tendência. O arroz teve variação favorável aos produtores, pois em 1996 foram necessários 2.489 sacos de 60kg para a aquisição de trator médio, enquanto em 1997, essa exigência caiu para 2.212 sacos

³⁰Ouricolli, Silvio. New Holland deve crescer 30% este ano com venda de trator. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 14 jul. 1997. p.C-7.

(queda de 11% ou 277 sacos). As relações arroz/colhedora mantiveram essa proporcionalidade (queda de 11%), uma vez que os preços dessa máquina agrícola não sofreram reajustes no último ano. Os produtores de soja também compartilharam dessa melhoria na relação de troca, com queda de 16% no volume necessário para a aquisição de trator médio (ou 369 sacos) (Tabela 16).

Situação inversa ocorreu com os produtores de algodão, feijão das águas e milho. A piora mais significativa entre 1996 e 1997 foi a do feijão, com crescimento de 22% nas necessidades de produto agrícola para aquisição de trator médio.

As relações de troca para algodão e milho tiveram deterioração menos acentuada, com 19% e 16% respectivamente. É preocupante a piora nas relações de troca principalmente do milho, pois pela dimensão da produção brasileira e pela necessidade de máquinas em todo processo produtivo, ela deverá se refletir na de-

cisão dos produtores, reduzindo as áreas cultivadas e a demanda por máquinas novas.

As variações nas relações de troca também foram acompanhadas de declínio, em termos reais, dos preços dos tratores e colhedoras, um vez que os principais fabricantes têm evitado reajustes dos preços junto aos revendedores, além de ampliar as promoções e os descontos para aquisição com pagamento à vista, ou em pequeno número de parcelas.

Finalmente, espera-se que o setor de tratores e colhedoras tenha incremento no número de fabricantes (portanto, de novos concorrentes), pois existem grandes investimentos projetados para o setor ainda em 1997. Assim, acredita-se que os preços desses bens de capital não sofram reajustes, ao contrário, face à política competitiva estabelecida por essas novas firmas, os descontos e as promoções, que já vêm ocorrendo, devem se elevar e visam a ampliação das respectivas fatias de mercado.

TABELA 16 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir um Trator entre 60 e 70cv e uma Colhedora MF 3640, Estado de São Paulo, 1994-97¹

Produto	Unidade	1994		1995	
		60-70cv	Colhedora	60-70cv	Colhedora
Algodão	15kg	4.453	...	4.765	...
Arroz	60kg	2.602	5.687	3.131	6.843
Feijão da seca	60kg	755	1.651	1.113	2.432
Milho	60kg	4.338	9.481	4.848	10.595
Soja	60kg	2.542	5.554	3.334	7.285
Produto	Unidade	1996		1997	
		60-70cv	Colhedora	60-70cv	Colhedora
Algodão	15kg	4.187	...	4.979	...
Arroz	60kg	2.489	5.193	2.212	4.634
Feijão da seca	60kg	691	1.441	841	1.762
Milho	60kg	3.802	7.935	4.398	9.215
Soja	60kg	2.228	4.650	1.859	3.894

¹Tomaram-se como base os preços médios recebidos e pagos pelos produtores no trimestre maio-julho de cada ano.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

4 - MERCADO DE PRODUTOS

São cinco produtos da safra de verão 1997/98 analisados neste item: algodão, arroz, feijão, milho e soja, importantes no Estado de São Paulo, em relação ao volume de produção e/ou consumo.

Foram considerados o comportamento dos mercados em termos físicos e de preços, as referências quanto aos custos de produção e os aspectos das políticas agrícolas definidas para a safra vindoura.

4.1 - Algodão

Na temporada 1996/97, a produção mundial de algodão em pluma correspondeu a 19,3 milhões de toneladas, 3,9% menor que a anterior. Essa redução, contudo, não gerou impacto no suprimento, dada a maior disponibilidade do produto, resultante da elevação dos estoques iniciais da safra. Desse modo, a oferta total alcançou 26,6 milhões de toneladas, com aumento de 1,1% em comparação a de 1995/96, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) (Tabela 17).

TABELA 17 - Suprimento Mundial de Algodão em Pluma, 1995/96 a 1997/98¹ (em milhão de toneladas)

Item	1995/96	1996/97	1997/98
Estoque inicial	6,2	7,3	8,0
Produção	20,1	19,3	19,0
Oferta	26,3	26,6	27,0
Consumo	18,9	18,9	19,3
Exportação	5,9	5,8	6,0
Estoque final	7,3	8,0	7,8

¹Ano comercial de agosto a julho.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

A manutenção do consumo em 18,9 milhões de toneladas e o mercado plenamente abastecido implicaram redução de 1,7% nas exportações mundiais do produto no transcorrer da safra 1996/97. Esse cenário foi influenciado, inclusive, pela elevada quantidade existente na China, que somava 2,9 milhões de toneladas, ou seja, 40% do estoque total do mundo, além de constituir o maior volume dos últimos cinco

anos. Acrescenta-se a isso, ainda, a ligeira retração do consumo de algodão na Europa e em alguns países Asiáticos (Hong Kong, Japão, Taiwan e Tailândia), tradicionais produtores de têxteis e vestuário. Nesse cenário, o nível médio das cotações internacionais decresceu 9,9% no transcorrer de 1996. Ao se considerar o ano comercial (agosto a julho), as cotações registradas na temporada 1996/97 acusaram redução de 8,1% em relação à anterior (Tabela 18).

Para a safra 1997/98 está prevista produção mundial de 19,0 milhões de toneladas, devendo representar decréscimo de 1,5% e continuidade de queda pelo segundo ano consecutivo. Tendo em vista volume em estoque relativamente elevado no início da safra, de 8,0 milhões de toneladas, a oferta total deve ser expandida em 1,5% e alcançar 27,0 milhões de toneladas. Destaca-se a expansão de 2,1% no consumo dessa fibra, devendo alcançar 19,3 milhões de toneladas, o mais elevado dos últimos cinco anos. As exportações mundiais com volume previsto em 6,0 milhões de toneladas devem representar expressiva recuperação nas transações com o produto. Nesse contexto, os estoques finais devem totalizar 7,8 milhões de toneladas, acusando decréscimo de 2,5% em comparação ao do ano anterior.

O Brasil deve reforçar sua posição entre os maiores demandantes no mercado internacional de algodão em pluma, com importação estimada em 544,0 mil toneladas, aproximadamente 9,0% do volume a ser transacionado no mundo em 1997/98, passando a ocupar a segunda colocação entre os maiores importadores isolados dessa fibra, superado, portanto, somente pela China. Nesse contexto, as importações brasileiras devem passar a exercer maior influência no mercado internacional do produto. O País tem como principais parceiros comerciais nesse mercado a Argentina e o Paraguai, pois ambos responderam por 35,0% do valor total das importações brasileiras em 1996, enquanto o produto oriundo dos Estados Unidos representou 10,9%. Durante o primeiro semestre de 1997, o fornecimento pelos países do MERCOSUL correspondeu a 28,0%, devido ao crescimento de internalizações de algodão proveniente de outros países, como de Benin e Uzbequistão, segundo dados da CONAB.

As previsões de suprimento de algodão em pluma nos demais países que integram o

TABELA 18 - Cotações Internacionais de Algodão em Pluma, 1995-97¹

(em cents US\$/libra-peso)			
Mês	1995	1996	1997 ²
Jan.	95,62	86,26	79,88
Fev.	100,94	85,07	80,40
Mar.	110,71	83,21	80,63
Abr.	113,76	82,78	78,92
Mai	106,56	82,96	79,28
Jun.	90,69	82,95	80,51
Jul.	87,35	78,80	81,52
Ago.	85,06	76,33	...
Set.	91,18	75,30	...
Out.	91,14	75,42	...
Nov.	89,19	75,94	...
Dez.	88,03	79,06	...
Média	91,83	82,66	80,70
1995/96 ³		85,50	
1996/97 ³			78,60

¹Índice de Outlook "A" do Liverpool Cotton Service (média dos cinco menores preços de dez tipos selecionados de algodão).

²A cotação média de julho de 1997 foi elaborada a partir de dados de Safras & Mercados.

³Refere-se à média da safra, de agosto a julho.

Fonte: World Cotton Situation (USDA) e Safras & Mercados.

MERCOSUL indicam que a produção na Argentina deverá ser de 403,0 mil toneladas e no Paraguai³¹, de 109,0 mil toneladas, com acréscimos de 30,0% e de 142,0% , respectivamente, em comparação à safra anterior.

Diante das perspectivas de mercado do produto, envolvendo crescimento do consumo proporcionalmente maior que da oferta; reaquecimento do comércio, traduzido pelas maiores exportações, e redução dos níveis de estoques ao final da temporada, há tendência de elevação nos níveis de preços praticados no mercado internacional de algodão em pluma no período. Conforme previsão do Comitê Internacional do Algodão (ICAC), as cotações deverão alcançar US\$82,00 cents/libra-peso na safra 1997/98, devendo, desse modo, representar alta de 4,3% em relação aos US\$78,60 cents/libra-peso registrados em 1996/97. Acrescenta-se, contudo, que o patamar previsto ainda deverá ficar abaixo da média registrada em 1995/96 (US\$85,56 cents/

libra-peso), caracterizando a alta esperada na safra vindoura como recuperação nos níveis de preços.

A produção brasileira de algodão em pluma em 1996/97 (307,3 mil toneladas) é 25,0% menor que a do ano anterior, devendo constituir o menor volume produzido pelo Brasil. Como consequência do agravamento da crise do setor, a área cultivada com esta fibra foi reduzida em 37,2% e em 29,8%, respectivamente, na Região Centro-Sul e no País. Desse modo, o crescimento na produtividade média dessa região (17,6%) e no âmbito nacional (6,7%) contribuíram decisivamente para evitar queda mais acentuada na produção, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (Tabela 19).

Na temporada 1996/97 houve alteração no *ranking* dos principais estados produtores, com o de Goiás assumindo a liderança na produção nacional substituindo o Paraná. Esse fenômeno está relacionado às características das unidades produtivas em cada um desses Estados. No Paraná e, também, em São Paulo, há predominância de áreas menores, compondo aquela fração de produtores mais susceptíveis à crise. Desse modo, a retração do cultivo do algodão nesses Estados advém da retirada de pe-

³¹A expansão da safra paraguaia, de fato, refere-se a uma recuperação dos níveis de produção, dado que as 45,0 mil toneladas produzidas em 1996/97 estiveram muito aquém da média histórica que supera as 100,0 mil toneladas de algodão em pluma.

TABELA 19 - Área, Produção e Produtividade Média da Cultura de Algodão, Principais Estados Produtores, Brasil, 1995/96 e 1996/97

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t) ¹			Produtividade (kg/ha) ²		
	1995/96	1996/97	Variação (%)	1995/96	1996/97	Variação (%)	1995/96	1996/97	Variação (%)
Paraná	197,4	59,2	-70,0	119,5	40,4	-66,2	1.730	1.950	12,7
São Paulo	120,8	78,5	-35,0	63,4	54,4	-14,2	1.500	1.980	32,0
Minas Gerais	50,1	53,6	7,0	23,1	28,1	21,6	1.320	1.500	13,6
Mato Grosso	58,1	55,2	-5,0	33,1	34,8	5,1	1.630	1.800	10,4
Mato Grosso do Sul	63,7	25,5	-60,0	35,7	19,6	-45,1	1.600	2.200	37,5
Goiás	76,4	84,0	10,0	58,8	69,4	18,0	2.200	2.360	7,30
Região Centro-Sul	566,5	356,0	-37,2	333,6	246,7	-26,0	1.683	1.980	17,6
Regiões Norte/Nordeste	386,0	312,5	-19,0	76,4	60,6	-20,7	566	554	-2,1
Brasil	952,5	668,5	-29,8	410,0	307,3	-25,0	1.230	1.313	6,7

¹Refere-se a algodão em pluma.

²Produtividade expressa em algodão em caroço.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento.

quenos produtores da atividade, simultaneamente à tendência de expansão de áreas extensas, como vem ocorrendo no Centro-Oeste. Apesar da retração de 35,0% na área plantada, o Estado de São Paulo produziu 54,4 mil toneladas de algodão em pluma (-14,2%), graças à produtividade de 1.980kg/ha, a qual representou acréscimo de 32,0% em relação à do ano passado.

O aumento da demanda e a redução da produção interna caracterizaram o suprimento brasileiro de algodão em pluma durante esta década. Porém, o estreito suprimento verificado na safra 1996/97 não tem precedentes, visto que apesar da quantidade recorde de algodão a ser importada, de 460,0 mil toneladas (19,4% maior que a do ano anterior), a oferta total do produto deve somar 874,7 mil toneladas, o menor volume dos últimos cinco anos. Por outro lado, o consumo deve manter a tendência crescente e alcançar 840,0 mil toneladas. Assim, o balanço de oferta e demanda de algodão em pluma para 1997 aponta um suprimento bastante comprimido, tendo em vista que ao final da temporada os estoques devem corresponder a apenas 32,7 mil toneladas, 69,5% abaixo do nível existente no ano anterior (Tabela 20).

Os reflexos desse panorama substanciaram-se na ascensão dos preços internos. As cotações mensais de algodão em pluma, base tipo 6, registradas na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) alcançaram, em média, R\$29,52/arroba, entre janeiro e julho deste

TABELA 20 - Estimativa de Oferta e Demanda de Algodão em Pluma, Brasil, 1995 a 1997

Item	(em 1.000t)		
	1995	1996 ¹	1997 ²
Estoque inicial	170,4	133,6	107,4
Produção	537,1	410,1	307,3
Importação	282,3	385,3	460,0
Suprimento	989,8	929,0	874,7
Consumo	803,7	820,0	840,0
Exportação	52,5	1,6	2,0
Estoque final	133,6	107,4	32,7

¹Dados preliminares.

²Dados projetados.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento.

ano, patamar 13,9% superior ao mesmo período de 1996, superando, assim, a taxa de inflação anual de 6,52%, medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Considerando-se os preços médios mensais recebidos pelos cotonicultores paulistas e paranaenses, em real de julho de 1997, no período de comercialização mais intenso nesses estados, entre março e maio, verificou-se elevação de 16,5% e de 14,5%, respectivamente, em comparação à mesma época do ano anterior. No Estado de Goiás, onde a comercialização se concentra de abril a junho, os preços evoluíram 2,5% em relação ao

mesmo período do ano passado. Salieta-se que essa elevação consiste, de fato, em uma recuperação em virtude dos baixos preços vigentes na temporada anterior. Contudo, essa situação, aliada ao expressivo crescimento na produtividade média, deve, conseqüentemente, permitir uma elevação na renda bruta do cotonicultor (Tabela 21).

As menores dificuldades para o escoamento da safra nacional estão se refletindo nos decrescentes volumes destinados a estoques vinculados aos Empréstimos do Governo Federal (EGFs)³². As 14.553 toneladas de algodão em pluma vinculadas a este instrumento de crédito em estoque em 31/07/97 são provenientes das safras 1994/95 e anteriores, não havendo, portanto, quantidade estocada da safra 1996/97. Acrescenta-se, ainda, que esse volume está bastante abaixo das 40.662 toneladas existentes em outubro de 1995, segundo a CONAB.

Um aspecto a ser considerado no exame do comportamento do mercado de algodão em 1996/97 refere-se ao novo cenário de política comercial sob o qual se deu a comercialização da safra. Medidas que garantissem condições financeiras similares às do produto importado constituíram a pauta de diversas reivindicações do segmento agrícola, em função do diferencial tanto de prazos de pagamento como de taxas de juros internos e os vigentes no mercado internacional. A Medida Provisória (MP) n° 1.569, de 25/03/97, que restringe todas as importações a prazo e afeta diretamente a cadeia de produção de têxteis, atende, quanto aos prazos de pagamento, àquele pleito. Ressalte-se que a MP não proíbe importações financiadas, mas determina que aquelas, mesmo contratadas anteriormente à sua publicação, que contavam com prazos de pagamento de até 360 dias, financiamento predominante nas importações de algodão em pluma, sejam pagas no desembarque da mercadoria, ou à vista.

Em 1991, as importações de algodão em pluma com pagamento à vista repre-

sentavam 53,4% e as financiadas 46,6% do valor total, ao passo que em 1995, as respectivas participações passaram a 17,1% e 82,9%, segundo dados da Secretaria da Receita Federal. Assim, a maciça participação das aquisições externas financiadas em detrimento das quitadas à vista constitui indicador do impacto que essa medida deve, ainda, provocar no mercado do produto. Por outro lado, mesmo considerando-se um possível crescimento da produção na safra vindoura, muito dificilmente atingiria as 800,0 mil toneladas necessárias à auto-suficiência nacional, o que deve implicar a continuidade das importações para complementação do suprimento, sobretudo por parte das grandes unidades fabris, em função das possibilidades de crédito internacional. Desde a abertura do mercado em 1990, o cotonicultor brasileiro, em desvantagem financeira, enfrentou concorrência com produto importado o que contribuiu para as constantes reduções no cultivo e, conseqüentemente, para o aprofundamento da defasagem entre a oferta e a demanda. A referida MP ao proporcionar a equiparação das condições de financiamento ao produto nacional imprime um novo perfil à comercialização de algodão no Brasil, e a médio prazo na produção.

Na abordagem do panorama da cadeia de produção de têxteis, verificou-se que o nível de utilização da capacidade instalada na indústria evoluiu de 82% em abril de 1996 para 88% no mesmo mês de 1997, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mesmo sem repetir o patamar de 89% proporcionado pela fase inicial do plano de estabilização econômica entre 1994/95, essa evolução não deixa de ser um indicador da recuperação desse setor diante da forte participação de manufaturados importados no mercado interno.

Resultante do crescimento de 1,0% no valor das importações e da redução de 10,4% nas exportações, o saldo da balança comercial brasileira de produtos têxteis registrou déficit que ultrapassa US\$1 bilhão em 1996, contra US\$845 milhões no ano anterior, conforme a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT). A exemplo de anos anteriores, a fibra de algodão foi o item com maior participação na pauta de importações do setor (37,3%), alcançando US\$861,7 milhões, exercendo, desse modo, grande influência no resultado da balança

³²O Plano Agrícola para a safra 1996/97 determinou a extinção do Empréstimo do Governo Federal Com Opção de Venda (EGF/COV) ao produtor, e a extensão da modalidade de crédito Sem Opção de Venda (EGF/SOV) a beneficiadores e indústrias, até o limite de 50% da capacidade de transformação.

TABELA 21 - Preços Médios de Algodão em Caroço, Recebidos pelos Produtores, Estados de São Paulo, Paraná e Goiás, 1995-97

Mês	(R\$/15kg) ¹								
	São Paulo			Paraná			Goiás		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Jan.	8,55	7,70	7,83	8,19	7,79	8,22	6,98
Fev.	8,30	7,56	7,75	7,90	7,56	8,03	6,95
Mar.	8,22	7,34	8,35	7,95	7,21	8,09	6,87
Abr.	8,42	7,38	8,78	8,14	7,32	8,34	7,96	7,16	7,43
Mai	7,77	7,64	8,93	7,56	7,36	8,62	7,56	7,20	7,56
Jun.	7,07	7,70	8,92	7,01	7,60	8,56	7,18	7,60	7,51
Jul.	6,77	7,77	9,02	6,68	6,68	7,52	...
Ago.	6,72	7,85	...	6,77	7,68	...	6,25	7,68	...
Set.	6,80	7,90	...	6,67	7,83	...	5,79	7,99	...
Out.	7,34	7,98	...	7,35	7,97	7,81	...
Nov.	7,55	7,96	...	7,43	7,95	...	7,60	7,15	...
Dez.	7,76	7,99	...	7,41	8,04	...	6,89	7,09	...

¹Em R\$ de julho de 1997. Deflator IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Fundação Getúlio Vargas.

comercial desses produtos e também do País. Destaca-se, inclusive, o setor de confeções, cujas compras externas alcançaram US\$349,3 milhões (15,1% do total), ocupando a segunda colocação, em termos de valor, das importações brasileiras de produtos têxteis, em 1996. Conforme levantamento realizado pela SECEX, já foram adquiridos no mercado externo, US\$206,4 milhões, durante o primeiro semestre de 1997³³. Esse fato aliado à frustração do mercado, provocada pelo inverno menos rigoroso, vem implicando dificuldades no escoamento dos estoques, com reflexos nos setores a montante da cadeia produtiva. A China constitui o principal fornecedor desses produtos, cujas exportações ao Brasil cresceram 238% entre 1995 e 1996, conforme a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Com o objetivo de limitar essas internalizações diante das implicações na produção nacional, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) determinou que, a partir de 01/07/97, as importações de produtos provenientes daquele país fiquem restritas a cotas para

cada período de doze meses³⁴.

Com o intuito de recuperar a auto-suficiência na produção do algodão, a ABIT propõe uma série de medidas, das quais destacam-se: aplicação de nova tecnologia na área de sementes; formação de fundo financiado e gerido pela iniciativa privada para o desenvolvimento de tecnologias; criação de linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar máquinas e implementos agrícolas; elevação de crédito para a produção familiar. A efetivação dessas propostas, segundo a entidade, depende de impulso inicial do Governo Federal através de mecanismo especial de garantia de preço base ao produtor durante a primeira fase de recuperação do setor.

A temporada 1997/98 se inicia sob diversos programas patrocinados por Governos Estaduais com a finalidade de recuperação da atividade e criação de empregos. No Paraná, o Programa de Incentivo ao Plantio do Algodão, com recursos do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) e do Banco do Brasil, tem por

³³Dados publicados por Fernandes, Fátima. Produção nas tecelagens desaba 50%. *Folha de São Paulo*, set. 1997.

³⁴As importações de produtos chineses ficam restritas a 11.110.580 peças de: camisas de malha, calças e bermudas masculinas, roupas íntimas, camisas de algodão e camisas de fibra sintética.

objetivo ampliar a área para 250,0 mil hectares, enquanto que no Mato Grosso o programa de estímulo à cultura será desenvolvido através da devolução de 75% do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao produtor.

No Estado de São Paulo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) fomenta, dentro do Programa de Desenvolvimento Regional Rural, o Projeto Algodão, compreendendo as Regionais de Presidente Prudente e Presidente Venceslau (Pontal do Paranapanema), onde 4.812,7 hectares a mais serão ocupados pelo algodão, representando acréscimo de 29,2% na área cultivada com o produto na região. Com recursos do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP), o financiamento de custeio agrícola terá teto de R\$37 mil por produtor com taxa de juros de 6,0% a.a. A SAA tem participação direta na implementação do projeto, inclusive na intermediação da elaboração de contrato de compra antecipada da produção junto com as beneficiadoras da região. Participam, também, a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP), para a cobertura de adversidades climáticas e problemas fitosanitários, e a Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP), para serviços de conservação do solo e estradas internas³⁵.

As medidas de política agrícola relativas ao algodão para a safra 1997/98, a exemplo do ano passado, visam o estímulo à cultura. Estas medidas compreendem, basicamente: a) preço mínimo do algodão em caroço de R\$7,00/arroba (reajuste de 7,7%); b) preço mínimo da pluma de R\$24,50/arroba (reajuste de 5,83%); c) limite de financiamento para fins de custeio de R\$300.000,00, o maior montante entre todas as culturas contempladas no plano de safra; d) taxa de juros de 9,5% a.a.; e) para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a taxa de juros foi reduzida para 6,5% a.a.

O cotonicultor passa a contar com mais duas alternativas para a comercialização da safra. O Contrato de Opção, administrado pela CONAB, proporciona ao produtor o direito de vender sua produção ao Governo Federal, numa data futura, a um preço previamente fixado, geralmente maior que o preço mínimo, denomi-

nado preço de exercício. Desse modo, o produtor pode fazer uso do Contrato de Opção quando houver escassez de recursos para sustentar os preços de mercado no nível do preço mínimo, tendo como única alternativa a venda ao Governo. Nesse sistema, o algodão deve ser em pluma, tipo 6, fibra de 30/32mm, tendo como limite inferior para recebimento a qualidade/tipo 7/8³⁶. A Cédula de Produto Rural (CPR), que já contemplava soja, milho e boi gordo, passa a abranger também algodão. Nessa modalidade, o Banco do Brasil avaliza a CPR que é adquirida pelo comprador do produto. O cotonicultor recebe antecipadamente esse recurso e o comprador tem a garantia do banco de receber a produção acordada ao final da safra. As exigências quanto às características do produto objeto desse sistema compreendem: algodão em pluma tipo 6, fibra 30/32mm, admitindo-se até 25% do tipo 5/6 e 25% do tipo 6/7, com aplicação dos respectivos ágios e deságios.

Através da Resolução nº 2.403, de 25/06/97, do Banco Central, o algodão passa a integrar o rol de culturas abrangidas pelo zoneamento agrícola para efeito de financiamento e do Programa de Garantia à Atividade Agropecuária (PROAGRO). Nos principais Estados produtores, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, a Resolução determina a redução da alíquota de adicional do PROAGRO, de 7,0% para 3,9%.

As estimativas de custo de produção da lavoura de algodão para a safra 1997/98, elaboradas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), indicam que na Região de Presidente Prudente, para produtividade de 127 arrobas/ha, o custo operacional total deve corresponder a R\$7,03/arroba, e R\$6,97/arroba na Região de Campinas, para produtividade de 159 arrobas/ha, bastante próximos, portanto, ao preço mínimo estabelecido de R\$7,00/arroba (Tabela 22). Deve ser lembrado que apesar de a cultura do algodão contar com medidas de estímulo, como maiores reajustes do preço mínimo, as dificuldades na comercialização prevaleceram na decisão do produtor nas duas safras precedentes. O panorama mais favorável vigente na comercialização da safra 1996/97, aliado à perspectiva de

³⁵O referido Projeto consta da Deliberação CO-14, de 26/08/97, publicado no DOE, de 05/09/97.

³⁶Maiores detalhes podem ser encontrados em CONAB. Contrato de Opção - Novo Instrumento de Política Agrícola.

TABELA 22 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Algodão, Tração Motomecanizada, por Hectare, Regiões de Campinas e de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Safra 1997/98¹

Item	Campinas (produção de 159@/ha)			Presidente Prudente (produção 127@/ha)		
	Por hectare	Por arroba	Participação percentual	Por hectare	Por arroba	Participação percentual
Mão-de-obra	105,92	0,67	9,56	84,97	0,67	9,53
Sementes	45,10	0,28	4,07	16,12	0,13	1,81
Adbos e corretivos	207,84	1,31	18,75	171,52	1,35	19,24
Defensivos	105,74	0,66	9,54	86,35	0,68	9,68
Operação de máquinas	167,36	1,05	15,09	170,17	1,34	19,08
Empreita	278,25	1,75	25,10	190,50	1,50	21,36
Custo operacional efetivo	910,21	5,72	82,12	719,63	5,67	80,70
Depreciação de máquinas	59,88	0,38	5,40	61,94	0,49	6,95
Encargos sociais diretos ²	34,96	0,22	3,15	28,05	0,22	3,15
CESSR ³	38,64	0,24	3,49	30,87	0,24	3,46
PROAGRO ⁴	36,21	0,23	3,27	28,64	0,23	3,21
Encargos financeiros ⁵	28,54	0,18	2,57	22,56	0,18	2,53
Custo operacional total	1.108,44	6,97	100,00	891,69	7,03	100,00

¹Em RS de agosto de 1997.

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,0%).

³Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,7% sobre a renda bruta.

⁴Refere-se a 3,9% do COE.

⁵Taxa de juros de 9,5% a.a.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

continuidade desse quadro, fornece indícios de que os preços deverão se situar em patamar superior ao do preço mínimo na temporada vindoura, devendo, desse modo, superar os atuais custos de produção.

Diante do exposto, pode-se inferir que em 1996/97 houve o início de um processo de recuperação da cotonicultura, cuja continuidade deve estar relacionada não somente aos níveis de preços e perspectiva de suprimento, como também pela maior integração dos elos que compõem essa cadeia produtiva, na busca de um senso comum para a retomada da auto-suficiência nacional. Assim, espera-se expansão de, no mínimo, 20% na área cultivada com algodão no Estado de São Paulo, sendo que nos demais estados da Região Centro-Sul também deverá haver acréscimo no cultivo dessa fibra em 1997/98.

4.2 - Arroz

A cultura do arroz no Brasil vem obtendo resultados econômicos desestimulantes nos

últimos anos, o que explica parcialmente a redução de 413,8 mil hectares ou 9,4% da área plantada em relação a 1995/96. Na Região Centro-Sul houve redução de 294,6 mil hectares. Já na Região Norte/Nordeste, 69,5 mil hectares foram deixados de plantar, devido à irregularidade das chuvas que acabou retardando os programas estaduais de distribuição de sementes (Tabela 23).

A produção nacional de arroz caiu 491,1 mil toneladas, 4,7% em relação à safra anterior, e a queda só não foi mais drástica devido às boas condições climáticas nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Tanto assim que essas regiões apresentaram aumento de rendimento médio por unidade de área de 8,1%, 8,7% e 5,0%, respectivamente. Para o Brasil, o rendimento médio aumentou de 2.599 para 2.728kg/ha, de 1995/96 para 1996/97 (Tabela 23). Há que se ressaltar que o plantio da última safra foi feito com economia no uso de insumos, em função das dificuldades financeiras da maior parte dos produtores, responsáveis pela redução da área da cultura.

Em 1997, o Brasil produziu 9.546 mi-

TABELA 23 - Área, Produção e Rendimento da Cultura do Arroz nos Principais Estados, Regiões e Brasil, 1994/95 a 1996/97

Região/Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)		
	1994/95	1995/96	1996/97	1994/95	1995/96	1996/97
Região Centro-Sul	2.550,30	2.249,20	1.954,70	8.419,20	7.357,10	7.037,10
Região Sul	1.239,3	1.078,7	1.025,70	6.013,10	5.135,30	5.129,50
Rio Grande do Sul	975	828,80	779,10	5.070,00	4.210,30	4.160,40
Santa Catarina	153,5	153,5	155	721,5	732,2	790,5
Região Sudeste	544	452	374	947,6	811,2	729,8
São Paulo	138	110,4	93,8	222,2	176,6	168,8
Minas Gerais	364,9	310,2	254,4	605,7	533,5	480,1
Região Centro-Oeste	767	718,5	555	1.458,5	1.410,6	1.177,8
Goiás	271,4	198,1	138,7	461,14	313	249,7
Mato Grosso	400	432	337	760	842,4	690,9
Região Nordeste	1.122,7	1.081,9	1.015,5	1.757,1	1.684,8	1.524,5
Maranhão	661,5	661,5	621,8	926,1	926,1	808,3
Piauí	281,2	250,3	237,8	399,3	375,5	356,7
Região Norte	573,9	531,7	528,8	1.066,8	995,5	984,7
Tocantins	168,8	131,5	131,5	413,1	341,9	341,9
Rondônia	149	143,9	141	257,8	257,6	246,8
Pará	178,7	203,4	203,4	250,2	292,9	292,9
Brasil	4.246,90	3.862,80	3.449,00	11.243,40	10.037,40	9.546,30
Região/Estado	Rendimento (kg/ha)					
	1994/95	1995/96	1996/97			
Região Centro-Sul	3.301	3.271	3.600			
Região Sul						
Rio Grande do Sul	5.200	5.080	5.340			
Santa Catarina	4.700	4.770	5.100			
Região Sudeste						
São Paulo	1.610	1.600	1.800			
Minas Gerais	1.660	1.720	1.887			
Região Centro-Oeste						
Goiás	1.699	1.580	1.800			
Mato Grosso	1.900	1.950	2.050			
Região Nordeste						
Maranhão	1.400	1.400	1.300			
Piauí	1.420	1.500	1.500			
Região Norte						
Tocantins	2.447	2.600	2.600			
Rondônia	1.730	1.790	1.750			
Brasil	2.647	2.599	2.728			

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

lhões de toneladas base casca, a menor da década. Em função da pequena produção, o quadro de suprimento para 1997 ficou bem apertado pois, mesmo importando 1,2 milhão de toneladas, restando um estoque de passagem restrito a 0,9 milhão de toneladas, quantia suficiente para atender ao consumo brasileiro durante apenas 28 dias. Esse estoque de passagem está abaixo do recomendável em termos de segurança alimentar, que seria de pelo menos 1,5 milhão de toneladas (Tabela 24).

Além da redução da produção e do estoque baixo, contribuíram para dar sustentação aos preços durante a safra a definição de uma nova tabela de preços mínimos com maiores ágios e deságios em função da qualidade, que entrou em vigência em abril deste ano, e o adiamento do vencimento da primeira parcela dos empréstimos de custeio de junho para setembro. Essas duas medidas favoreceram uma comercialização mais lenta no período de safra, evitando excesso de oferta de produto num curto período de tempo (Tabela 25).

A comercialização da safra vem ocorrendo com pequena participação do Governo, uma vez que os preços ao produtor, nas diversas regiões produtoras, situaram-se acima do mínimo, inclusive nos meses de colheita, mas, mesmo assim, o volume relativo aos Empréstimos do Governo Federal (EGFs) foi três vezes maior que o verificado no ano anterior. Até agosto, as Aquisições do Governo Federal (AGFs) limitaram-se a 104 mil toneladas em todo o País, enquanto os EGFs, exclusivamente da modalidade sem opção de venda (SOV), chegaram a 255 mil toneladas. O programa de aquisição via Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), que na safra passada teve papel importante no escoamento da safra gaúcha, este ano não despertou o interes-

se dos produtores, mesmo depois da implantação da nova tabela de preços mínimos que valoriza mais a qualidade.

Embora o preço de atacado esteja superior ao preço de liberação de estoques, R\$16,00/30kg, até o final de agosto o Governo só fez leilões de troca de produto em casca por produto beneficiado para atender aos programas sociais de distribuição da cesta básica, uma vez que tinha interesse na recuperação da renda do produtor, inclusive para que este pudesse pagar seus compromissos e financiar o próximo plantio. No final de agosto, os maquinistas começaram a pressionar pelo início dos leilões alegando que os baixos preços de varejo e a elevação do preço do arroz em casca não permitem margem positiva na operação da indústria. Durante a entressafra a desova da maior parte dos estoques, públicos e privados, será necessária para o abastecimento do País.

Em 1996, o preço do agulhinha gaúcho chegou a R\$13,50 no final da entressafra e este ano, segundo observadores do mercado, poderá chegar a R\$14,00. No final de agosto, os preços praticados no mercado interno viabilizaram a importação do MERCOSUL e da Ásia, estabelecendo um teto para a elevação dos preços internos. Caso os preços internacionais se elevem muito, o Governo poderá permitir importações financiadas externamente.

Os preços do arroz em nível de produtor vem apresentando grande estabilidade nos últimos anos, sendo que nos dois últimos se reduziu à variação da sazonalidade dos preços, considerando os períodos de safra e entressafra (Tabela 26). O preço médio na safra (março a junho), em 1997, foi ligeiramente superior, em termos reais, aos do ano passado, sendo que a diferença foi de 5,5% no Rio Grande do Sul, 6%

TABELA 24 - Estimativa de Oferta e Demanda de Arroz em Casca, Brasil, 1994/95 a 1996/97
(em 1.000t)

Item	1994/95	1995/96	1996/97
1 - Estoque inicial	1.873,30	2.448,30	1.810,30
2 - Produção	11.237,30	10.042,30	9.546,30
3 - Importação	978,60	977,40	1.200,00
4 - Suprimento (1+2+3)	14.089,20	13.468,00	12.556,60
5 - Consumo	11.606,20	11.652,70	11.652,70
6 - Excedente (4 - 5)	2.483,00	1.815,30	903,90
7 - Exportação	34,70	5	5
8 - Estoque final (6 -7)	2.448,30	1.810,30	898,90

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 25 - Preços Mínimos de Arroz para a Safra 1997/98

Produto	Unidades da federação e regiões amparadas	Tipo/classe básico	Unidade	Início de vigência	Preço mínimo básico	
					R\$/kg	R\$/u.
Arroz longo fino em casca	Brasil	Tipo 2-49/51	50kg	Fev./98 ¹	0,2106	10,53
Arroz longo em casca	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto Mato Grosso)	Tipo 3-39/41	60kg	Fev./98 ²	0,1550	9,3
	Mato Grosso e Tocantins				0,1495	8,97
	Norte (exceto Tocantins)				0,1410	8,46

¹Áreas irrigadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste - set./97; Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo - jan./98.

²Roraima - set./97.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 26 - Preços Recebidos pelos Produtores dos Estados de Goiás, Maranhão, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, 1995 a 1997¹

Mês	(R\$/kg)					
	Rio Grande do Sul ²			Maranhão		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Janeiro	0,22	0,24	0,26	0,27	0,23	0,27
Fevereiro	0,19	0,23	0,25	0,28	0,29	0,28
Março	0,18	0,20	0,24	0,27	0,29	0,27
Abril	0,16	0,20	0,23	0,25	0,28	0,27
Mai	0,15	0,20	0,23	0,21	0,23	0,24
Junho	0,17	0,21	0,23	0,19	0,22	0,22
Julho	0,19	0,20	0,23	0,16	0,20	...
Agosto	0,20	0,21	...	0,16	0,21	...
Setembro	0,20	0,22	...	0,16	0,21	...
Outubro	0,21	0,24	...	0,16	0,23	...
Novembro	0,22	0,25	...	0,17	0,24	...
Dezembro	0,23	0,25	...	0,21	0,26	...

Mês	Goiás			Mato Grosso		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997
	Janeiro	0,25	0,19	0,21	0,22	0,18
Fevereiro	0,23	0,19	0,21	0,21	0,18	0,19
Março	0,21	0,20	0,20	0,19	0,17	0,17
Abril	0,19	0,19	0,22	0,16	0,17	0,17
Mai	0,17	0,20	0,20	0,16	0,17	0,17
Junho	0,17	0,19	0,21	0,14	0,17	0,17
Julho	0,16	0,19	...	0,14	0,17	...
Agosto	0,16	0,19	...	0,15	0,17	...
Setembro	0,18	0,19	...	0,15	0,17	...
Outubro	0,18	0,20	...	0,16	0,17	...
Novembro	0,17	0,20	...	0,16	0,19	...
Dezembro	0,20	0,20	...	0,17	0,19	...

¹Em R\$ de julho de 1997, deflacionado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²Dados do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA).

Fonte: Elaborada a partir de dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Riograndense do Arroz (IRGA).

em Goiás e sem variação no Maranhão e no Mato Grosso, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A maior diferença de preço em Goiás provavelmente está relacionada com a boa qualidade do produto obtido. No Maranhão, os preços se mantiveram em nível superior ao de todas as demais regiões do País, como já vinha ocorrendo em anos anteriores.

Em São Paulo, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), o preço médio real de arroz recebido pelo produtor foi 3,7% su-

perior ao da safra anterior. No mercado atacadista da cidade de São Paulo, o preço real do agulhinha tipo 2 beneficiado mostrou grande estabilidade, fato verificado também nos preços reais praticados no varejo, sendo que os varejistas, e especialmente as grandes redes de supermercados que respondem pela distribuição final da maior parte do produto, têm sido apontados como eficiente barreira para o aumento de preços do arroz em todos os níveis de mercado (Tabela 27 e Figura 4).

TABELA 27 - Preços Recebidos pelos Produtores¹, no Atacado e no Varejo, de Arroz Agulhinha Tipo 2, São Paulo, 1995 a 1997

Mês	(R\$/kg) ²					
	Produtor			Atacado		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Janeiro	0,27	0,23	0,23	0,68	0,64	0,63
Fevereiro	0,25	0,23	0,23	0,66	0,61	0,64
Março	0,22	0,22	0,22	0,63	0,61	0,60
Abril	0,19	0,21	0,22	0,60	0,60	0,60
Maio	0,21	0,21	0,22	0,59	0,62	0,60
Junho	0,18	0,21	0,22	0,56	0,61	0,60
Julho	0,18	0,22	0,22	0,55	0,60	0,60
Agosto	0,19	0,22	...	0,56	0,60	...
Setembro	0,20	0,22	...	0,52	0,60	...
Outubro	0,22	0,22	...	0,65	0,60	...
Novembro	0,22	0,23	...	0,64	0,61	...
Dezembro	0,22	0,23	...	0,65	0,63	...

Mês	Varejo		
	1995	1996	1997
Janeiro	0,79	0,74	0,74
Fevereiro	0,78	0,75	0,75
Março	0,74	0,74	0,74
Abril	0,73	0,73	0,74
Maio	0,73	0,72	0,72
Junho	0,69	0,72	0,72
Julho	0,69	0,72	0,72
Agosto	0,73	0,71	...
Setembro	0,76	0,75	...
Outubro	0,77	0,73	...
Novembro	0,77	0,74	...
Dezembro	0,79	0,74	...

¹Arroz em casca.

²Em R\$ de julho de 1997, deflacionado pelo IGP-DI da FGV, RS de julho de 1997.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

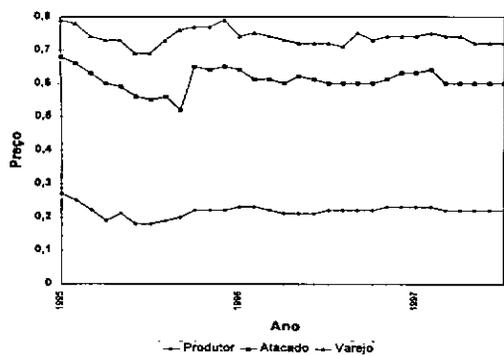


Figura 4 - Preços¹ de Arroz ao Produtor, Atacado e Varejo, São Paulo, Estado de São Paulo, 1995-97.

¹Em RS/kg.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima a produção mundial de arroz em 1996/97 em 380,65 milhões de toneladas e o consumo em 376,6 milhões de toneladas, o que permitiria alguma recuperação dos estoques finais, estimados em 55 milhões de toneladas. Para 1997/98, o USDA prevê redução de quase um milhão de toneladas na produção mundial e aumento de quase 4 milhões de toneladas no consumo, de modo que, caso essas previsões se confirmem, haveria redução no estoque final mundial. Já há alguns anos, o estoque mundial vem se mantendo em torno de 14% do consumo total, enquanto que o nível considerado ideal pela Organização Mundial para Alimentação e Agricultura (FAO), para garantir a segurança alimentar, é de 17%.

As estimativas acima mencionadas são anteriores à tromba-d'água que afetou 500 mil hectares de plantações na China e que, em alguma medida, deverá repercutir sobre a oferta total. Porém, como a China, maior produtor e consumidor de arroz do mundo, possui estoque de segurança elevado, esse transtorno não deverá alterar o volume do comércio internacional, embora possa ter alguma influência nos preços.

A exigüidade do estoque mundial favorece a manutenção de preços firmes no mercado internacional em 1998, com possibilidade de altas, caso ocorra qualquer evento que venha a rebaixar a expectativa de produção. Se se confirmar o efeito do "El Niño", previsto pelos climatologistas, principalmente no que diz respeito à redução das chuvas na Ásia, os preços internacionais do arroz deverão se elevar. Já a desva-

lorização das moedas asiáticas, que já chegou a 25% até o final de agosto de 1997 no caso da Tailândia, tem o efeito de reduzir o preço em dólar do produto asiático.

O preço do arroz, 100% de grãos inteiros-FOB-Bangkok, flutuou entre US\$190/t beneficiado no início de 1987 e US\$400/t no início de 1996, sendo que a média nesse intervalo foi de US\$290/t. Nos últimos doze meses, o comportamento dos preços desse arroz foi bastante oscilante, sendo que em agosto de 1996 foi de US\$347/t, caiu em setembro e outubro, recuperou-se no período de novembro a janeiro, quando atingiu US\$367/t e voltou a cair atingindo US\$310/t em maio, a partir de junho voltou a crescer, chegando a US\$350/t no início de agosto de 1997.

Na segunda quinzena de agosto, o preço do beneficiado argentino-FOB fronteira Rio Grande do Sul esteve entre US\$390/400/t e o uruguaio, de qualidade superior, entre US\$410/415/t. No final de agosto houve recuperação do preço do arroz vietnamita em função de redução de 1 milhão de toneladas na produção e queda do preço do arroz tailandês devido à desvalorização da moeda do país. Com isso, os preços do produto de origem vietnamita e tailandesa se aproximaram um do outro e no final de agosto oscilaram entre US\$450 e US\$470/t posto sobre rodas no porto de Paranaguá, onde, nas mesmas condições, é possível colocar arroz argentino por US\$430/440/t e uruguaio por US\$450/t. Nesse final de agosto, segundo a Bolsa de Cereais de São Paulo, o beneficiado nacional agulhinha tipo 2 estava sendo comercializado por R\$471/t.

Aos preços vigentes até julho, apenas o arroz argentino tinha condições de ser internalizado. Porém, a importação de arroz uruguaio vinha ocorrendo, usando-se o produto importado em misturas ou "ligas" com produto nacional de pior qualidade, o que permite maior margem de lucro na importação. Estima-se que até o final de julho tenham entrado no País cerca de 350.000t, de modo que a maior parte da importação deverá ocorrer no segundo semestre, quando os preços internos se elevarem à medida que a entressafra avança e se reduz a disponibilidade de produto nacional. Como vem ocorrendo nos anos anteriores, as importações virão predominantemente do MERCOSUL, cujos produtores levam a vantagem da isenção de impostos de importação, além da proximidade geográfica

significar fretes muito menores. Em julho, a CONAB calculava despesa de US\$432 milhões com a importação de 1.200 000 toneladas de arroz na safra 1996/97, mas hoje calcula-se que essa despesa deverá ser maior.

Em termos de política agrícola, as novidades para a próxima safra são a redução da taxa de juros do crédito de custeio de 12% para 9,5% ao ano e o anunciado aumento da disponibilidade de recursos. O problema será o acesso dos rizicultores a esses recursos, porque os bancos estão mais seletivos e exigindo mais garantias. Em 15 de setembro, os rizicultores deverão pagar a última parcela do crédito de custeio da safra passada e em outubro pagarão a primeira parcela da dívida securitizada. A obtenção de novo crédito de custeio pelos produtores que securitizaram dívidas antigas dependerá desses acertos de contas.

Os preços mínimos não foram alterados e na verdade se reduziram em termos reais, pois houve inflação nos últimos doze meses, de 7,59%, segundo o IGP-DI da FGV. Em 1997, os preços de mercado foram superiores ao preço mínimo durante a safra, o que deve ocorrer também em 1998, de modo que o preço mínimo não deve influenciar o plantio, embora se reconheça que a tabela que valoriza a qualidade tenha sido um avanço em termos da política setorial.

A safra encerrada, embora comercializada a preços reais semelhantes aos da anterior, parece ter dado algum fôlego aos produtores pelo fato de ter sido conduzida com grande economia de insumos e, mesmo assim, ter resultado em produtividades elevadas, graças ao clima favorável na maioria das regiões produtoras, o que resultou em menor custo de produção. No Mato Grosso, os aumentos de produtividade decorreram também da utilização de novas variedades do tipo agulhinha que estão surpreendendo pela alta produtividade e boa qualidade do produto.

Para a próxima safra parece haver possibilidade de pequena ampliação da área cultivada. No Rio Grande do Sul, observadores do mercado estimam aumento de 2% a 3% na área cultivada que, se combinado a aumento de 2% ou 3% na produtividade, poderá resultar em aumento de 4% a 9% na produção do Estado. Maior aumento de área é pouco provável devido a problemas de financiamento. O Governo daquele Estado, visando recuperar a rizicultura gaúcha, pelo

segundo ano consecutivo, vem patrocinando um programa de financiamento de insumos a ser pago com o produto colhido, que deverá dar um mínimo de suporte aos produtores que não conseguirem crédito de custeio.

No Mato Grosso e em Goiás, a expectativa é de manutenção de área e aumento de produtividade, esta última em função não só de maior utilização de adubos, mas também da generalização do uso das novas variedades tipo agulhinha de sequeiro, que deram tão bom resultado no último plantio.

Mesmo que a produção nacional cresça cerca de 10%, chegando a 10,5 milhões de toneladas, número com que a CONAB está trabalhando, com o consumo crescendo apenas 0,3% (taxa de crescimento usada nos cálculos oficiais do balanço de oferta e demanda), seria necessário importar no próximo ano 1,2 milhão de toneladas para fechar o ano comercial com estoque de 0,9 milhão de toneladas. Isso quer dizer que o próximo ano será de abastecimento tão apertado quanto este ano, sendo que o custo das importações poderá ser maior. Assim sendo, do ponto de vista do produtor, no próximo ano, os preços deverão estar bons.

O comportamento do clima, dado o fenômeno do "El Niño", acrescenta algum risco. Aqui no Brasil seu efeito, segundo os climatologistas, seria aumento de chuvas na primavera na Região Sul, justamente a época de plantio mais adequada, o que poderia atrasar os trabalhos por impedir a entrada das máquinas, com isso reduziria a produtividade e, no Nordeste, o efeito seria a redução das chuvas. Pode acontecer, portanto, que o esperado aumento de área não resulte em aumento proporcional na produção e, nesse caso, especialmente se houver também problemas de produtividade na Ásia, quem conseguir colher terá preços muito bons.

Para o Estado de São Paulo, em função das condições de produção e comercialização do arroz frente a culturas alternativas, não há perspectiva de ocorrência de aumento de área plantada. É possível que haja redução de área, porém num percentual menor que os 20% observados em 1996/97.

As estimativas de custo operacional total elaboradas pelo IEA para as lavouras de sequeiro e irrigada apresentaram acréscimos de 10,1% e 3,8%, respectivamente, em relação à estimativa de custo da safra anterior. Esses

acréscimos são significativos numa situação de inflação da ordem de 7,1% (agosto/96 a julho/97), com preços do varejo estagnados, pressionando a manutenção dos preços no atacado e dos preços recebidos pelos produtores, e ainda aberta à concorrência do arroz importado, não só de melhor qualidade como a preços competitivos, podendo fazer com que os produtores não se animem, com medo de não conseguirem cobrir os custos com a renda a ser auferida na próxima safra.

A estimativa para 1997/98 do custo operacional efetivo (COE) da cultura de sequeiro, considerando-se produtividade de 1.680kg por hectare, foi de R\$305,68 por hectare, 8,4% maior que o apurado em relação à safra anterior. O custo operacional total (COT), que envolve também depreciação de máquinas, encargos financeiros e sociais e PROAGRO, foi de R\$396,00/ha ou R\$0,23/kg, 10,1% maior que o estimado para o ano anterior. A participação percentual dos diversos itens de custo não apresentou diferenças significativas de um ano para o outro. Os itens que mais pesam no custo são operação de máquinas (26,2%), adubos e corretivos (17,4%) e mão-de-obra (12,5%) (Tabela 28).

O preço mínimo definido para o arroz de sequeiro tipo 3, 39/41% de grãos inteiros é R\$0,155/kg, insuficiente, portanto, para cobrir não só o custo operacional total, mas até o custo operacional efetivo, de R\$0,18/kg.

Para o arroz irrigado no sistema convencional, produtividade da ordem de 4.200kg/ha, a estimativa de custo operacional efetivo para a safra 1997/98 foi de R\$776,18 por hectare, representando um acréscimo de 6,2% sobre a estimativa da safra anterior. O custo operacional total foi estimado em R\$970,58 por hectare ou R\$0,23/kg e apresentou aumento de 3,8% em relação ao do ano anterior, menor que o aumento observado no COE, em função da redução das taxas de juros e do PROAGRO. Os itens com maior participação na composição do custo total não mudaram de um ano para outro: operação de máquinas (23,2%), defensivos (19,4%) e adubos (15,2%) (Tabela 29).

Nesse caso o preço mínimo cobre o custo total se o produto obtido for de boa qualidade, tipo 2 com 58/60% de grãos inteiros, que para essa especificação é de R\$0,2296/kg. Para o tipo 2, 49/51% de grãos inteiros, o preço mínimo, de R\$0,21/kg, não cobre o custo operacional total.

TABELA 28 - Estimativa de Custo Operacional de Produção da Cultura de Arroz de Sequeiro, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 28sc.de 60kg, Região de Barretos, Estado de São Paulo, Safra 1997/98¹

Item	Por hectare	Por saca	Participação percentual (%)
Mão-de-obra	49,70	1,77	12,5
Sementes	30,75	1,10	7,8
Adubos e corretivo	69,00	2,46	17,4
Defensivos	4,00	0,14	1,0
Operação de máquinas	103,83	3,71	26,2
Colheita empreitada	40,00	1,43	10,1
Sacaria	8,40	0,30	2,1
Custo operacional efetivo	305,68	10,92	77,2
Depreciação de máquinas	35,22	1,26	8,9
Encargos financeiros ²	9,54	0,34	2,4
Encargos sociais ³	16,40	0,59	4,1
PROAGRO ⁴	20,48	0,73	5,2
Contribuição ao INSS ⁵	8,69	0,31	2,2
Custo operacional total	396,00	14,14	100,0

¹Em RS de agosto de 1997.

²Taxa de juros de 9,5% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 6,7% sobre o COE, considerando-se plantio em área de zoneamento agrícola.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,7% sobre a renda bruta (28sc. x R\$11,50/sc.60kg).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 29 - Estimativa de Custo Operacional de Produção da Cultura de Arroz Irrigado, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produção de 84sc.de 50kg, Região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, Safra 1997/98¹

Item	Por hectare	Por saca	Participação percentual (%)
Mão-de-obra	131,36	1,56	13,5
Sementes	58,00	0,69	6,0
Adubos	147,91	1,76	15,2
Defensivos	188,50	2,24	19,4
Operação de máquinas	225,20	2,68	23,2
Sacaria	25,20	0,30	2,6
Custo operacional efetivo	776,18	9,24	80,0
Depreciação de máquinas	86,43	1,03	8,9
Encargos financeiros ²	24,22	0,29	2,5
Encargos sociais ³	43,35	0,52	4,5
PROAGRO ⁴	13,19	0,16	1,4
Contribuição ao INSS ⁵	27,22	0,32	2,8
Custo operacional total	970,58	11,55	100,0

¹Em RS de agosto de 1997.

²Taxa de juros de 9,5% a.a.

³Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33,00%).

⁴Refere-se a 1,7% sobre o COE, considerando-se plantio em área de zoneamento agrícola.

⁵Refere-se à contribuição de seguridade social de 2,7% sobre a renda bruta (84sc. x R\$12,00/sc.60kg).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

4.3 - Feijão

A partir do Plano Real, tanto a produção como o consumo de feijão no Brasil estabilizaram-se no patamar de 3 milhões de toneladas (Tabela 30). Considerando que, nos dois anos que precederam a implantação do Plano, o consumo foi inferior a esta cifra, que o feijão é um produto de baixa elasticidade-renda e que o crescimento no consumo ocorrido no período pós-Plano Real foi significativo, conclui-se que os segmentos da população de menor poder aquisitivo ainda apresentavam demanda reprimida pelo produto, considerado básico na alimentação dos brasileiros.

Nos últimos cinco anos, o Brasil foi quase auto-suficiente para atender à demanda interna. A produção total de feijão (preto, de cores e macaçar), que foi de 2,4 milhões de toneladas na safra 1992/93, atingiu 3 milhões de toneladas em 1996/97, enquanto que o pico de produção de 3,5 milhões de toneladas foi observado

em 1994/95. Nesse período, o montante da importação de feijão variou de 55 mil toneladas em 1992/93 a 189 mil em 1994/95, com estimativas para 1996/97 de importação de cerca de 100 mil toneladas, principalmente da Argentina, seguida pela do Chile. Nesta safra, o consumo está previsto em 3,2 milhões de toneladas, o estoque final de 105 mil toneladas, e que chegou a 447 mil na safra 1994/95, deverá se constituir no menor dos últimos cinco anos. No quadro de oferta e demanda de feijão, observa-se que o consumo de feijão macaçar nos últimos dois anos foi maior que o do feijão preto, cerca de 100 mil toneladas a mais, revelando a importância deste tipo de feijão para um segmento de consumidores.

No Brasil, a produção de feijão é dividida em três safras distintas durante o ano agrícola, em função da época de cultivo. Cultura de ciclo curto (três meses), com a adoção tecnológica de irrigação artificial, principalmente através da utilização de pivô central, que permite o plantio mesmo em época de estiagem, o calendário

TABELA 30 - Estimativa de Oferta e Demanda de Feijão, Brasil, 1992/93 a 1996/97
(em 1.000t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Estoque final
Feijão preto						
1992/93	77,5	483,7	39,3	600,5	530,0	70,5
1993/94	70,5	525,6	99,5	695,6	576,0	119,6
1994/95	119,6	466,1	87,9	673,6	561,0	112,6
1995/96	112,6	383,1	61,0	556,7	500,0	56,7
1996/97	56,7	391,4	70,0	518,1	480,0	38,1
Feijão de cores						
1992/93	459,8	1.895,4	15,6	2.370,8	2.241,8	129,0
1993/94	129,0	2.718,5	56,9	2.904,4	2.624,0	280,4
1994/95	280,4	2.691,7	101,6	3.073,7	2.780,5	293,2
1995/96	293,2	2.004,3	60,0	2.357,5	2.180,0	177,5
1996/97	177,5	2.028,7	30,0	2.236,2	2.130,0	106,2
Feijão macaçar						
1995/96	48,5	604,1	-	652,6	600,0	52,6
1996/97	52,6	543,2	-	595,8	590,0	5,8
Total						
1992/93	537,3	2.379,1	54,9	2.971,3	2.771,8	199,5
1993/94	199,5	3.244,1	156,4	3.600,0	3.200,0	400,0
1994/95	400,0	3.457,8	189,5	3.747,3	3.300,0	447,3
1995/96	447,3	2.991,5	81,8	3.521,6	3.280,0	241,6
1996/97	241,6	2.963,3	100,0	3.304,9	3.200,0	104,9

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

agrícola da cultura tende a ficar cada vez mais pulverizado, ficando difícil a distinção entre as safras (primeira, segunda e terceira), podendo ocorrer sobreposição parcial das colheitas. Alguns observadores consideram que a cultura de feijão apresenta comportamento de mercado semelhante ao de uma olerícola, devido à oferta contínua do produto no mercado.

A produção nacional da primeira safra de feijão no ano agrícola 1996/97 foi de 1.026 mil toneladas, com aumento de 10% em relação à safra anterior. Apesar de decréscimo de área de 7%, relativamente ao ano anterior, o aumento na produtividade média global de 556 para 656kg/ha (aumento de 18%) fez com que a produção fosse maior. No Estado de São Paulo, tanto a área plantada (78 mil hectares) como a produção (70 mil toneladas) da safra 1996/97 tiveram aumento de 15%, não ocorrendo, portanto, variação na produtividade nas duas últimas safras, permanecendo no patamar de 900kg/ha. Na primeira safra do ano agrícola 1996/97, os principais Estados produtores de feijão em ordem de importância quantitativa foram: Paraná

(389 mil toneladas), Minas Gerais (168 mil toneladas), Santa Catarina (140 mil toneladas), Rio Grande do Sul (130 mil toneladas), Bahia (sul da Bahia, com 90 mil toneladas) e São Paulo (70 mil toneladas). Os Estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) produziram nesta safra cerca de 660 mil toneladas, mais da metade da produção nacional. Comparando as produtividades de feijão da primeira safra entre as Unidades da Federação, pode-se notar a produtividade fora do padrão do Distrito Federal de 1.620 e 1.817kg/ha em 1995/96 e 1996/97, respectivamente, quando a produção nacional girou em torno de 600kg/ha nessas safras. A altíssima produtividade do Distrito Federal deve-se ao fato de a produção de feijão da primeira safra ocorrer ao lado de olerícolas no cinturão verde de Brasília, com grande uso da irrigação artificial (Tabela 31).

A Região Nordeste foi a principal produtora de feijão de segunda safra no ano agrícola 1996/97, com 979 mil toneladas, ocupando mais de 50% da fatia de produção nacional (1.634 mil toneladas). Nesta safra, a produtividade

TABELA 31 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (1ª Safra), por Região e Estado, Brasil, 1995/96 e 1996/97

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (1.000kg/ha)		
	1995/96	1996/97	Variação (%)	1995/96	1996/97	Variação (%)	1995/96	1996/97	Variação (%)
Tocantins	1,8	1,8	-	0,5	0,5	-	300	300	-
Norte	1,8	1,8	-	0,5	0,5	-	300	300	-
Sul da Bahia	434,0	377,6	-13,0	104,2	90,6	-13,1	240	240	-
Nordeste	434,0	377,6	-13,0	104,2	90,6	-13,1	240	240	-
Paraná	504,0	468,7	-7,0	418,3	389,0	-7,0	830	830	-
Santa Catarina	233,4	226,4	-3,0	144,7	140,4	-3,0	620	620	-
Rio Grande do Sul	182,4	145,9	-20,0	45,6	129,9	184,9	250	890	256,0
Sul	919,8	841,0	-8,6	608,6	659,3	8,3	662	784	18,4
Minas Gerais	214,8	221,2	3,0	125,7	168,1	33,7	585	760	29,9
Espírito Santo	19,5	19,5	-	16,6	16,6	-	850	850	-
Rio de Janeiro	5,0	3,6	-28,0	3,8	2,7	-28,9	760	760	-
São Paulo	67,7	77,9	15,1	60,9	70,1	15,1	900	900	-
Sudeste	307,0	322,2	5,0	207,0	257,5	24,4	674	799	18,5
Mato Grosso	7,9	6,2	-21,5	3,0	2,4	-20,0	380	380	-
Mato Grosso do Sul	1,1	0,9	-18,2	0,7	0,5	-28,6	600	600	-
Goiás	12,1	10,9	-9,9	9,7	8,7	-10,3	800	800	-
Distrito Federal	2,1	4,1	95,2	3,4	7,4	117,6	1.620	1.817	12,2
Centro-Oeste	23,2	22,1	-4,7	16,8	19,0	13,1	724	860	18,8
Norte/Nordeste	435,8	379,4	-12,9	104,7	91,1	-13,0	240	240	-
Centro-Sul	1.250,0	1.185,3	-5,2	832,4	935,8	12,4	666	790	18,6
Brasil	1.685,8	1.564,7	-7,2	937,1	1.026,9	9,6	556	656	18,0

Fonte: CONAB/DIPLA.

de nas regiões brasileiras variaram de 425kg/ha (Região Nordeste) a 878kg/ha (Região Centro-Oeste). A produção total de terceira safra de feijão no Brasil é bem menor que a das demais, tendo em 1996/97 atingido cerca de 300 mil toneladas. A terceira safra de feijão é denominada também safra irrigada ou de inverno. Porém, no Estado de São Paulo, o feijão de inverno não é predominantemente irrigado, pois a área cultivada com irrigação artificial ocupa uma fatia menor no total da cultura. A irrigação artificial concorre para o aumento de produtividade, cuja média nacional atingiu 1.612kg/ha em 1996/97. Nesta safra agrícola, a Região Nordeste foi a campeã nacional de terceira safra de feijão, com 2.400kg/ha, seguida pela do Centro-Sul, com 2.231kg/ha. Por outro lado, destaca-se o baixo desempenho na produtividade física de feijão de terceira safra (500t/ha) da Região Sul, dado o baixo uso de irrigação artificial (Tabela 32).

No Estado de São Paulo, o comportamento dos preços médios mensais de feijão recebidos pelos produtores nos últimos três anos (1995, 1996 e 1997) indica uma certa estabilidade, apesar de diferença nos patamares, principalmente nos meses de abril a novembro. Em 1997, a recuperação de preços recebidos pelos produtores a partir de junho, observado nos anos anteriores, não ocorreu devido ao atraso no plantio do feijão de segunda safra, por motivos climáticos, o que fez retardar o pico de colheita. Considerando o padrão estacional dos preços recebidos pelos produtores paulistas de feijão dos últimos quatro anos e desconsiderando-se o primeiro semestre de 1994, cujo padrão teve viés devido à especulação, verifica-se um ciclo bienal no comportamento dos preços, intercalando ano de preços altos com ano de preços baixos. Assim, após o período de preços altos em 1994, os preços observados em 1995 foram baixíssimos,

TABELA 32 - Comparativo de Área, Produção e Produtividade da Cultura de Feijão (2ª e 3ª Safras), por Região, Brasil, 1995/96 e 1996/97

Região	2ª Safra								
	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (1.000kg/ha)		
	1995/96	1996/97	Var. (%)	1995/96	1996/97	Var. (%)	1995/96	1996/97	Var. (%)
Norte	266,6	231,9	-13,0	156,0	144,0	-7,7	585,0	621,0	6,2
Nordeste	2.463,3	2.302,8	-6,5	1.091,0	979,0	-10,3	443,0	425,0	-4,1
Sul	263,2	209,4	-20,4	223,0	151,2	-32,2	847,0	722,0	-14,8
Sudeste	316,0	331,3	4,8	261,4	267,4	2,3	827,0	807,0	-2,4
Centro-Oeste	87,8	105,5	20,2	59,9	92,6	54,6	682,0	878,0	28,7
Brasil	3.396,9	3.180,9	-6,4	1.791,3	1.634,2	-8,8	527,0	514,0	-2,5

Região	3ª Safra								
	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Produtividade (1.000kg/ha)		
	1995/96	1996/97	Var. (%)	1995/96	1996/97	Var. (%)	1995/96	1996/97	Var. (%)
Nordeste	22,2	25,5	14,9	48,8	61,2	25,4	2.200,0	2.400,0	9,1
Sul	21,7	28,2	30,0	11,9	14,1	18,5	550,0	500,0	-9,1
Sudeste	92,0	96,7	5,1	129,1	144,4	11,9	1.403,0	1.493,0	6,4
Centro-Oeste	34,3	36,9	7,6	74,2	82,3	10,9	2.163,0	2.231,0	3,1
Brasil	170,2	187,3	10,0	264,1	302,0	14,4	1.552,0	1.612,0	3,9

Fonte: CONAB/DIPLA.

elevando-se em 1996 e diminuindo em 1997 (Figura 5).

Para 1997/98, a estimativa de custo operacional total da cultura de feijão das águas (ou primeira safra) em Sorocaba, principal região produtora do Estado, considerando produtividade média de 27 sacos de 60kg (1.620 quilos) por hectare, é de R\$600,70/ha, ou R\$22,25 por saca, com participação de 23% de adubos e corretivos, 15% de operação de máquinas e 12% de mão-de-obra (Tabela 33).

Cotejando o custo por saca com os preços reais recebidos pelos produtores paulistas de feijão nos meses de dezembro dos últimos quatro anos, que se mantiveram em torno de R\$40,00, a receita líquida estimada fornece certa folga na margem de lucro aos produtores paulistas, permitindo competitividade de mercado mesmo para os produtores com produtividade física abaixo daquele patamar.

Apesar da rentabilidade média esperada para a primeira safra de 1997/98 de feijão ser otimista, com preços remuneradores, a perspectiva é de queda na área plantada com a cultura no Estado de São Paulo, em torno de 10%, devido a: a) os preços recebidos pelos produtores paulistas nos últimos meses de R\$36,43 (junho) R\$29,75 (julho) e R\$27,06

(agosto) tiveram efeito psicológico desfavorável para os agricultores que estão tomando decisões de plantio para a safra das águas nos meses de agosto e setembro, mesmo que os preços que realmente vão afetar esta safra serão os de novembro a janeiro; b) outro fator agravante é a estiagem que está ocorrendo em plena época de plantio desta safra, que permite o manuseio de solo e plantio apenas para os equipados com máquinas de irrigação, uma minoria dos produtores no Estado; c) muitos agricultores, mesmo com decisão de aumentar a área da cultura de feijão, poderão deixar de fazê-lo por motivos climáticos incontornáveis.

O custo do produtor de feijão para aderir ao PROAGRO na safra de verão (1ª safra) será reduzido de 7% para 3,9%, se a opção do produtor for pelas recomendações técnicas referentes ao zoneamento agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. O zoneamento para a cultura do feijão de verão no Estado de São Paulo, que deveria ter sido usado pela primeira vez em 1996/97, não o foi por ter sido divulgado tardiamente e por ter suscitado dúvidas de natureza técnica. O novo zoneamento, publicado no Diário Oficial da União de 15/08/97, foi revisado e refere-se ao período de plantio de 1º de agosto de 1997 a 28 de fevereiro

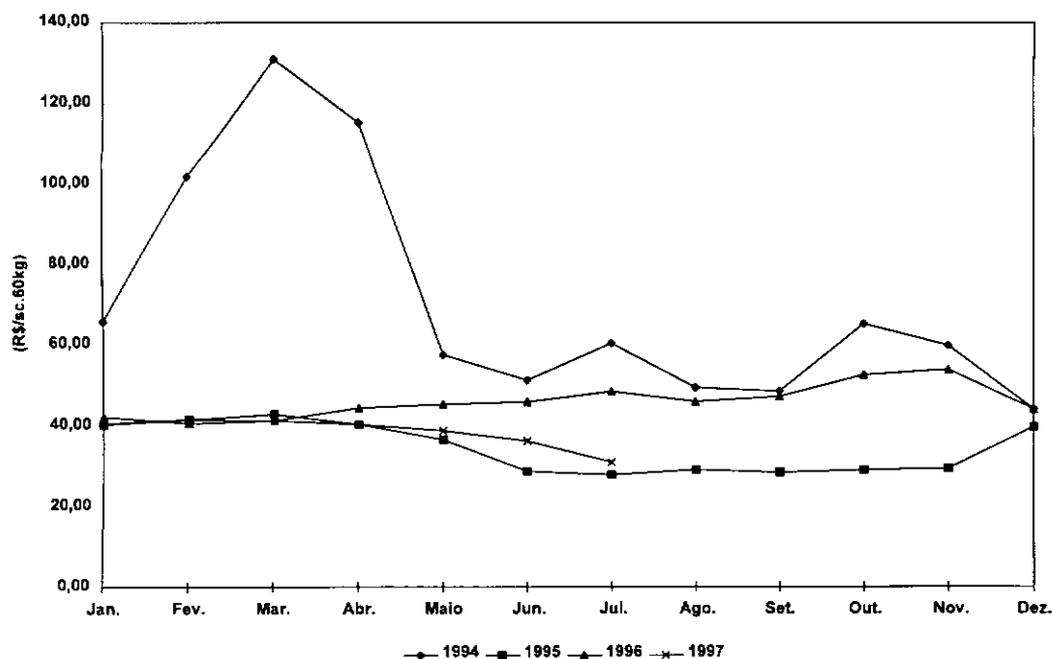


Figura 5 - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1994-97.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 33 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Feijão das Águas, Tração Motomecanizada, por Hectare, Produtividade de 27sc. de 60kg, Região de Itapeva, Estado de São Paulo, Safra 1997/98¹

Item	Por hectare	Por saca	Participação percentual
Mão-de-obra	74,97	2,78	12,48
Sementes	30,00	1,11	4,99
Adubos e corretivos	139,60	5,17	23,24
Defensivos	54,29	2,01	9,04
Operação de máquinas	91,26	3,38	15,19
Outros materiais	4,05	0,15	0,67
Empreita	70,00	2,59	11,65
Custo operacional efetivo (COE)	464,17	17,19	77,27
Depreciação de máquinas	35,06	1,30	5,84
Encargos sociais diretos ²	24,74	0,92	4,12
CESSR ³	21,87	0,81	3,64
PROAGRO ⁴	31,10	1,15	5,18
Encargos financeiros ⁵	14,48	0,54	2,41
Outras despesas ⁶	9,28	0,34	1,54
Custo operacional total (COT)	600,70	22,25	100,00

¹Em R\$ de agosto de 1997.

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33%).

³Refere-se à contribuição à seguridade social de 2,7% sobre a renda bruta de R\$810,00 na Região de Sorocaba.

⁴Refere-se a 6,7% do COE, com enquadramento no Zoneamento Agrícola do MAA.

⁵Taxa de juros de 9,5% a.a. sobre 50% do COE por oito meses.

⁶Refere-se a 2% do COE.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

de 1998 e contempla apenas as regiões (municípios) de menor risco climático para a cultura.

No Estado do Paraná, principal produtor de feijão das águas, as previsões são de queda da área cultivada com feijão de cores, e, em Minas Gerais, segundo maior produtor, por apresentar época de plantio mais tardia, a partir de meados de outubro, ainda não há dados de intenção de plantio disponíveis, mas a perspectiva é de manutenção da área.

No final de 1997 e início de 1998, o Estado de São Paulo pode sofrer certa escassez na oferta interna de feijão, sobretudo de melhor qualidade, devido não só à provável queda na área plantada, mas também a problemas climáticos na época da colheita: o plantio tardio, previsto em função da atual estiagem no interior paulista, retardará a época de colheita para janeiro, período típico de excesso de chuvas, com possíveis perdas na colheita e na qualidade. Segundo *Climate Prediction Center*, site do Governo Americano, o fenômeno "El Niño" poderá trazer chuvas mais pesadas do que o normal nos períodos chuvosos do Sul do Brasil, o que poderá agravar ainda mais o problema da colheita tardia do feijão de primeira safra 1997/98 no Estado de São Paulo, com conseqüente prejuízo para a oferta do produto no final deste ano e início de 1998. Cabe ressaltar que o estoque final estimado em 104 mil toneladas é o menor dos últimos cinco anos.

4.4 - Milho

A produção mundial de milho da safra 1997/98 será de 572,1 milhões de toneladas, cerca de 3,1% inferior à safra anterior, de acordo com a previsão de agosto de 1997 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). A produção dos Estados Unidos deve atingir 235,6 milhões de toneladas, praticamente igual (-0,2%) à da temporada anterior. Prevê-se uma produção de 13,0 milhões de toneladas na Argentina, 11,6% a menos que a da safra anterior. Estima-se que as exportações argentinas totalizem 7,7 milhões de toneladas no próximo ano-safra, caindo 14,4% em relação à temporada anterior, quando foram exportados 9,0 milhões de toneladas.

O estoque final de milho em âmbito mundial deve ser de 61,3 milhões de toneladas

em setembro de 1998, cerca de 21,8% menor que o precedente e 34,8% inferior ao da safra 1994/95. O *carryover* da temporada 1997/98 nos Estados Unidos é estimado em 21,5 milhões de toneladas, volume 10% inferior ao da safra precedente e 45,6% menor que o de três anos atrás. A perspectiva do mercado mundial em 1997/98 é de manutenção dos preços vigentes na temporada 1996/97. Prevê-se para os produtores estadunidenses um preço médio de 2,70 dólares por *bushel* (variando entre US\$2,50 e US\$2,90), praticamente igual ao da safra anterior.

A produção brasileira de milho na safra 1996/97 foi de 36,1 milhões de toneladas (32,4 milhões de toneladas na safra de verão e 3,7 milhões de toneladas na "safrinha"), cerca de 11,5% maior que a da temporada anterior, de acordo com o levantamento de julho de 1997 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O aumento se deve basicamente à melhoria dos níveis da produtividade da cultura de verão, compensando a retração da área, e à expansão da área da cultura do milho "safrinha" (segunda safra). Os maiores acréscimos da produção ocorreram nos estados maiores produtores, graças às condições climáticas favoráveis e à melhoria da tecnologia empregada nas lavouras, que resultaram em maiores níveis de produtividade. Um dos fatores de crescimento da área da cultura da "safrinha", principalmente no Centro-Oeste, foi a necessidade de aumento da renda agrícola para o pagamento da primeira parcela das dívidas securitizadas, com vencimento em outubro de 1997 (Tabelas 34 e 35).

O quadro de suprimento de milho no Brasil para o ano-safra 1996/97 (março de 1997 a fevereiro de 1998), elaborado pela CONAB, mostra uma queda sucessiva da oferta nos últimos três anos, com redução da diferença entre o suprimento e o consumo total. Este deve crescer 2% no exercício, balizado pela evolução da demanda da avicultura e suinocultura, principais setores consumidores de milho no País. Estima-se uma exportação de 200 mil toneladas no período da safra do Centro-Sul e uma importação de 350 mil toneladas na entressafra, basicamente da Argentina. O estoque final previsto, de 3,6 milhões de toneladas, para o fim de fevereiro de 1998, é suficiente para apenas cerca de 36 dias de consumo, contra 43 dias em 1995/96 e 86 dias em 1994/95 (Tabela 36).

TABELA 34 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Primeira Safra, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1994/95 a 1996/97

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)		
	1994/95	1995/96	1996/97	1994/95	1995/96	1996/97
Paraná	2.150,0	1.870,5	1.851,8	7.740,0	6.546,8	7.407,2
Minas Gerais	1.510,0	1.374,1	1.401,6	4.152,5	3.916,2	4.485,1
Rio Grande do Sul	1.887,0	1.754,9	1.649,6	6.000,7	3.158,8	4.124,0
Santa Catarina	1.059,3	1.016,9	1.027,1	3.813,5	2.999,9	3.646,2
Goiás	788,8	796,7	756,9	3.313,0	3.330,2	3.330,4
São Paulo	920,7	791,8	815,6	3.268,5	2.692,1	3.017,7
Mato Grosso do Sul	287,0	269,8	294,1	1.119,3	1.173,6	1.294,0
Mato Grosso	270,0	310,5	279,5	891,0	1.040,2	1.034,2
Espírito Santo	71,0	91,0	59,0	103,0	218,4	147,5
Distrito Federal	21,8	25,3	27,4	82,9	104,2	126,2
Rio de Janeiro	22,5	21,8	20,5	32,2	42,5	40,0
Centro-Sul	8.988,1	8.323,3	8.183,1	30.516,6	25.222,9	28.652,5
Norte-Nordeste	3.840,3	3.926,3	3.696,8	3.651,7	3.911,7	3.764,0
Brasil	12.828,4	12.249,6	11.879,9	34.168,3	29.134,6	32.416,5

Estado e Região	Rendimento (kg/ha)		
	1994/95	1995/96	1996/97
Paraná	3.600	3.500	4.000
Minas Gerais	2.750	2.850	3.200
Rio Grande do Sul	3.180	1.800	2.500
Santa Catarina	3.600	2.950	3.550
Goiás	4.200	4.180	4.400
São Paulo	3.550	3.400	3.700
Mato Grosso do Sul	3.900	4.350	4.400
Mato Grosso	3.300	3.350	3.700
Espírito Santo	1.451	2.400	2.500
Distrito Federal	3.803	4.119	4.606
Rio de Janeiro	1.431	1.950	1.951
Centro-Sul	3.395	3.030	3.501
Norte-Nordeste	951	996	1.018
Brasil	2.663	2.378	2.729

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 35 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura do Milho, Segunda Safra, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1994/95 a 1996/97

Estado e Região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)		
	1994/95	1995/96	1996/97	1994/95	1995/96	1996/97
Paraná	600,0	570,0	673,0	1.440,0	1.368,0	942,2
São Paulo	369,0	372,7	391,3	856,1	782,7	743,5
Mato Grosso	185,0	251,6	352,2	395,9	465,5	730,6
Goiás	86,5	129,8	220,7	216,3	324,5	684,2
Mato Grosso do Sul	210,0	183,0	230,0	357,0	329,4	616,4
Santa Catarina	3,3	0,0	0,0	8,3	0,0	0,0
Centro-Sul	1.453,8	1.507,1	1.867,2	3.273,6	3.270,1	3.716,9
Brasil	1.453,8	1.507,1	1.867,2	3.273,6	3.270,1	3.716,9

Estado e Região	Rendimento (kg/ha)		
	1994/95	1995/96	1996/97
Paraná	2.400	2.400	1.400
São Paulo	2.320	2.100	1.900
Mato Grosso	2.140	1.850	2.074
Goiás	2.501	2.538	3.100
Mato Grosso do Sul	1.700	1.800	2.680
Santa Catarina	2.515	0	0
Centro-Sul	2.252	2.170	1.991
Brasil	2.252	2.170	1.991

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 36 - Estimativa de Oferta e Demanda de Milho, Brasil, 1994/95 a 1996/97 (em 1.000t)

Item ¹	1994/95	1995/96 ²	1996/97 ³
1 - Estoque inicial	5.429,4	8.341,2	4.290,5
2 - Produção	37.441,9	32.404,7	36.142,4
3 - Importação	984,1	376,7	350,0
4 - Suprimento (1+2+3)	43.855,4	41.122,6	40.782,9
5 - Consumo	35.514,2	36.224,5	36.949,0
6 - Excedente (4-5)	8.341,2	4.898,1	3.833,9
7 - Exportação	0,0	607,6	200,0
8 - Estoque final (6-7)	8.341,2	4.290,5	3.633,9

¹A data-base referente ao estoque inicial é 1º de março de cada ano-safra.

²Dados preliminares.

³Dados projetados.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O aumento da produção interna de milho na safra 1996/97, embora não tenha incrementado a quantidade ofertada no País, dada a redução dos estoques iniciais, provocou quedas reais do preço do cereal no mercado interno, relativamente à safra precedente. Comparando-

se os preços do período de março-junho deste ano em relação aos do ano anterior, verificam-se quedas acentuadas (em valores reais de julho de 1997) nas principais regiões produtoras do Centro-Sul, situando-se em níveis inferiores aos de garantia: R\$6,36/60kg (-21,2%) no Paraná,

R\$6,66 (-22,3%) em Goiás e R\$6,96 (-24,4%) no Rio Grande do Sul. No Estado de São Paulo, o preço médio da safra de verão foi estimado em R\$6,68/sc.60kg, o que corresponde a uma redução real de 19,0% em relação ao da temporada 1995/96 (Tabela 37).

Estima-se que a renda bruta por hectare da cultura de milho da safra de verão 1996/97 no Estado de São Paulo tenha caído 11,9%, em termos reais, quando comparado com a do ano passado, devido à queda do preço do cereal, não compensado pelo aumento de 8,8% da produtividade.

A queda dos preços de mercado em 1997, a níveis inferiores ao mínimo de garantia, provocou substancial aumento das Aquisições do Governo Federal (AGF) no ano, totalizando 2.650 mil toneladas de milho em todo o País (até 31/07/97). Do estoque total acumulado nos últimos seis anos (3.401,2 mil toneladas), 1.496,6 mil toneladas (44%) foram adquiridas em Goiás, 679,3 mil toneladas (20%) no Paraná e 507,9 mil toneladas (15%) em Mato Grosso. Os Empréstimos do Governo Federal (EGF) na última safra, até 31/07/97, totalizaram 479,6 mil toneladas, sendo o estoque, de 2.925,8 mil toneladas, formado principalmente em 1994/95 (41%) e 1993/94 (32%), estando concentrado (70%) nos Estados da Região Centro-Oeste.

O Plano de Safra 1997/98 contempla os mesmos valores da safra 1996/97 para custeio da cultura e do EGF-SOV (sem opção de venda) do milho (R\$150.000,00 por beneficiário), porém com redução da taxa efetiva de juros, de 12% para 9,5% ao ano. O produtor de milho que se enquadra nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pagará pelo custeio da lavoura, taxa efetiva de juros de 6,5% ao ano, com montante limitado a R\$5.000,00 por beneficiário. O pagamento poderá ser feito em equivalente-produto.

O preço mínimo do milho da temporada anterior (R\$6,70/60kg) foi mantido para a safra 1997/98 nos estados das Regiões Sul, Sudeste, e em Tocantins, Bahia-Sul, sul do Maranhão e sul do Piauí. Para os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, o preço mínimo foi reduzido de R\$6,70 para R\$6,50 (-2,98%), enquanto para o Acre, Mato Grosso e Rondônia, o preço de garantia foi diminuído de R\$6,30 para R\$6,00 (-4,76%). Houve, portanto, mudança no zoneamento do

preço mínimo, com o retorno da situação de 1994/95, ou seja, aumento de duas para três zonas de cobertura. Esta medida visa desestimular o plantio do milho nos estados das Regiões Centro-Oeste e Norte, onde há excedentes do cereal e sem perspectivas de escoamento para as principais praças consumidoras. Para estas regiões, o Governo Federal pretende estimular a expansão da cultura da soja via aumento do limite do crédito de custeio.

A alíquota de adicional do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) para a cultura do milho, na safra de verão 1997/98, tal como no ano precedente, será reduzido de 7% para 3,9% para os produtores que optarem por aplicar as recomendações técnicas referentes ao zoneamento agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, contemplando novo calendário de plantio, combinado com tipos de sementes e grau de aptidão dos solos. Os eventos adversos, cujos prejuízos serão cobertos pelo seguro, são granizo, seca, tromba-d'água e vendaval, e serão amparadas apenas as lavouras de sequeiro não-consorciadas. Para a cultura irrigada, excetuando-se a seca, os prejuízos decorrentes dos demais eventos adversos serão cobertos à alíquota de adicional reduzida de 4,7% para 1,7%. Outra novidade refere-se à redução de um ponto percentual (de 3,9% para 2,9%) da alíquota de adicional para os beneficiários que optarem pela utilização da técnica de "plantio direto" na cultura do milho. Para os produtores que não aderirem ao programa de zoneamento será mantida a alíquota original do PROAGRO (7%). O produtor que se enquadra no PRONAF pagará uma taxa de adesão ao PROAGRO de 2% sobre o valor do crédito de custeio e de 1,7% nas lavouras irrigadas.

O custo operacional total (COT) da cultura do milho, da safra de verão 1997/98, para a região da Alta Mogiana paulista, foi estimado em R\$539,89 por hectare ou R\$5,40 por saco de 60kg, com base numa produtividade esperada de 100 sacos por hectare e taxa efetiva de juros de 9,5% ao ano. Este custo é 6,4% maior que o da safra de 1996/97, em valores correntes. Estimando-se um preço médio de R\$7,00 por saco de milho, a renda bruta (RB) esperada será de R\$700,00/ha, o que resulta num lucro operacional (LO) de R\$160,11/ha. O índice de lucratividade (LO/RB) esperado é de 22,9%. Para a região paulista do Vale do Paranapanema, o COT es-

TABELA 37 - Preços Médios Mensais de Milho Recebidos pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1995-97

(em R\$/sc.60kg)¹

Mês	1995	1996	1997	1997/96 Difer. (%)
Jan.	9,95	9,66	7,39	-23,53
Fev.	8,87	8,91	6,93	-22,23
Mar.	7,68	7,96	6,69	-15,92
Abr.	7,20	8,04	6,62	-17,60
Mai	6,98	8,69	6,72	-22,62
Jun.	7,04	8,31	6,67	-19,73
Jul.	7,16	8,42	6,88	-18,25
Ago.	7,45	8,92
Set.	7,55	8,73
Out.	8,23	9,11
Nov.	8,87	8,80
Dez.	9,06	8,05
Verão	7,22	8,25	6,68	-19,05
Safrinha	7,60	8,79	7,20	-18,12
Difer. (%)	5,19	6,60	7,83	-

¹Deflacionado pelo IGP-DI. Base: jul./97=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

timado, considerando-se a mesma taxa de juros de 9,5% ao ano, é de R\$406,42/ha ou R\$5,08 por saco de 60kg, para um rendimento esperado de 80 sacos por hectare. Este COT supera em 8,3% ao do ano anterior. A receita bruta esperada é de R\$560,00/ha e o índice de lucratividade é de 27,4%. Deve-se ressaltar que no conceito de custo operacional não são remunerados os fatores terra, capital e empresário (Tabela 38).

O limite de R\$150.000,00 de custeio com recursos controlados do crédito rural permite ao produtor da Alta Mogiana financiar uma área de plantio de até 350 hectares de milho, tomando-se como base o custo operacional efetivo (COE) estimado de R\$428,38/ha. No Vale do Paranapanema, esse limite propicia financiamento de custeio de 454ha, baseado no COE estimado de R\$ 330,35/ha.

Dois importantes instrumentos de comercialização foram implementados pelo Governo Federal para contribuir para a sustentação dos preços do milho. O primeiro constitui-se num seguro contra a queda de preços e denomina-se Contrato de Opção de Venda de Produtos Agrícolas ou simplesmente Contrato de Opção. Em março de 1997 foram iniciadas as vendas des-

ses contratos em leilões públicos, tendo sido negociados, até fins de junho de 1997, 38.112 contratos de 27 toneladas (ou 450 sacos de 60kg), correspondentes a 1,029 milhão de toneladas. Os recursos comprometidos (número de contratos vendidos x preço de exercício) totalizam R\$81,809 milhões e os preços de exercício variam de acordo com as datas de vencimento dos contratos e das praças ou armazéns credenciados para a operação, entre R\$6,55/60kg (Mato Grosso, vencimento em novembro de 1997) e R\$10,50/60kg (Minas Gerais, vencimento em novembro de 1997).

Outro instrumento acionado para agilizar a comercialização do milho, viabilizando o escoamento do produto de regiões com excedentes, como Goiás, para locais com escassez, como os estados nordestinos, é o Prêmio para Escoamento da Produção (PEP), utilizado recentemente para a movimentação do trigo nacional. Trata-se de um bônus ou prêmio oferecido pelo Governo Federal, em leilões públicos, aos interessados em adquirir o milho diretamente do produtor ou da cooperativa por um preço de referência (definido com base em diversas variáveis), com o objetivo de garantir o preço mínimo

TABELA 38 - Estimativa do Custo Operacional da Cultura do Milho, por Hectare, Plantio Convencional, Alta Mogiana (Produtividade de 6.000kg/ha) e Vale do Paranapanema (Produtividade de 4.800kg/ha), Estado de São Paulo, Safra de Verão 1997/98¹

Item	Alta Mogiana		Vale do Paranapanema	
	R\$	%	R\$	%
Mão-de-obra	34,28	6,3	21,96	5,4
Sementes	52,57	9,7	62,10	15,3
Aubos e corretivos	140,28	26,0	110,26	27,1
Defensivos	50,14	9,3	52,74	13,0
Operação de máquinas	111,11	20,6	59,29	14,6
Transporte da produção	40,00	7,4	24,00	5,9
Custo operacional efetivo (COE)	428,38	79,3	330,35	81,3
Depreciação de máquinas	42,66	7,9	23,91	5,9
Encargos sociais diretos ²	11,31	2,1	7,25	1,8
CESSR ³	18,90	3,5	15,12	3,7
PROAGRO ⁴	16,71	3,1	12,88	3,2
Encargos financeiros ⁵	13,36	2,5	10,30	2,5
Assistência técnica ⁶	8,57	1,6	6,61	1,6
Custo operacional total (COT)	539,89	100,0	406,42	100,0
Custo operacional por sacco	5,40	-	5,08	-

¹Em R\$ de agosto de 1997.

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33%).

³Refere-se à contribuição à seguridade social de 2,7% sobre a renda bruta (R\$700,00 na Alta Mogiana e R\$560,00 no Vale do Paranapanema).

⁴Refere-se a 3,9% do COE, com enquadramento no Zoneamento Agrícola do MAA.

⁵Taxa de juros de 9,5% a.a. sobre 50% do COE por oito meses.

⁶Refere-se a 2% do COE.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

ao produtor e o abastecimento interno. Foram escoados por este programa 182.712 toneladas de milho de Barreiras (BA), para vários destinos da Região Norte-Nordeste, no período de maio a julho (até 10/07/97), de acordo com a CONAB.

O preço de liberação de estoques públicos (PLE) do milho, de R\$8,55 por sacco de 60kg, deverá ser reajustado para se adequar à atual situação do mercado interno, de baixos preços e possibilitar a venda dos estoques governamentais, além de passar a se referir novamente à praça de São Paulo (SP) e não mais a Ponta Grossa (PR).

O mau desempenho econômico da safra anterior, conjugado com as perspectivas favoráveis de outras atividades, como as culturas de soja e de algodão, deverão orientar as decisões dos agricultores no sentido de redução do plantio de milho na safra de verão 1997/98, em praticamente todo o País. As diminuições de

área deverão ser mais acentuadas nas regiões onde o cereal sofre competição da cultura da soja, como no Paraná, Rio Grande do Sul e nos estados das Regiões Centro-Oeste e Norte. Nestas regiões prevê-se quedas de 15% a 20% da área plantada, que será transferida para a cultura da soja. O plantio desta oleaginosa nas regiões de fronteira está sendo estimulada, com expansão do limite de crédito de custeio de R\$30 mil para R\$100 mil por beneficiário, além da redução do preço mínimo do milho. Nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, a retração da área deverá ser menor, entre 3% e 7%. No Centro-Sul como um todo prevê-se retração da área entre 10% e 15% na safra de verão. A respeito do plantio da próxima "safrinha" de milho o que pode ser colocado é que se, nesta entressafra, os preços do milho reagirem de forma significativa e as condições pluviométricas forem favoráveis ao plantio da safra de verão

no período recomendado, pode-se esperar um crescimento acentuado da área, principalmente nos estados da região Centro-Oeste.

Finalmente, considerando-se que a produção de milho representou 45,6% do volume total de grãos na safra passada e uma vez concretizada a estimativa de queda prevista de 10% da 1ª safra 1997/98 do cereal, ter-se-á uma redução significativa no volume de grãos, que poderá não ser compensada pelo aumento esperado de outros produtos.

4.5 - Soja

A produção brasileira de soja em 1996/97 atingiu o volume recorde de 26,2 milhões de toneladas, 12,8% a mais que a de 1995/96, constituindo-se na maior safra colhida desde o início da década. Esse resultado é decorrente da expansão de 6,7% na área de plantio, perfazendo 11,4 milhões de hectares cultivados com a oleaginosa, e do aumento de 5,7% na produtividade, que passou de 2.175kg/ha obtidos em 1995/96 para 2.299kg/ha em 1996/97 (Tabela 39).

O bom desempenho da safra brasileira de soja em 1997 levou à maior disponibilidade interna do grão no ano-safra 1996/97, atingindo aproximadamente 28,0 milhões de toneladas, cerca de 8,3% a mais que a da temporada anterior. Para isso, também deverá contribuir a importação, prevista pela CONAB, para o atual ano-safra, em 1,2 milhão de toneladas, volume 28,0% maior que o registrado no ano passado. O esmagamento interno, contudo, deverá apresentar redução, de 19,7 milhões de toneladas em 1995/96 para 19,0 milhões de toneladas em 1996/97, face ao significativo aumento previsto nas exportações do grão, da ordem de 78,2%, que deverão alcançar 6,5 milhões de toneladas, o maior volume exportado nos últimos nove anos (Tabela 40). A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) está prevenindo, porém, redução ainda maior no esmagamento interno em 1997, situando-o em 18,0 milhões de toneladas.

A razão fundamental desse comportamento do segmento exportador do grão está na retirada do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na exportação da soja *in natura*, eliminando e/ou reduzindo a margem das

indústrias nas vendas externas dos derivados, decorrente da diferenciação tributária entre a soja em grão (13%), o farelo (11,1%) e o óleo (8%). Vale ressaltar que tal medida também passou a vigorar para os subprodutos da soja, desde que direcionados para a exportação, já que o ICMS foi mantido nas operações interestaduais do complexo.

Conseqüentemente, o consumo interno do grão deverá apresentar redução, o mesmo acontecendo com as exportações de farelo e óleo, previstas em 10,0 milhões de toneladas e 1,2 milhão de toneladas, respectivamente, em 1996/97 contra 11,2 milhões de toneladas para o primeiro e 1,3 milhão de toneladas para o segundo, atingidos em 1995/96.

Apesar disso, a expectativa é de que o complexo-soja venha a representar receitas da ordem de US\$5,4 milhões em 1997, contra o recorde anterior de US\$4,5 milhões obtido em 1996, em função dos elevados preços vigentes nesta temporada.

O consumo interno de farelo e de óleo de soja em 1996/97, contudo, poderá apresentar discreto aumento, situando-se em 5,4 milhões de toneladas e 2,7 milhões de toneladas, respectivamente, resultando em acréscimo da ordem de 2,1% para o primeiro e de 1,4% para o segundo, volume suficiente para assegurar o abastecimento das atividades criatórias, principalmente do setor de aves (previsão de crescimento de 3% em 1997), e a expansão do mercado de óleos comestíveis, decorrente do crescimento vegetativo da população.

Segundo a CONAB, o estoque de soja projetado para 1º de fevereiro de 1998 deverá superar, aproximadamente, em 70,0% o existente em igual data de 1997, perfazendo cerca de 665 mil toneladas, enquanto que o de farelo deverá situar-se em 299,4 mil toneladas, apresentando queda de 11,8%, e o de óleo, em 286,2 mil toneladas, configurando um pequeno aumento, da ordem de 3,6%, em relação ao ano anterior.

Apesar da maior oferta do grão no mercado interno, o acentuado volume de exportações, viabilizado não só pelo aumento da competitividade interna como também pela restrita disponibilidade externa, veio acentuar a espiral altista das cotações da soja já iniciada no ano anterior, garantindo aos produtores, pelo segundo ano consecutivo, uma excelente remuneração nas vendas do grão no primeiro semestre. Os

TABELA 39 - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Soja nos Principais Estado Produtores e Brasil, 1994/95 a 1996/97

Estado	1994/95			1995/96		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Maranhão	91,7	169,6	1.850	89,1	199,6	2.240
Bahia	470,6	1.073,0	2.280	433,0	699,3	1.615
Minas Gerais	600,0	1.188,0	1.980	528,0	1.040,2	1.970
São Paulo	563,6	1.177,9	2.090	563,6	1.234,3	2.190
Paraná	2.120,6	5.534,8	2.610	2.311,5	6.241,1	2.700
Santa Catarina	222,4	484,8	2.180	222,4	489,3	2.200
Rio Grande do Sul	3.015,0	6.150,6	2.040	2.804,0	4.402,3	1.570
Mato Grosso do Sul	1.097,9	2.426,4	2.210	845,4	2.045,9	2.420
Mato Grosso	2.295,4	5.440,1	2.370	1.905,2	4.686,8	2.460
Goiás	1.122,7	2.133,1	1.900	909,4	2.046,2	2.250
Tocantins	16,6	32,5	1.960	4,9	9,3	1.900
Distrito Federal	43,8	85,1	1.944	34,7	67,5	1.945
Total	11.678,7	25.934,1	2.221	10.663,2	23.189,7	2.175

Estado	1996/97		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Maranhão	120,0	252,0	2.100
Bahia	456,0	1.012,3	2.220
Minas Gerais	522,7	1.176,1	2.250
São Paulo	574,9	1.322,3	2.300
Paraná	2.496,4	6.565,5	2.630
Santa Catarina	240,2	559,7	2.330
Rio Grande do Sul	2.944,2	4.769,6	1.620
Mato Grosso do Sul	862,3	2.155,8	2.500
Mato Grosso	2.095,7	5.721,3	2.730
Goiás	991,2	2.478,0	2.500
Tocantins	21,9	19,7	900
Distrito Federal	34,6	83,0	2.400
Total	11.381,3	26.160,0	2.299

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

TABELA 40 - Suprimento de Soja em Grão, Brasil, 1994/95 a 1996/97
(em 1.000t)

Item	1994/95	1995/96	1996/97
Estoque inicial	1.478,7	1.487,9	392,2
Produção	25.934,1	23.189,7	26.160,0
Importação	801,6	937,3	1.200,0
Suprimento	28.214,4	25.614,9	27.752,2
Esmagamento	21,6	19.750,0	19.000,0
Sementes e outros	1.635,0	1.492,8	1.587,0
Consumo	23.234,0	21.575,8	20.587,0
Exportação	3.492,5	3.646,9	6.500,0
Estoque Final	1.487,9	392,2	665,2

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e Associação Brasileira das Indústrias de Óleos (ABIOVE).

preços recebidos pelos produtores paulistas nos primeiros seis meses de 1997 apresentaram aumento real de 10,58% em relação aos vigentes em igual período do ano passado, tendência também observada nos demais estados da Federação (Tabela 41).

A evolução altista dos preços externos e internos levaram os produtores brasileiros de soja a comercializar rapidamente a produção de 1997, permitindo o aproveitamento do excelente período de comercialização que vigorou na atual temporada comercial, o melhor desde 1976/77. Segundo Safras & Mercados 76% da safra foi comercializada até o final de maio contra um volume de 70% negociado em igual data do ano passado e de 62% em relação à média histórica dos últimos cinco anos. A forte disputa entre os segmentos exportador e industrial pela matéria-prima foi um dos fatores que mais contribuíram para esse comportamento dos produtores, além do comprometimento antecipado de parte da produção da Região Centro-Oeste, efetuado como forma de viabilizar o custeio da nova safra, já que o Governo praticamente retirou-se do financiamento do plantio da oleaginosa em 1997. Entretanto, mesmo as vendas antecipadas foram concretizadas em níveis satisfatórios, uma vez que as cotações externas já vinham em evolução de alta desde 1996.

A partir de meados de maio, contudo, as cotações externas começaram a perder seu ímpeto de alta, em parte, pela maior procura dos importadores por produto sul-americano, diminuindo a pressão no mercado americano e, em parte, pelo consenso de que os estoques mundiais e americanos de soja não estariam em níveis tão críticos quanto os inicialmente previstos, dada a intenção de aumento da área de plantio de soja nos Estados Unidos da ordem de 7% em 1997, situando-a em 27,8 milhões de hectares, e a melhor produtividade esperada, de cerca de 2.589kg/ha contra a de 1996, de 2.529kg/ha, o que resultaria em produção de 70,8 milhões de toneladas em 1997 naquele país, 9% maior que a obtida em 1996.

No final de junho, porém, com a divulgação da primeira previsão do USDA relativa à área plantada de soja nos EUA em 1997, de 28,7 milhões de hectares, a terceira maior da história dos EUA, e 10% acima da plantada em 1996, os preços externos da oleaginosa sofreram um forte impacto negativo, o qual deverá perdurar ao lon-

go do segundo semestre de 1997. Ocorre que a produção prevista com base nesses novos números saltaria de 70,7 milhões de toneladas para cerca de 74,0 milhões de toneladas, podendo atingir até 76,0 milhões de toneladas, conforme fontes não oficiais (dependendo da produtividade efetivamente alcançada), invertendo totalmente a posição dos estoques da oleaginosa nos EUA e no mundo, de escassez para ampla disponibilidade (Tabela 42). Esse quadro não se modificou com a posterior estimativa do USDA, em agosto, que situou a produção de soja americana em 74,7 milhões de toneladas, reforçando assim a tendência de baixa já prevista anteriormente.

Esse panorama só deverá sofrer alterações diante de ocorrências climáticas adversas de vulto durante o período de desenvolvimento das lavouras americanas, o que não está fora de questão, uma vez que o clima mundial poderá passar por transformações em decorrência da atuação do fenômeno do "El Niño" em 1997, o qual já vem sendo detectado desde maio, muito embora o período normal de seu início seja os meses de setembro e outubro. Usualmente, o principal efeito do "El Niño" na região de grãos dos EUA é a incidência de temperaturas mais elevadas no verão e a redução dos níveis de umidade durante o mês de agosto, o que ocorreu em 1976, 1983 e 1988.

Em função da variável clima, portanto, o mercado de soja deverá passar por grande instabilidade nas cotações nos próximos meses até a efetivação da colheita americana, com repiques esporádicos de preços, maiores ou menores, diante da presença de compradores eventuais, como aconteceu após a primeira quinzena de julho, frente as importações não previstas de países asiáticos (em função da própria queda de preços), o que contribuiu para a recuperação parcial dos mesmos, em queda desde o início de julho.

Neste contexto, os preços internos deverão acompanhar a tendência externa, sendo que poderá haver um certo descolamento entre eles em alguns períodos, notadamente nos últimos três meses de 1997, devido à escassez do grão, já que há pouco produto disponível para comercialização e a nova safra brasileira só deverá entrar no mercado em fevereiro de 1998. Entretanto, o produtor não deverá aguardar demais para comercializar o que resta da produção porque as indústrias deverão encerrar suas ati-

TABELA 41 - Preços Recebidos Pelos Produtores de Soja nos Principais Estados, 1995-97¹
(em R\$/sc.60kg)

Mês/Ano	Rio G. do Sul	Paraná	Mato G.do Sul	Goiás	São Paulo
1995					
Jan.	13,26	13,26	12,48	12,48	13,73
Fev.	13,11	13,11	12,34	12,34	13,43
Mar.	12,12	10,60	10,60	10,60	10,86
Abr.	10,36	10,36	9,62	9,62	10,75
Mai	9,59	10,32	9,59	9,59	10,29
Jun.	10,06	9,34	9,34	8,62	9,93
Jul.	10,55	10,55	9,14	9,14	10,63
Ago.	11,80	11,80	10,41	9,72	11,87
Set.	11,93	11,93	11,23	9,82	12,02
Out.	12,61	11,91	11,21	11,21	12,59
Nov.	13,13	13,13	11,75	11,75	13,70
Dez.	13,78	13,78	12,41	12,41	14,27
1996					
Jan.	14,89	14,89	13,54	14,22	15,24
Fev.	14,10	14,78	13,43	12,76	14,61
Mar.	14,08	13,41	12,74	12,74	13,57
Abr.	14,64	13,98	13,31	13,98	14,07
Mai	15,71	14,40	13,09	13,75	15,23
Jun.	14,88	14,23	12,93	12,93	14,02
Jul.	15,35	...	13,43	12,79	14,19
Ago.	15,35	14,07	13,43	12,79	14,50
Set.	16,62	15,34	14,70	14,06	17,16
Out.	17,22	17,22	15,31	15,31	17,37
Nov.	17,17	16,53	14,63	14,63	16,93
Dez.	17,02	16,39	15,13	14,50	17,16
1997					
Jan.	16,75	16,13	14,89	14,27	16,55
Fev.	16,06	15,45	14,21	13,59	15,18
Mar.	16,48	15,26	14,04	14,04	15,81
Abr.	16,99	15,78	15,17	14,56	16,11
Mai	16,94	15,73	14,52	14,52	16,48
Jun.	16,22	15,62	15,02	14,42	15,83

¹Preços corrigidos pelo IGP-DI Base Jul/97=100.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 42 - Disponibilidade Mundial de Soja, 1995/96 a 1997/98¹
(em milhão de t)

Item	1995/96	1996/97	1997/98 ²
Estoque inicial	23,70	16,72	12,95
Produção mundial	124,44	131,65	147,11
Importação	32,12	35,87	38,01
Oferta total	180,26	183,24	198,07
Exportação	31,90	35,82	38,01
Consumo doméstico	131,64	135,46	140,63
Estoque final	16,72	12,95	19,43

¹Eventuais diferenças na soma devem-se a arredondamentos.

²Previsão.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

vidades mais cedo este ano por terem mantido um ritmo de esmagamento mais acelerado nesta safra, o que deverá diminuir a demanda pelo produto no médio prazo.

Apesar da possibilidade de recuperação dos estoques mundiais de soja na próxima temporada comercial 1998/99, fator que deverá causar a obtenção de preços menos estimulantes em 1998 que, segundo o USDA, poderão atingir entre US\$5,60 e US\$6,30/bushel para os produtores americanos, os produtores brasileiros deverão ampliar a área de cultivo com a oleaginosa em 1997/98. As primeiras projeções indicam que poderá ocorrer um aumento entre 5% e 8% na área de plantio no Brasil, sendo que o Estado de São Paulo deverá apresentar um incremento de cerca de 5% em relação à de 1996/97, deslocando culturas como o milho e pastagens cultivadas.

As razões para isso podem ser encontradas, entre outras, na: a) rentabilidade alcançada com a cultura nas duas últimas safras, permitindo a capitalização dos produtores que, assim, se encontram com capacidade de investir na atividade, viabilizando ganhos por conta de uma melhor produtividade das lavouras, os quais compensariam perdas decorrentes dos menores preços previstos para o grão em 1998; b) no incentivo do Governo ao plantio, com a ampliação do limite de financiamento para todos os produtores, de R\$30 mil para R\$40 mil e, para os produtores das Regiões Centro-Oeste e Norte, para R\$100 mil, além da diminuição da taxa de juros de empréstimos das linhas oficiais de 12% para 9,5% ao ano, e da correção dos preços mínimos em 7%, passando de R\$8,88 para R\$9,50/saca no Sudeste, Sul e Centro-Oeste (exceto Mato Grosso) e de R\$8,43 para R\$9,00/saca nos Estados do Nordeste, Mato Grosso, Pará e Tocantins; c) na falta de opções mais rentáveis, dado que o milho, principal cultura competidora da soja vem apresentando desempenho de mercado pouco estimulante, com poucas possibilidades de reversão desse quadro em 1998; e d) na manutenção da retirada do ICMS das exportações que, além de acirrar a competição entre as indústrias e exportadores, eleva a competitividade nas exportações perante seus concorrentes, EUA e Argentina.

O Custo Operacional Total (COT) para a safra 1997/98, estimado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) em R\$375,61/ha ou

R\$9,39/saco para a região de Barretos, considerando uma produtividade de 40 sacos/ha, e de R\$393,93/ha ou R\$9,85/saco para a região do Vale do Paranapanema, para uma produtividade de 40 sacos/ha, não é coberto integralmente pelo preço mínimo do Governo, mas deverá ser pelo preço esperado de mercado para o mês de maio de 1998, que deverá situar-se ao redor de US\$11,00/US\$ 12,00/saco (caso persistam condições favoráveis de clima nos EUA), permitindo, portanto, obter uma receita suficiente para garantir a renda do produtor (Tabela 43).

TABELA 43 - Estimativa do Custo Operacional da Cultura de Soja, por Hectare, Regiões de Barretos e do Vale do Paranapanema, Produtividade de 2.400kg/ha, Estado de São Paulo, Safra 1997/98¹

Item	Barretos		Vale do Paranapanema	
	R\$	%	R\$	%
Mão-de-obra	24,96	6,64	46,06	11,69
Sementes	51,75	13,78	66,98	17,00
Adbos e corretivos	100,13	26,66	62,65	15,90
Defensivos	19,16	5,10	32,18	8,17
Operação de máquinas	83,71	22,29	78,74	19,99
Transporte da produção	16,00	4,26	16,00	4,06
Custo operacional efetivo (COE)	295,71	78,73	302,61	76,82
Depreciação de máquinas	34,13	9,09	38,71	9,83
Encargos sociais diretos ²	8,24	2,19	15,20	3,86
CESSR ³	14,04	3,75	14,04	3,56
PROAGRO ⁴	8,87	2,36	9,07	2,30
Encargos financeiros ⁵	8,72	2,32	8,25	2,09
Assistência técnica ⁶	5,91	1,57	6,05	1,54
Total de outros custos	79,91	21,27	91,32	23,18
Custo operacional total (COT)	375,62	100,00	393,93	100,00
Custo operacional por saco	9,39		9,85	

¹Em R\$ de agosto de 1997.

²Refere-se à mão-de-obra comum e tratorista (33%).

³Refere-se à contribuição de 2,7% sobre a renda bruta (R\$520,00).

⁴Refere-se a 3,9% do COE.

⁵Taxa de juros de 9,5% a.a. sobre 50% do COE por oito meses.

⁶Refere-se a 2% do COE.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).